



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

FRANCISCO JOSÉ GOMES DE SOUSA

**INCURSÃO HISTÓRICA PELO PORTUGUÊS ARCAICO:
MULTIFUNCIONALIDADE, VARIAÇÃO E GRAMATICALIZAÇÃO DO
PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO**

FORTALEZA

2025

FRANCISCO JOSÉ GOMES DE SOUSA

INCURSÃO HISTÓRICA PELO PORTUGUÊS ARCAICO: MULTIFUNCIONALIDADE,
VARIÇÃO E GRAMATICALIZAÇÃO DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO
INDICATIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márluce Coan.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S696i Sousa, Francisco José Gomes de.
Incursão histórica pelo português arcaico: multifuncionalidade, variação e gramaticalização do pretérito mais-que-perfeito do indicativo / Francisco José Gomes de Sousa. – 2025.
160 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Márluce Coan.

1. Pretérito mais-que-perfeito. 2. Sociofuncionalismo. 3. Português arcaico. I. Título.

CDD 410

FRANCISCO JOSÉ GOMES DE SOUSA

INCURSÃO HISTÓRICA PELO PORTUGUÊS ARCAICO: MULTIFUNCIONALIDADE,
VARIAÇÃO E GRAMATICALIZAÇÃO DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO
INDICATIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise linguística.

Aprovada em: 07/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márluce Coan (Orientadora)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Profa. Dra. Hebe Macedo De Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Valéria Viana Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Dedico esta dissertação:
À minha mãe, Luiza.
À minha tia Luiza (*in memoriam*).
À minha avó Josefa (*in memoriam*).
À minha orientadora “mais-que-perfeita”, Márluce Coan.
À minha eterna orientadora Hebe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

À minha mãe (Luiza), por tudo.

À minha tia Luiza (*in memoriam*), por me servir de inspiração.

À minha avó Josefa (*in memoriam*), por me fornecer lucidez.

À professora Márluce, por, “mais-que-tudo”, não desistir de mim.

À professora Hebe, por me acolher em tantos momentos.

À minha psicóloga (Jaqueline), por me direcionar engenhosamente.

À minha psiquiatra (Brenda), por auxiliar na minha sanidade mental.

Ao professor Valdecy, por todos os ensinamentos.

À professora Valéria, por todas as contribuições para esta dissertação.

Ao professor Fábio, por todas as elucidações para este estudo.

À CAPES, pelo auxílio financeiro desta pesquisa.

“Quem me dera ao menos uma vez
Explicar o que ninguém consegue entender
Que o que aconteceu ainda está por vir”
(Índios, Legião Urbana).

RESUMO

O presente estudo pauta-se na investigação das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo em dados do período arcaico da Língua Portuguesa. Dessa guisa, esta pesquisa é norteada pelos seguintes objetivos: investigar a motivação da alternância entre o uso da construção simples e da perifrástica; identificar os condicionamentos estatisticamente significativos de cada variante; averiguar o comportamento estrutural e semântico da forma verbal composta no que concerne ao processo de gramaticalização; e mapear as diferentes funções gramaticais que são expressas por esse arranjo formal. A essa empreitada, servem de suporte à investigação os pressupostos teóricos do Sociofuncionalismo (Tavares, 2003), interface proveniente do casamento entre a Sociolinguística Variacionista (Labov, 1972, 1978, 1994 e 2001) e o Funcionalismo Linguístico de vertente norte-americana (Hopper; Traugott, 1993; Givón, 1995). No tocante aos procedimentos metodológicos, foram examinados dados do acervo digital *Corpus Informatizado do Português Medieval*, especificamente dos textos referentes aos séculos XIII, XIV e XV. Em procedência à análise, as ocorrências das variantes foram categorizadas pelos seguintes grupos de fatores em relação à variação: tipo verbal, modificador verbal, saliência fônica do verbo, animacidade do sujeito e polaridade oracional. Em referência à gramaticalização da perífrase “*ter*” ou “*haver*” + *particípio*, consideramos: seleção argumental do sujeito, seleção argumental do objeto, tipo de combinação perifrástica, marcas morfológicas do *particípio* e variação entre “*ter*” e *haver*”. Em termos de multifuncionalidade (Coan; Lima; Sampaio, 2019), analisamos as funções: antepretérita, metafórica, discursiva, desiderativa, conjuntiva e condicional. Após esse procedimento, a categorização dos dados foi submetida à análise estatística pelo programa *GoldVarb X* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), com o fito de gerar pesos relativos que atestem o grau de relevância de cada fator supracitado, a partir de uma análise multivariada dos contextos e das frequências de uso das estruturas do pretérito mais-que-perfeito. Em seguida, os resultados obtidos foram correlacionados aos problemas empíricos de mudança linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006) e aos princípios de gramaticalização (Hopper, 1991). Em meio aos resultados obtidos, detectamos: predominância da estrutura sintética na competição com a construção com *ter/haver* + *particípio* pela codificação do valor de passado do passado; relevância estatística do condicionador linguístico “tipo verbal” na variação sob análise e no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito; evidência de gramaticalização de *ter/haver* + *particípio* em estágio inicial; proeminência da função antepretérita tanto pela forma simples quanto pela composta.

Mediante esse arcabouço, contribuimos para a descrição de fenômenos vinculados ao complexo Tempo-Aspecto-Modalidade (Givón, 1984) e para a cartografia histórica do sistema linguístico.

Palavras-chave: pretérito mais-que-perfeito; sociofuncionalismo; português arcaico.

ABSTRACT

This study is based on the investigation of the simple and compound forms of the pluperfect indicative in data from the archaic period of the Portuguese language. Thus, this research is guided by the following objectives: to investigate the motivation for the alternation between the use of the simple and periphrastic construction; to identify the statistically significant conditioning factors of each variant; to ascertain the structural and semantic behavior of the compound verb form with regard to the grammaticalization process; and to map the different grammatical functions that are expressed by this formal arrangement. This research is supported by the theoretical assumptions of Sociofunctionalism (Tavares, 2003), an interface resulting from the marriage between Variationist Sociolinguistics (Labov, 1972, 1978, 1994 and 2001) and North American Linguistic Functionalism (Hopper; Traugott, 1993; Givón, 1995). Regarding the methodological procedures, data from the digital collection Computerized Corpus of Medieval Portuguese were examined, specifically from texts related to the 13th, 14th and 15th centuries. During the analysis, the occurrences of the variants were categorized by the following groups of factors in relation to variation: verbal type, verbal modifier, phonic salience of the verb, subject animacy and clause polarity. Regarding the grammaticalization of the periphrasis “ter” or “haver” + participle, we considered: subject argument selection, object argument selection, type of periphrastic combination, morphological marks of the participle and variation between “ter” and “haver”. In terms of multifunctionality (Coan; Lima; Sampaio, 2019), we analyzed the following functions: antepreterite, metaphorical, discursive, desiderative, conjunctive and conditional. After this procedure, the data categorization was submitted to statistical analysis by the GoldVarb X program (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), with the aim of generating relative weights that attest to the degree of relevance of each factor mentioned above, based on a multivariate analysis of the contexts and frequencies of use of the structures of the pluperfect tense. The results obtained were then correlated with empirical problems of linguistic change (Weinreich; Labov; Herzog, 2006) and with the principles of grammaticalization (Hopper, 1991). Among the results obtained, we detected: predominance of the synthetic structure in competition with the construction with ter/haver + participle for the coding of the past value of the past; statistical relevance of the linguistic conditioner “verbal type” in the variation under analysis and in the use of the simple form of the pluperfect; evidence of grammaticalization of ter/haver + participle in an early stage; prominence of the antepreterite function in both the simple and compound forms. Through this framework, we contributed to

the description of phenomena linked to the Tense-Aspect-Modality complex (Givón, 1984) and to the historical cartography of the linguistic system.

Keywords: pluperfect tense; sociofunctionalism; archaic portuguese.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Construção de pontos de referência temporal	30
Figura 02 – Referências temporais	37
Figura 03 – Dimensões temporais	38
Figura 04 – Referência temporal passada	38
Figura 05 – Localização temporal – Imperfeito	39
Figura 06 – Localização temporal – Perfeito	39
Figura 07 – Localização temporal – Mais-que-perfeito	39
Figura 08 – Tempo verbal relativo-absoluto como ponto de referência	41
Figura 09 – Escala de modalidade	51
Figura 10 – Fases da gramaticalização	66
Figura 11 – Desenvolvimento do auxiliar <i>be going to</i>	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Pontos Temporais	36
Quadro 02 – Critérios de classificação de tempos compostos	42
Quadro 03 – Noções aspectuais	45
Quadro 04 – Critérios da tipologia verbal de Vendler	47
Quadro 05 – Definições reunidas por Figueroa	56
Quadro 06 – Parâmetros de gramaticalização	69
Quadro 07 – Traços de gramaticalização	71
Quadro 08 – Correlação de parâmetros de gramaticalização	72
Quadro 09 – Convergência entre postulados funcionalistas e variacionistas	75
Quadro 10 – Pressupostos da Gramaticalização no Sociofuncionalismo	78
Quadro 11 – Síntese das características do Sociofuncionalismo	81
Quadro 12 – <i>Corpus</i> Informatizado do Português Medieval – Textos do século XIII	83
Quadro 13 – <i>Corpus</i> Informatizado do Português Medieval – Textos do século XIV	84
Quadro 14 – <i>Corpus</i> Informatizado do Português Medieval – Textos do século XV	85
Quadro 15 – <i>Corpus</i> Informatizado do Português Medieval – Natureza textual por séculos ..	86
Quadro 16 – Amostra do <i>Corpus</i> Informatizado do Português Medieval analisada	87
Quadro 17 – Grafias da conjugação verbal de “H AVER” no pretérito imperfeito do indicativo (CIPM)	90
Quadro 18 – Grafias da conjugação verbal de “TER” no pretérito imperfeito do indicativo (CIPM)	90
Quadro 19 – Periodização do português	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Multifuncionalidade das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo por sincronia	105
Tabela 02 – Multifuncionalidade das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo por natureza textual do século XIII	106
Tabela 03 – Multifuncionalidade das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo por natureza textual do século XIV	107
Tabela 04 – Multifuncionalidade das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo por natureza textual do século XV	107
Tabela 05 – Seleção do primeiro argumento de <i>haver/ter</i> + particípio por sincronia (aplicação/total/percentual)	109
Tabela 06 – Seleção do segundo argumento de <i>haver/ter</i> + particípio por sincronia (aplicação/total/percentual)	111
Tabela 07 – Tipo de combinação de <i>haver/ter</i> + particípio por sincronia (aplicação/total/percentual)	114
Tabela 08 – Marcas morfológicas do particípio por sincronia (aplicação/total/percentual) ...	117
Tabela 09 – Variação entre <i>haver/ter</i> em construções com particípio por sincronia (aplicação/total/percentual)	120
Tabela 10 – Uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> <i>haver/ter</i> + particípio no século XIII	122
Tabela 11 – Atuação do tipo verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> <i>haver/ter</i> + particípio no século XIII	123
Tabela 12 – Atuação do modificador verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> <i>haver/ter</i> + particípio no século XIII	124
Tabela 13 – Atuação da saliência fônica no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> <i>haver/ter</i> + particípio no século XIII	126
Tabela 14 – Atuação da animacidade do sujeito no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> <i>haver/ter</i> + particípio no século XIII	128
Tabela 15 – Atuação da polaridade no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> <i>haver/ter</i> + particípio no século XIII	129
Tabela 16 – Uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> <i>haver/ter</i> + particípio no século XIV	130
Tabela 17 – Atuação do tipo verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito	

<i>versus</i> haver/ter + particípio no século XIV	131
Tabela 18 – Atuação do modificador verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter + particípio no século XIV	132
Tabela 19 – Atuação da saliência fônica no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter + particípio no século XIV	134
Tabela 20 – Atuação da animacidade do sujeito no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter + particípio no século XIV.....	135
Tabela 21 – Atuação da polaridade no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter + particípio no século XIV	136
Tabela 22 – Uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter + particípio no século XV.....	137
Tabela 23 – Atuação do tipo verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter mais particípio no século XV.....	138
Tabela 24 – Atuação do modificador verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter + particípio no século XV	140
Tabela 25 – Atuação da saliência fônica no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter + particípio no século XV	142
Tabela 26 – Atuação da animacidade do sujeito no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter + particípio no século XV	143
Tabela 27 – Atuação da polaridade no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito <i>versus</i> haver/ter + particípio no século XV	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIPM	<i>Corpus</i> Informatizado do Português Medieval
ME	Momento do Evento
MF	Momento da Fala
MR	Momento da Referência
S	Variável
R	Ponto de Referência
F	Tempo de Fala

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO	20
3	TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE (TAM)	33
3.1	Tempo	33
3.2	Aspecto	41
3.3	Modalidade	47
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	52
4.1	Teoria da Variação e Mudança Linguística	52
4.2	Funcionalismo Linguístico	60
4.3	Sociofuncionalismo	71
5	METODOLOGIA	80
5.1	Caracterização da pesquisa	80
5.2	Delimitação do universo e da amostra	81
5.3	Procedimentos de coleta de dados	89
5.4	Procedimentos de análise de dados	90
5.4.1	Grupos de fatores controlados para Variação e Mudança Linguística.....	91
5.4.2	Grupos de fatores controlados para Gramaticalização	97
5.5	Tratamento estatístico na análise dos dados	101
6	ANÁLISE FUNCIONALISTA DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO DO INDICATIVO.....	102
6.1	Multifuncionalidade do pretérito mais-que-perfeito do indicativo.....	102
6.2	Gramaticalização da perífrase do pretérito mais-que-perfeito do indicativo..	106
7	ANÁLISE VARIACIONISTA DAS FORMAS SIMPLES E COMPOSTA DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO.....	120
7.1	Variação na codificação do antepretérito no século XIII.....	120
7.2	Variação na codificação do antepretérito no século XIV.....	128
7.3	Variação na codificação do antepretérito no século XV.....	135
7.4	Correlação dos resultados aos problemas empíricos de mudança linguística..	143
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO

Reconhece-se que o sistema linguístico é suscetível a processos de mudança, embora esta não seja sentida imediatamente pelos usuários da língua, bem como os falantes não sejam necessariamente conscientes das mudanças. Essa natureza pode ser justificada pelo fato de o processo de mudança ser lento, gradual, isto é, por envolver somente polos do sistema linguístico em vez de um plano total.

No português contemporâneo, especificamente no eixo modo-temporal do sistema verbal, a codificação de anterioridade a um ponto de referência passado encontra-se associada às formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo. Em consonância a isso, tanto na língua portuguesa escrita quanto falada, o emprego da estrutura perifrástica sucede com mais frequência do que a estrutura sintética, a qual é relegada a textos escritos de caráter formal ou literário ou registros orais com alto grau de planejamento e monitoramento linguísticos.

A presente dissertação trata de análise do sistema verbal da língua portuguesa, especificamente do pretérito mais-que-perfeito, considerando-se uso e variação entre formas verbais simples e compostas no período arcaico. Nesse viés, esta pesquisa tem como ponto de partida os fundamentos teóricos para um estudo histórico à luz da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo Linguístico, ao considerar que o uso e a estrutura da língua possuem motivações que situam as formas linguísticas em uma competição até que uma seja capaz de suplantar a outra, bem como seja possível também não haver correspondência biunívoca entre forma-função de itens gramaticais. Alinhado a isso, analisam-se as relações de funcionamento e alternância entre as formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito na expressão temporal de passado do passado (antepretérito), inseridas em textos escritos dos séculos XIII, XIV e XV, de modo que se possa refletir acerca dos contextos específicos em que está inserida cada forma, da alteração na sua estrutura e do traçado da sua multifuncionalidade em diferentes períodos históricos.

Nesse sentido, a pesquisa será norteadada pelo seguinte problema geral: “Qual forma verbal é predominante ao considerar os séculos XIII, XIV e XV?”. Em apoio a isso, os problemas específicos consistem em flagrar: “quais são os condicionadores linguísticos da forma simples e da forma composta para esse valor temporal, que aludem aos problemas empíricos de mudança¹ (restrição, transição, encaixamento e implementação)?”; “quais traços

¹ Este estudo não contemplará o problema empírico referente à “avaliação”, tendo em vista que não faz parte dos

da estrutura gramatical e do valor semântico de *ter* e *haver* + particípio atestam o processo de gramaticalização?”; “qual é o estado da multifuncionalidade das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito em cada século?”.

Em meio a isso, hipotetiza-se que a forma verbal predominante seja a simples, tendo em vista que o português arcaico é um período no qual a forma composta ainda estava em processo de gramaticalização para codificar o passado do passado. Salienta-se que, em termos de português contemporâneo, a estrutura simples guarda traços de textos conservando uma retórica pomposa – um ambiente passível de haver a realização da forma sintética – proveniente de seu caráter estilístico (Becker, 2008). Em consonância a isso, as demais hipóteses da pesquisa surgem do pensamento de que fatores como tipo verbal, modificador verbal, saliência fônica do verbo, animacidade do sujeito e polaridade oracional sejam condicionadores linguísticos decisivos para essa variação; além disso, será possível reconhecer que a estrutura composta aponta traços do processo de gramaticalização enquanto imbricação de camadas, isto é, resquícios semântico-estruturais da forma composta que atestam o estado de tal mudança categorial, com base nos critérios de análise: seleção argumental, tipo de combinação, marca morfológica, variação; por fim, espera-se encontrar ambas as formas expressando diferentes matizes de acepção (temporal, modal, discursiva), embora a função de passado do passado seja proeminente.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho reside em investigar a motivação de mudanças das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo em duas perspectivas (funcionalista e variacionista), haja vista os diferentes ambientes linguísticos que podem materializar o valor temporal de passado do passado. Ao lado dessa guisa investigativa, os objetivos específicos constituem-se em identificar os condicionamentos² estatisticamente significativos de cada variante – forma simples e forma composta, quais sejam: tipo verbal, modificador verbal, saliência fônica do verbo, animacidade do sujeito, polaridade oracional, de maneira a construir uma relação com os problemas de mudança; em averiguar o comportamento estrutural e semântico da forma verbal composta, de modo a encontrar vestígios do processo de gramaticalização dessa construção; por fim, mapear as diferentes funções gramaticais que são expressas por esse arranjo formal, haja vista a capacidade de manifestação da multifuncionalidade como fundamento para comprovar a falta de correspondência biunívoca

nossos objetivos identificar o julgamento dos usuários da língua em relação às variantes investigadas, uma vez que a nossa proposta focaliza a construção de um cenário histórico no que concerne a séculos mais remotos. Dessa guisa, ressalta-se a importância da averiguação de tal questão em estudos futuros, com um tempo mais propício para viabilizar uma pesquisa pautada em premissas avaliativas.

² Todas as variáveis independentes desta dissertação, assim como suas explicações e hipóteses, serão elucidadas no capítulo dos procedimentos metodológicos.

entre forma e função. Desse prisma, ilustra-se, inicialmente, a função de passado do passado a seguir, a qual é a mais prototípica e conhecida:

(01) “O presidente voltou o expresso que conduzira a petição” (IC, Biografia de João de Andrade Pessoa Anta, 1889, p. 67)

(02) “Tirou também a esta Villa o contrato das carnes única renda com que se achaua huma cousa e outra assim havia de suceder por que como o capitam Maior vendeu a nova camara humas casas que tinha feito forçosamente nos havia tirar o contrato pera da venda delle se pagar como o fez de tudo auisamos a Vossa Magestade pera despor o que for mais conveniente estendendo nos e a nossa jurisdição.” (IC, Artigo: A primeira Villa da província, 1887, p. 193)

Em (01), encontramos a forma simples do pretérito mais-que-perfeito do indicativo expressando o valor de passado a outro passado, uma vez que o verbo “conduzira” representa um evento que se efetivou antes do evento do verbo “voltou”. Da mesma maneira, em (02), vemos, com a forma composta (tinha feito) desse tempo verbal, o mesmo valor temporal em relação ao evento passado do verbo “vendeu”. Nesse âmbito, é possível visualizar que ambas as estruturas podem codificar o mesmo valor referencial, bem como serem comutadas no mesmo contexto.

Todas essas elucidações foram feitas com base em pesquisas já realizadas acerca do tratamento da variação das formas que exprimem anterioridade a um ponto de referência passado, como Coan (1997, 2003, 2020, 2021, 2022); Costa (2002); Martins (2010, 2015); Bandeira (2011); Coan, Lima e Sampaio (2021), além de investigações sobre a gramaticalização de tempos compostos, como Rodrigues (2010); Coan, Sousa e Romulado (2022); Coan e Sousa (2024), bem como estudos sobre a multifuncionalidade do pretérito mais-que-perfeito, como Coan, Lima e Sampaio (2019); Coan (2020a, 2020b, 2021a, 2021b); Coan, Sousa e Romualdo (2021). A partir dessa conjuntura, concebemos este estudo como um expoente a averiguações dos domínios de natureza estrutural, funcional e discursiva.

Ancorados nesses estudos dos tempos verbais, justifica-se esta pesquisa como uma possibilidade de ampliação de um panorama do sistema verbal devido à investigação desse tema em outro *corpus* – *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), para que sejam iluminadas as motivações dos usos linguísticos que são vigentes atualmente. Nesse sentido,

defende-se a importância da descrição dos fenômenos linguísticos, já que concebemos a primazia de compreender o seu funcionamento da língua em vez de entendê-la com uma visão normativa limitada. Logo, esta pesquisa se pauta em contemplações de processos de remodelação temporal; emergência, transferência e obsolescência de formas; e conservação e transformação da língua através do tempo.

Por conseguinte, a originalidade desta pesquisa se configura pela investigação das formas simples e composta de pretérito mais-que-perfeito em prol de uma análise de recortes temporais mais remotos, o que ampliaria os resultados adquiridos pelos estudos supracitados, assim como correlacionaria todo esse alicerce nos seguintes pontos: (i) variação – flagrar pistas que endossem a passagem da estrutura sintética para a estrutura perifrástica na codificação de antepretérito; (ii) gramaticalização – reconhecer vestígios que apontem os estágios do processo de gramaticalização da forma composta alinhado aos valores de expressão de anterioridade a um ponto de referência passado e de forma-sentido da construção *ter/haver* + *particípio*; (iii) multifuncionalidade – encontrar indícios mais acentuais dos outros usos gramaticais do pretérito mais-que-perfeito do indicativo simples e composto.

Em linhas mais específicas, a relevância deste estudo se legitima por complementar as investigações supracitadas no que diz respeito: a) à ideia de que a forma perifrástica do pretérito mais-que-perfeito expressaria funções além da acepção de antepretérito nos séculos antigos; b) à inspeção da existência da variação entre as estruturas simples e composta em textos da lírica medieval. À vista disso, a abordagem sociofuncionalista serviria como um suporte valiosamente autêntico para a análise do fenômeno em questão.

Assim sendo, operamos com o auxílio dos subsídios da Teoria da Variação, com a justificativa de que é possível identificar momentos em que formas linguísticas estão em variação, além de ser possível delinear contextos estatisticamente favoráveis ao seu uso e, ao considerar dados empíricos para a análise, diagnosticar possíveis mudanças ocorridas no cenário do sistema linguístico (Coan, 2003). Ademais, correlacionando variação e mudança linguísticas, rompe-se com a noção de sincronia pura saussuriana, considerando outros estágios temporais da língua, haja vista que “todo fato lingüístico deve ser considerado no sistema de que é parte, e na sua história, que é a história do próprio sistema” (Pagliaro, 1930, p. 176 *apud* Câmara Jr., 1969, p. 45).

Alinhados à Sociolinguística Variacionista, serão considerados os postulados do Funcionalismo norte-americano, pelo qual se optou em virtude de nossa proposta tratar, também, da gramaticalização de *haver/ter* no imperfeito + *particípio*. Assim sendo, o Sociofuncionalismo – articulação teórica entre Sociolinguística e Funcionalismo – norteará este

estudo. Desse modo, busca-se entender os fenômenos linguísticos enquanto elementos de comunicação em contextos discursivos, sendo a gramática construída sem a relação categórica de uma função para uma forma, tendo em vista as diversas estratégias comunicativas que motivam o uso da linguagem (Givón, 1991).

Salienta-se também que, em virtude de a gramática ser compreendida como dinâmica e mutável, forma-se um sistema adaptativo que não se estabiliza, por ser parcialmente autônomo e parcialmente motivado por pressões externas (Dubois, 1984). Nesse cenário, dá-se o fenômeno da gramaticalização, observado como a evolução de construções relativamente livres no discurso para construções relativamente fixas na gramática, motivadas por necessidades comunicativas.

Frente a isso, a gramaticalização permite identificar trajetórias específicas de algumas mudanças, possibilitando a descrição do funcionamento da língua. Dessa maneira, a gramaticalização mostra-se como um dos mecanismos mais válidos para a investigação da interação entre falante e ouvinte no que se refere ao uso linguístico (Bybee; Perkins; Pagliuca, 1994).

Nesse intuito, a abordagem sociofuncionalista articula construtos funcionalistas, como o estudo da função, a análise dos aspectos discursivos, tendências de uso como reflexo da organização do processo de comunicação; e construtos sociolinguísticos, como a variação, a quantificação de dados de acordo com fatores linguísticos e extralinguísticos e a motivação da mudança (Tavares, 2003).

Segundo Paiva e Duarte (2006), a relação entre essas teorias é uma escolha enriquecedora, tendo em vista que o seu resultado pode levar a premissas cada vez mais extensas e completas para a descrição dos fenômenos linguísticos, uma vez que ambas as vertentes concebem que a língua pode ser explicada quando utilizada efetivamente.

Com essa finalidade, utilizamos o CIPM, base de dados disponibilizada na internet, sendo um projeto que agrupa diversos registros para a organização de gramáticas e dicionários históricos, uma vez que viabiliza investigações acerca de períodos mais antigos do português. Desse acervo, consideramos apenas os textos dos séculos XIII, XIV e XV, os quais serão manuseados com base nos critérios de análise detalhados nos procedimentos metodológicos.

Na proposta de uma intersecção entre teorias linguísticas, ressalta-se que cada quadro teórico possui especificidades em seus pressupostos, fazendo com que, em vários casos, a correlação não seja feita apropriadamente. Nesse aspecto, propomos a aproximação entre as condutas teórico-metodológicas do Funcionalismo Linguístico voltado ao processo de gramaticalização e da Sociolinguística Variacionista. Diante de tudo o que foi exposto, a

pesquisa atesta a sua relevância por fornecer um panorama da evolução da Língua Portuguesa, ao descrever unidades linguísticas em diferentes recortes temporais e perspectivas teóricas, assim como contribui para a compreensão de regras gramaticais vigentes, pois será possível ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do sistema linguístico e a sua história.

Após a introdução realizada nesta primeira seção, em que foram expostos tema, objetivos, questões, hipóteses, justificativa e relevância da pesquisa, a presente dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: capítulo dois – no qual é feita a exposição da revisão da literatura a partir da visão de gramáticas do português acerca do funcionamento do pretérito mais-que-perfeito ao longo do tempo; capítulo três – em que são explanadas as considerações sobre o domínio funcional das categorias de Tempo, Aspecto e Modalidade a partir de uma verticalização das principais premissas para a nossa pesquisa; capítulo quatro – cuja composição articula os pressupostos teóricos das vertentes que servirão de alicerce para nossa análise (Teoria da Variação e Mudança, Funcionalismo Linguístico de base norte-americana e Sociofuncionalismo); capítulo cinco – seção que detalha a natureza do nosso trabalho, a constituição do *corpus*, a coleta e análise de dados, os grupos de fatores e suas hipóteses e o programa estatístico; capítulo seis – que comporta a nossa análise funcionalista da multifuncionalidade das formas simples e composta e da gramaticalização da perífrase do pretérito mais-que-perfeito; capítulo sete – que apresenta a nossa análise variacionista da alternância das estruturas codificadoras de antepretérito, bem como os seus condicionamentos de uso. Por fim, encontram-se as considerações finais – que recapitulam os principais pontos desenvolvidos nesta dissertação.

2 PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO

Para situar com maior afinco nosso objeto de pesquisa, julga-se pertinente apresentar o percurso do pretérito mais-que-perfeito ao longo dos séculos, a partir da visão dos gramáticos em relação às suas formas simples e composta. Desse modo, pretendemos traçar um panorama desse tempo verbal, à luz das principais gramáticas e pesquisas linguísticas, para promover uma melhor empreitada do fenômeno que aqui nos propomos a investigar.

Huber (1986, p. 251) atesta que a língua portuguesa manteve as formas nominais do verbo (infinitivo, gerúndio e particípio) advindas do latim, assim como os tempos presente, pretéritos imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito do indicativo, além do presente do subjuntivo e o modo imperativo. Acerca do mais-que-perfeito, o autor declara que esse tempo verbal indica uma ação que foi concluída antes de outra também no passado e explica que, no português arcaico, a estrutura “ouvera” denotava a mesma acepção de “tive” ou “tivera”. Ademais, como passado anterior, o pretérito mais-que-perfeito era utilizado como “pretérito dependente na oração completiva” (contextos de verbos declarativos) e, em alguns casos, adquiria valor de imperfeito ou de mais-que-perfeito do subjuntivo. Somado a isso, o autor, com ênfase no sentido etimológico de um passado anterior, aponta que o pretérito mais-que-perfeito pode ser, por vezes, substituído pelas seguintes construções perifrásticas:

- a) imperfeito de *aver* (*avia*) ou *teer* (*tinha*) + particípio passado: *avia combinado* (Cancioneiro d'el Rei D. Denis 2652);
- b) mais-que-perfeito de *ser* (*fora*) + infinitivo: *fora matar* (Cancioneiro d'el Rei D. Denis. 1770) = *matara*
- c) imperfeito de *seer* + infinitivo (muito esporadicamente): *Disseram-lhe os moços que era andar fora* (Euf. 358) ‘os criados disseram-lhe que tinha saído (saíra)’.

Em seus postulados, Dias (1959, p. 107, apud Bandeira, 2011, p. 90) indica que o pretérito mais-que-perfeito simples era usado nos seguintes casos:

- a) para exprimir uma ação passada, em relação a uma outra ação que havia realizado ou se realizava, exceto para as orações temporais com a conjunção logo que e seus sinônimos, em que o verbo empregado era o pretérito perfeito e não o mais-que-perfeito;
- b) nas orações subordinadas, podendo estar relacionado com o presente de uma oração subordinante, quando esse presente tinha o sentido de pretérito. O autor observa: “Só escriptores que se exprimem incorretamente, empregam o pretérito mais-que-perfeito, em vez do pretérito perfeito” e prossegue em suas

- observações explicando que “do verbo dever determinado por um infinito não se emprega o pretérito mais-que-perfeito composto, mas sim o simples.”
- c) em lugar do presente condicional em orações “condicionadas”, a exemplo de “Que fora a vida, se nella não houvera lagrymas?”
- d) em lugar do imperfeito do conjuntivo em orações optativas, condicionais e concessivas.

No que se refere ao pretérito mais-que-perfeito composto, o gramático percebe um grande emprego no português arcaico médio, em que, nas orações temporais, exprimia-se que, em um determinado momento do passado, a ação estava efetuada, a partir da construção “ter/haver + particípio passivo” de um verbo transitivo, indicando-o como “pretérito anterior das gramáticas francesas” (Dias, 1959, p. 191).

De acordo com Said Ali (1971, p. 315), destacar que um acontecimento se manifestou antes de outro passado é competência do tempo pretérito mais-que-perfeito. Nesse plano, o autor aponta para a semelhança das terminações “-aram”, “-eram”, “-iram” com as do pretérito perfeito, frisando que a ambiguidade pode ser desfeita por meio do contexto e orientando o emprego da combinação “tinham + particípio do pretérito” (forma composta) em vez do pretérito mais-que-perfeito simples. Em adição a isso, Said Ali (1971, p. 232) menciona que as estruturas em “-ra” possuem aplicação secundária nas proposições condicionantes e condicionadas, escopos prototípicos do imperfeito do conjuntivo e do futuro do pretérito, respectivamente, além de conseguir comutar com aquele em alguns contextos exclamativos.

Na gramática de Fernão de Oliveira (1536, p. 122-123), não há, especificamente, registros voltados ao pretérito mais-que-perfeito, tendo em vista que não se trata da proposta do autor, embora elucide algumas premissas acerca do sistema verbal, em especial, a sua conjugação (tempo, modo, número e pessoa). Segundo Passos (1994, p. 5), a intenção de Oliveira é de refletir a respeito do caráter linguístico e cultural, pois sua gramática foi publicada em uma época em que Portugal se direcionava a uma autonomia nacional, configurando, assim, como uma tentativa de oferecer uma norma para o português nesse período.

No concernente à gramática de João de Barros (1540), exploram-se o surgimento dos tempos compostos do verbo (pretérito ou presente, por combinação com o verbo “ter”) e a explicação de que o verbo “haver” apenas era empregado em referência a contextos futuros. Dessa conjuntura, ao contrastar as estruturas impessoais e pessoais, o gramático indica que estas passam por oito acidentes, são eles: o gênero ou voz (ativa, passiva ou neutra); a espécie (primitivos ou derivativos); a figura (simples ou compostos);

o tempo (presente, “passádo” por acabar, “passádo acabádo”, “passádo” “máis” que “acabádo”, vindouro ou futuro); o modo (indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo e infinitivo); a pessoa; o número; e a conjugação.

Em acréscimo a esses apontamentos, Barros (1540) destaca que a classe verbal pode expressar a categoria de grau assim como os nomes, isto é, haveria verbos aumentativos (*embranquecer, enegrecer, enverdecer e estremecer*, respectivamente aumentativos de *branquejar, negrejar, verdejar, tremar*) e verbos diminutivos (*choramingar e batocar*, formas diminutivas de *chorar e bater*).

No que concerne aos tempos verbais do sistema linguístico, o autor descreve que, assim como no latim, o português tinha cinco tempos verbais, conforme citado anteriormente. Sobre o “*passádo máis que acabádo*”, o qual corresponde ao pretérito mais-que-perfeito, Barros salienta que a sua forma composta exprimiria melhor o tempo anterior a outro passado:

Temos máis alguns tempos simples, os quâes por cópia da nôssa linguagem máis que por defeito déla, ôs podemos dizer também per rodeo, como o tempo passádo máis que acabádo do módo pera demonstrár, o quá, simples, dizemos amára e per rodeo, na mesma sinificaçám, tinha amádo. Ainda que parêçe no sentido que estes tempos simples com o partiçípio dam à obra algua máis perfeiçám em tempo (Barros, 1540 *apud* Bandeira, 2011, p. 93).

Quanto à gramática de Arnauld e Lancelot (2001), o funcionamento verbal é analisado em relação à língua francesa concebendo que:

... como, porém, no passado se pode indicar que a coisa apenas acabou de ser feita, ou indefinidamente que ela foi feita, sucedeu que, na maioria das línguas usuais, existem dois tipos de pretérito: um, que indica a coisa precisamente realizada, sendo por isso chamado definido como *tenho escrito...*; e o outro, que a indica como feita de modo indeterminado, sendo por isso chamado indefinido ou *aoristo*, como *escrevi*, o que não se diz propriamente senão estiver pelo menos afastado de um dia em relação àquele em que falamos; pois se diz bem, por exemplo, *eu escrevi ontem*, não, porém, *eu escrevi esta manhã*, nem *eu escrevi esta noite...* Nossa língua é tão exata na propriedade das expressões que não admite nisso nenhuma exceção, embora os espanhóis e italianos confundam às vezes esses dois pretéritos, tomando um pelo outro. Quanto ao mais-que-perfeito, indica duplamente passado (*jantara* ou *tinha jantado*); por ele marco minha ação de jantar não apenas como passado em si, mas também como passado em relação a uma outra coisa, que também é passada como quando digo: *eu tinha jantado quando ele entrou...*” (Arnauld; Lancelot, 2001, p. 97-99).

Além disso, apesar de comentar minimamente sobre os tempos compostos, mencionam que os verbos auxiliares assistem a formação de vários tempos verbais com

o auxílio do particípio passado e que os verbos “ter” e “haver” representam auxiliares de tempos compostos dos verbos ativos. Porém, acerca do pretérito mais-que-perfeito, não distinguem a forma simples da forma composta.

Argote (1725 *apud* Bandeira, 2011, p. 95) expõe os tempos verbais do sistema linguístico por meio de delimitações e indica os tempos passados mediante a explicação de que as três formas de pretérito fazem referência a uma ação “passada simplesmente a respeito de si, passada a respeito de si, e presente a respeito de outra, passada a respeito de si, e a respeito de outra”, em que se pode notar que a última se refere ao pretérito mais-que-perfeito. Somado a isso, Argote, em relação aos verbos auxiliares, declara que existem apenas dois verbos típicos no português: “o verbo ‘ser’; o verbo ‘ter’ ou ‘haver’”. Logo, percebemos que o autor considera os verbos “ter” e “haver” como sinônimos perfeitos e descreve que podem desempenhar o papel de auxiliares dos tempos compostos de estruturas verbais ativas e passivas.

No que toca aos estudos dos tempos verbais, Lobato (1770, p. 65) os define como “aquella especial inflexão das suas vozes em todos os modos, pela qual o verbo dá a cohecer o tempo, segundo as suas diferenças”, reconhecendo a existência do presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro imperfeito e futuro perfeito como tempos verbais e frisando que nem todos os modos do verbo apresentam todos os tempos, como o imperativo. Especificamente sobre o pretérito mais-que-perfeito, explica que:

Preterito mais que perfeito significa, que huma cousa he não só perfeitamente passada a respeito de si, mas também passada a respeito da outra, que he também já passada, como v.g. quando digo: *Pedro queixou-se à Justiça, porque Paulo lhe furtára o seu capote*. Onde o verbo furtára está no pretérito mais que perfeito por significar que a acção de furtar Paulo o capote já tinha passado, quando Pedro se queixou à Justiça, cousa, que é também já passada.

.....
O preterito mais que perfeito fórma-se da voz do presente impessoal do infinitivo, acrescentando-se-lhe em qualquer das conjugações hum a, assim como de Amar, Amára; de Defender, Defendêra; de Applaudir, Applaudira (Lobato, 1770, p.69-110)

Acerca das formas compostas, Lobato (1770, p. 115), a partir da distinção entre as que fazem parte do modo indicativo e as que compõem o modo conjuntivo, considera que o pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo é formado pelo pretérito imperfeito do verbo “ter” + particípio passivo do verbo pleno (tinha amado/ tinhas amado); enquanto o pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo é formado

pelo verbo “ter” flexionado nessa mesma conjugação + particípio passivo do verbo pleno (tivesse/tivera amado). Embora Lobato não comente a possibilidade de emprego do verbo “haver” para configuração do tempo composto do pretérito mais-que-perfeito, o autor menciona que os verbos “ser”, “estar” e “haver” podem ser utilizados para “suprirem, e formarem de suas vozes alguns tempos, que faltão aos outros verbos” (Lobato, 1770, p. 69).

Barboza (1830, p. 217) reconhece que o pretérito mais-que-perfeito

nota huma existência não só passada, como o pretérito imperfeito; e não só passada e acabada indeterminadamente, como o pretérito absoluto, e não só passada e acabada relativamente à epocha actual da palavra, como o presente perfeito; mas passada e acabada relativamente à outra epocha também passada... (Barboza, 1830, p. 217)

Oliveira (1904, p. 21-23) conceitua tempos verbais como “as flexões que o verbo toma para indicar a época em que se faz a acção, assim como o estado da acção enunciada”. Nesse sentido, os tempos verbais em que a acção é feita são presente, pretérito e futuro; já os que expressam o estado da acção são (i) tempos imperfeitos – que codificam acção não acabada, a qual começou, mas ainda se aplica no momento de fala –, (ii) tempos perfeitos – que codificam acção acabada no presente, pretérito ou futuro – e (iii) tempos por-fazer – que codificam acção começada na intenção e futura na execução. Em face ao exposto, o autor não cita o pretérito mais-que-perfeito na sua divisão de tempos verbais em relação ao estado da acção, apesar de que é possível inferir que haja uma pista do antepretérito nos tempos perfeitos (acção acabada no pretérito).

Todavia, Oliveira (1904, p. 23) apresenta o pretérito mais-que-perfeito quando suscita a classificação dos tempos principais/primários/absolutos (presente, pretérito e futuro) e secundários/relativos/históricos (imperfeito, mais-que-perfeito e condicional). Em acréscimo a isso, o autor alude à divisão entre tempos simples – formados por uma só palavra – e compostos (locução verbal) – formados por mais de uma palavra.

Para Sotero dos Reis (1871, p. 36), os tempos verbais são “inflexões que elle toma para exprimir a affirmação em relação ao presente, ao passado ou pretérito, ao futuro, ou às três épocas de duração do tempo”. Desse âmbito, descreve-os da seguinte forma:

O presente, ou tempo em que a coisa existe, é indivisível; mas o pretérito ou tempo em que existio, e o futuro, ou tempo em que existirá, admitem grãos de perfeição em anterioridade e posteridade: dahi a necessidade de novas inflexões para exprimir esses diversos grãos de anterioridade e posteridade, que constituem os tempos compostos do verbo, quer na forma, quer simplesmente no sentido. (Sotero dos Reis. 1871, p. 36)

Em face dessa descrição, é possível perceber que as formas simples do pretérito e do futuro não são suficientes para expressar o valor aspectual de perfectividade no eixo da anterioridade ou da posterioridade, de modo que seja necessário o emprego da sua forma composta. Nesse viés, o autor ilustra que esse sentido é expresso pelo pretérito mais-que-perfeito:

Eu ceára quando elle entrou. O mais-que-perfeito *ceára*, vale igualmente tanto como *tinha ceado* ou *acabado de cear*; pois o exemplo citado corresponde exactamente a est'outro: <<Eu tinha acabado de cear, quando elle entrou>>. Assim esses dous tempos simples na aparência, são compostos no sentido. (Sotero dos Reis, 1871, p. 37)

Segundo Ribeiro (1933, p. 159), o verbo é um codificador de modo, tempo, número e pessoa no que concerne à variabilidade da sua conjugação, sendo esse fator explicado pelas origens latinas ou por analogia. Assim como a maioria dos autores, Ribeiro caracteriza o pretérito mais-que-perfeito como uma ação anterior a momento passado, embora seja imprescindível salientar que o autor afirma que esse tempo verbal “é hoje de uso raro e muito discreto nas obras literárias. Na linguagem falada já não existe” (Ribeiro, 1933, p.161).

De acordo com Ribeiro (1890, p. 161), os tempos verbais “são formas ou flexões por meio das quaes o verbo determina uma epocha”, além de que “são relativos a uma epocha com que se comparam; é essa epocha o momento preciso, o acto mesmo da palavra”. Nesse contexto, o gramático propõe a divisão dos tempos verbais em presente, passado e futuro e uma subclassificação de tempos primários e secundários, sendo aqueles indicadores de uma “epocha referindo-a só ao momento da palavra”, já estes “enunciam duas relações: uma como o momento preciso da palavra, outra como uma epocha determinada no discurso.” (Ribeiro, 1890, p.163). Especialmente sobre o pretérito mais-que-perfeito, o autor afirma que esse tempo verbal é utilizado para indicar um valor condicional e pode substituir o imperfeito do subjuntivo, além da sua função padrão. Quanto às formas compostas, Ribeiro (1915, p. 152) descreve a perpetuação dos verbos

auxiliares na língua portuguesa, tendo em vista que esse caso:

explica-se pelas tendências *analyticas* desses idiomas, desde as primeiras *phases* de sua evolução. O emprego dessas formas auxiliares, pouco trilhadas, é verdade, nas construções do latim literário, torna-se mais frequente à medida que a língua latina se vai tornando vulgar e dando nascimento, pela diferenciação dialectal, às línguas românicas, em cujo número figura a nossa língua portuguesa. (Ribeiro, 1915, p.152).

Santos (1913, p. 70) conceitua o tempo como “a propriedade que têm os verbos de fazer-nos conhecer a época a que se refere a ação” e categoriza os tempos verbais em primários (presente, pretérito e futuro) e secundários (pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito/pretérito relativo e futuro do pretérito). Em consonância aos outros gramáticos, Santos (1913, p. 71) retrata que o pretérito mais-que-perfeito “denota um tempo passado de outro igualmente passado”.

Outrossim, Almeida (1999, p. 229) corrobora o pensamento dos autores que ratificam a definição do pretérito mais-que-perfeito como “passado do passado”. Nessa conjuntura, ele destaca a semelhança entre o uso das formas simples e composta desse tempo verbal, tendo em vista que reconhece a possibilidade de comutação dessas estruturas, pois afirma que “nenhuma diferença de significado existe”.

Em consequente, a conceituação de “passado do passado” para o tempo verbal pretérito mais-que-perfeito é perpetuada até as gramáticas mais atuais, como é demonstrado por Cunha (1975, p. 436) e, em seguida, por Cunha e Cintra (2001, p. 456). Segundo os autores, a acepção padrão do pretérito mais-que-perfeito decorre do fato de que ele “indica uma ação que ocorreu antes de outra ação já passada” (Cunha; Cintra, 2001, p. 457). Em adição a isso, reiteram que os tempos compostos indicam uma situação acabada, repetida ou contínua. De modo análogo, Cegalla (1984, p. 162), Rocha Lima (2003, p. 123) e Bechara (2009, p. 221) apenas apontam a existência de três pretéritos e ilustram a distinção entre eles por meio de frases. Logo, depreende-se que essas definições de cunho mais normativo focam somente a noção temporal exprimida pelo verbo, o que engendra o pensamento de que tais manuais não são capazes de explicar o funcionamento linguístico em diferentes e amplos contextos.

Coan (2003, p. 21), em face desse problema das gramáticas, critica o posicionamento de Pereira (1923), Luft (1976), Almeida (1982) e Cunha & Cintra (2001) por apenas relegar ao pretérito mais-que-perfeito o valor temporal de ação que ocorreu antes de outra ação passada. Na concepção da autora, essa conceituação é vaga,

insuficiente e problemática, haja vista que exclui outras tipologias verbais (os verbos de estado, por exemplo) e limita a acepção de situações duplamente passadas a um único tempo verbal, embora haja casos em que os pretéritos perfeito e imperfeito do indicativo exprimem tal função temporal, como exemplificado a seguir:

(04) ...Pra entrar na ASTEL, eu entrei quando era pequeno...Antes de **ir** pra ASTEL, eu **JOGUEI** no Avaí. (FLP, Vi/6) /

(05) Então ela **acabou** até **saindo** do serviço, ela TRABALHAVA lá... (FLP 03, L1187)

.....
Em (04), *jogar no Avaí* ocorreu antes de *ir para a ASTEL e trabalhar*, em (05), ocorre até *a saída*, portanto o perfeito *joguei* e o imperfeito *trabalhava* são situações passadas relativamente a *ir* e *sair*. (Coan, 2003, p. 22)

Ao suscitar Câmara Jr. (1985), Coan (2003) visa a construir uma alternativa de definição que garanta uma proposta adequada para compreender o pretérito mais-que-perfeito, de modo a destacar um outro componente na conceituação desse tempo verbal: o aspecto. Quanto a esse prisma, Câmara Jr. refere-se à oposição entre as noções aspectuais de completude (pretérito perfeito) e incompletude (pretérito imperfeito), situando o pretérito mais-que-perfeito também no primeiro plano. Ao lado do autor, Barboza (1830) também insere o aspecto como componente ampliador da definição de tal tempo verbal. Entretanto, essa proposta de imbricação entre aspecto e tempo não delimita fronteiras em relação ao pretérito perfeito quando este se comporta conforme ilustrado a seguir: “Eu antes ESTUDEI até o ginásio. Depois de dez anos, aí eu FIZ o segundo grau. (FLP 17, L 08)” (Coan, 2003, p. 24). Nesse contexto, o verbo “estudei” expressa uma noção maior de distância e completude – interpretação decorrente da relação com a forma verbal “fiz”, sendo possível, portanto, de ser compreendido como passado do passado.

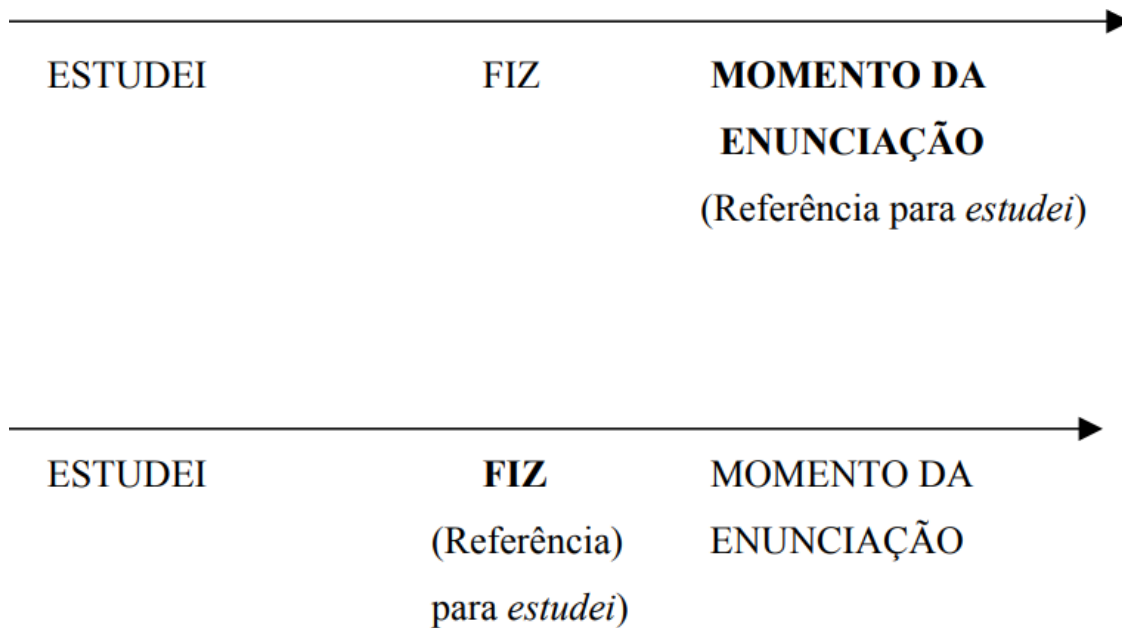
Defronte disso, Coan (2003) comenta que esse problema advém do modo como enunciados semelhantes ao anterior podem ser observados:

Se olharmos seqüencialmente, em termos de ocorrência, no mundo real, das situações expressas pelo verbo, em *estudei* seguido de *fiz* [...] a função é uma: de passado anterior ao momento de fala; se olharmos contra-seqüencialmente, ou seja, se olharmos as situações diferentemente da ordem em que elas se deram mundo real, primeiro *fiz*, depois *estudei* [...] a função é outra: de passado anterior a outro passado.

Destarte, a referência condiciona a compreensão de uma forma verbal. Nesse sentido, caso se ligue ao momento de fala, o pretérito perfeito terá função de passado ao momento de fala; caso se ligue ao passado “fiz”, “estudei” terá função de passado do

passado, como demonstra o diagrama de Coan (2003, p. 25):

Figura 01 – Construção de pontos de referência temporal



Fonte: Coan, 2003, p. 25

No tocante à referência temporal, Cunha e Cintra (2001, p. 456-458) mencionam que o pretérito mais-que-perfeito pode

- (i) exprimir um fato vagamente situado anteriormente ao momento de fala e um fato passado ao presente de modo a amenizar uma afirmação ou pedido:

(03) Até que afinal conseguiu o meu carneiro para montar.

Tinha vindo para pedir-lhe uma explicação.

- (ii) ser empregado no lugar do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito do subjuntivo:

(04) Um pouco mais de sol – e fora brasa.

(05) Assistimos à divina Tragédia, como se fôramos, no prodigioso quadro, os últimos personagens póstumos do Mestre.

(iii) ser utilizado em frases exclamativas:

(06) Quem me dera! [=Quem me desse!]

Somado a esses usos, Fiorin (1996, p. 190-215) atribui ao pretérito mais-que-perfeito o caráter multifacetado, uma vez que:

(i) comuta com o futuro de pretérito (valor de consequência a partir de uma condição alcançada, além de menor probabilidade de ocorrência da situação):

(07) Se eu soubesse, já tinha mandado revelar as chapas.

(ii) comuta com o pretérito imperfeito do subjuntivo (valor de veracidade de uma hipótese):

(08) Para Valério, porém, Popó não teria acontecido, se antes não houvera um Albuquerque.

(iii) comuta com o pretérito imperfeito do indicativo (valor de distanciamento temporal):

(09) Durante o primeiro assalto, um boxeur lutou, lutou, enquanto o outro apenas tinha aparado os golpes.

(iv) pode ter valor de futuro anterior e matiz de sentido de certeza

absoluta:

(10) Amanhã, a esta hora, você já acabou o trabalho que tinha começado cedo.

(v) além de ter valor de presente e matiz de sentido de atenuação de situação ou um distanciamento imemorial:

(11) Como Cícero, sou um dos mais ardentes apologistas da lei natural...a razão suprema gravada em nossa natureza...cuja voz nos traça nossos deveres...e cujo império se estende a todos os povos, lei que só Deus concebera, discutira e publicara.

Seguindo a premissa de que não há correspondência biunívoca entre forma e função, assumimos o interesse de destacar o caráter multifuncional da língua em relação às formas de codificação de um valor referencial. Nesse aspecto, em meio à gama de investigações da multifuncionalidade do tempo verbal mais-que-perfeito (formas simples e composta), elegemos o estudo de Coan, Lima e Sampaio (2019) como norteador das discussões a serem feitas acerca dessa conjuntura panorâmica, a fim de refinar o nosso objeto de análise, uma vez que julgamos pertinente salientar o mapeamento funcional que esperamos encontrar na nossa empreitada científica.

Nesse cenário, ao analisarem a variação entre o mais-que-perfeito simples e composto no português contemporâneo, as autoras depararam-se com seis funções codificadas por essas formas verbais, quais sejam: antepretérito, metafórica, discursiva, desiderativa, conjuntiva e condicional – as quais são descritas e ilustradas a seguir.

Em relação à função de antepretérito, trata-se da função prototípica das formas verbais do pretérito mais-que-perfeito, haja vista a expressão de valor passado anterior a outropassado:

(12) “Pertencia pois a uma das famílias de mais distinção d’aquelles tempos. Seo bisavô tinha sido como um patriarcha n’aquelles sertões então desertos. (IC, Biografia Pe. Gonçalves

Ignácio de Loyola Albuquerque Mello Morróró, 1889:29)”.
(Coan, Lima e Sampaio, 2019, p. 9)

Quanto à de passado metafórico, compreende-se o valor temporal de passado anterior ao momento de fala, função comumente indicada pelo pretérito perfeito:

(13) “Porque não acompanhava o governo, fonte de todas as graças e benefícios! Ingrato! Elle que durante a legislatura recusara presidências de províncias e a pasta da justiça! Ingrato! (IC, Artigo: O Padre Ibiapina, 1888:172)”. (Coan, Lima e Sampaio, 2019, p. 9)

Sobre a função discursiva, entende-se como a retomada a um elemento ou situação já mencionada no discurso:

(14) “Presumo ser de grande necessidade correr a Provincia como eu já havia dito a S. Magestade. (IC, Artigo: Luiz da Motta Féo e Torres e seu governo no estado do Ceará, 1890:60)”. (Coan, Lima e Sampaio, 2019, p. 9)

A respeito da função desiderativa, trata-se da expressão de uma projeção futura:

(15) “Com que meus senhores, eu sobretudo amo e quero o sosego de todo este pouo, mas quizerá com a minha e sua cautella, e boa conservasam ter seguro o nosso descanso, no aserto da boa asituasam da uilla desta capitania. (IC. Artigo: A primeira Villa da província, 1887:135)”. (Coan, Lima e Sampaio, 2019, p. 10)

Acerca da função conjuntiva, exprime-se um valor condicional a uma situação, função geralmente expressa pelo pretérito imperfeito do subjuntivo:

(16) “Segundo: Si não fora a religião do segredo, si fosse possível

rasgar o véo domysterio, a Camara fi caria sabendo o nome da pessa ou pessoas. (IC, Artigo: Execuções – Pena de Morte no Ceará – Parte II, 1894:253)”. (Coan, Lima e Sampaio, 2019, p. 10)

Por fim, a função condicional estabelece uma eventualidade ou hipótese, valor codificado comumente pelo futuro do pretérito:

(17) “E a não se querer respeitar essas divisas que a própria natureza do terreno offerece, nem o que a competência da autoridade definiu em direito, melhor *fora* então entregara solução de casos. (IC, Appendice – Artigos, Discursos, Representações, 1893:287).” (Coan, Lima e Sampaio, 2019, p. 10)

Perante essa exposição, releva-se a evolução que as formas simples e composta percorreram ao longo dos séculos, delineando uma história estrutural, funcional e discursiva para o sistema verbal da língua portuguesa. No que concerne ao nosso objeto investigativo, o carteamamento histórico dos subsídios apontados apresenta grande valia, principalmente os achados de Coan, Lima e Sampaio (2019), os quais servirão de suporte para o mapeamento e análise das funções expressas pelo pretérito mais-que-perfeito que forem encontradas nos textos em português arcaico dos séculos XIII, XIV e XV.

3 TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE (TAM)

Em se tratando de mudança linguística acoplada ao sistema verbal, vale ressaltar que esta acontece a partir de uma modificação no conjunto de matizes de sentido que englobam o valor das seguintes categorias: tempo, aspecto e modalidade. Nessa perspectiva, alterações nessas propriedades podem ocasionar mudanças de natureza diversa em uma construção.

Givón (1984), ao se referir ao complexo TAM (tempo, aspecto e modalidade), menciona que esse sistema se engendra como um “feixe de traços” semântico-lexicais (estruturados significativamente nos verbos), semântico-proposicionais (indicadores de estado, ação) e pragmático-discursivos (sequenciadores de proposições e codificadores de modalidade).

Em uma concepção similar à Givón de que o TAM é configurado por categorias interconectadas, Lyons (1977) admite que não é possível desvincular tempo verbal de aspecto nem tampouco de modalidade, pois são noções que se imbricam no discurso para apontar experiências, períodos e noções de realidade referidas no tempo. Portanto, como destaca Coan (2003, p. 87): “Para a interpretação de formas verbais, há que se fazer um cálculo dessas categorias, o que pode levar uma mesma forma verbal a várias interpretações”.

3.1 Tempo

Como ponto de partida, cabe suscitar, de acordo com Ilari (2001, p. 8), que o estudo do tempo verbal viabiliza:

Reconhecer as expressões e construções que indicam tempo, caracterizando sua contribuição à interpretação das sentenças em que ocorrem; desenvolver um conjunto de noções e uma metalinguagem adequada para a descrição das expressões e construções gramaticais que indicam tempo; elaborar representações formais das sentenças que levam em conta as referências temporais nelas contidas.

Nesse âmbito, Givón (1984) cita dois traços como basilares para se conceituar a categoria tempo: sequencialidade (sucessão de momentos) e ponto de referência (tempo do ato de fala). Quanto a isso, o autor aponta que o tempo se engendra a partir de uma relação entre a extensão relativamente limitada de uma determinada situação em meio ao

período no qual se manifesta a fala. Desse modo, ao assumir que, em virtude de as línguas estarem sujeitas a pressões diacrônicas que ocasionam desgastes e expansões de sentido, de modo a provocar alterações de mensagem, Givón (2001, 2005) aponta o efeito de estratégia linguísticas comunicativamente motivadas a partir da conexão com um domínio funcional que aciona uma ordenação temporal de momentos conforme o que se estabelece no contexto de interação em que o falante se encontra. Assim, o tempo constitui uma situação comunicativa e comporta-se, cognitivamente, como um construto mental e linguístico.

De acordo com Reichenbach (1947), os tempos verbais são perceptíveis e conceituados pela observação de três pontos: o momento do evento (ME), o momento da fala (MF) e o momento da referência (MR), os quais se encontram definidos, conforme Corôa (2005), no quadro abaixo:

Quadro 01 – Pontos Temporais

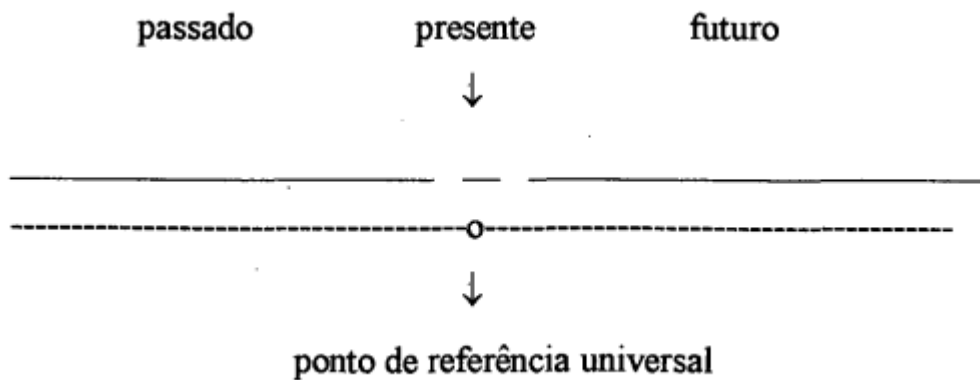
<p>Momento do Evento (ME)</p>	<p>É o momento em que se dá o evento (processo ou ação) descrito; é o tempo da predicação.</p>
<p>Momento da Fala (MF)</p>	<p>É o momento da realização da fala; o momento em que se faz a enunciação sobre o evento (processo ou ação); é o tempo da comunicação.</p>
<p>Momento da Referência (MR)</p>	<p>É o tempo da referência; o sistema temporal fixo com respeito ao qual se define simultaneidade e anterioridade; é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte, para a contemplação do ME.</p>



Fonte: Corôa, 2005, p. 41

O tempo verbal é responsável por expressar situações (estados, processos, ações etc.) em um plano de referências temporais, sejam elas: presente, passado e futuro. Quanto a esse prisma, essas noções são observadas em uma linha temporal a partir do tempo de fala, o qual é descrito como ponto de referência universal (Givón, 1993). Por meio do momento de fala, é viável mapear situações em um plano anterior (passado) ou posterior (futuro) à fala (presente), conforme o modelo a seguir:

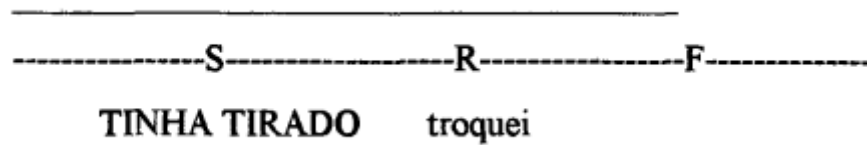
Figura 02 – Referência temporais



Fonte: Coan, 1997, p. 36

Assim, desde que uma língua possua uma categoria gramatical que expresse referência temporal, ela detém tempo verbal, como afirma Comrie (1981). Nesse sentido, é válido destacar que existem línguas que, por não terem referência temporal gramaticalizada, recorrem a outros meios de expressar essa propriedade a partir de instrumentos de lexicalidade (por advérbios ou contexto linguístico, por exemplo)

Somado a isso, Givón (1984) retrata o tempo verbal como um artifício de construção temporal mediante uma sucessão de pontos, os quais ocupam uma posição fixa na ordem linear. Desse modo, os pontos se relacionam de maneira que o tempo de fala sirva como ponto de referência universal para o tempo do evento – momento em que a ação sob análise acontece. Conforme esse pensamento, torna-se possível construir e perceber dimensões temporais bem como o seu distanciamento, como ilustra a figura a seguir:



Fonte: Coan, 1997, p. 38

Segundo Corôa (2005), o pretérito é visto como o tempo mais “real” pelos falantes, haja vista que configura eventos, estados ou processos que já ocorreram. Contudo, a distinção das três formas de pretérito (imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito) se dá pela localização do MR em relação ao ME e ao MF, conforme representado a seguir:

Figura 05 – Localização temporal – Imperfeito

Imperfeito



Fonte: Rodrigues, 2010, p. 52

Figura 06: Localização temporal – Perfeito

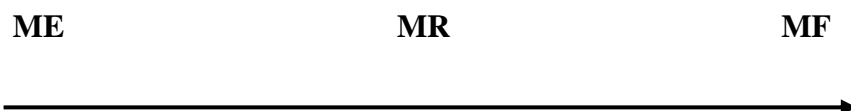
Perfeito



Fonte: Rodrigues, 2010, p. 52

Figura 07 – Localização temporal – Mais-que-perfeito

Mais-que-perfeito



Fonte: Rodrigues, 2010, p. 52

Azeredo (2008, p. 353) comenta que é preciso ter em mente a distinção entre noção temporal (tempo semântico) e categoria temporal (tempo gramatical). Nesse âmbito, esta seria expressa por morfemas, enquanto aquela é construído pelo contexto, como o autor demonstra a seguir:

(18) Agora vá para casa e descanse. Amanhã, assim que você acordar, me ligue para dizer como passou a noite.

No enunciado acima, é possível perceber que os verbos “acordar” e “passar” fazem referência a uma situação futura em relação ao momento da fala. Todavia, o verbo “passar” expressa anterioridade e conclusão em relação a um ponto de referência futuro (tempo semântico), embora esteja flexionado no pretérito perfeito do indicativo (tempo gramatical).

Ao considerar as relações temporais instituídas entre as formas verbais em um contexto, podem-se classificar os tempos verbais como absoluto, relativo e relativo-absoluto.

Consoante Comrie (1990), o tempo verbal absoluto considera o presente como ponto de referência, o que já molda parte do seu significado. Face a isso, Coan (2003, p. 89) comenta que a interpretação do tempo absoluto é ilusória, tendo em vista que “o único modo de localização de uma situação no tempo é relativo a algum outro ponto no tempo já estabelecido”.

Já os tempos verbais relativos se referem a algum outro ponto no tempo, desencadeado pelo contexto, como ponto de referência. Somado a isso, Coan (2003, p. 89) destaca que “a diferença entre tempo verbal absoluto e relativo não é entre o momento presente e algum outro ponto no tempo como ponto de referência, mas entre esse ponto no tempo e uma forma cujo significado não especifica que o momento presente deva ser o ponto de referência (forma não flexionada)”. Outrossim, os tempos verbais relativos, por questões de compatibilidade dos pontos de referência de um contexto, podem ser caracterizados como relativos puros ou relativo-absolutos (Comrie, 1990).

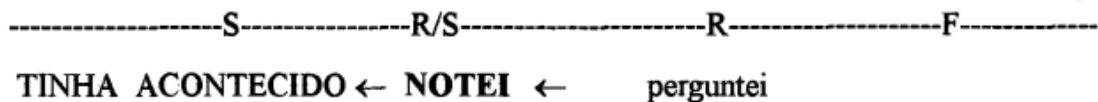
Segundo o autor, os tempos relativos puros possuem como ponto de referência à forma finita mais próxima, o que faz com que a sua referência temporal proceda desse ponto. Dessa forma, caso uma estrutura não flexionada esteja mais perto de uma forma no passado, esta se torna o seu ponto de referência, de modo que a forma não finita adquira referência

temporal passada.

Em se tratando de tempos verbais relativo-absolutos, é possível combinar a “localização de tempo absoluto de um ponto de referência com a localização de tempo relativo de uma situação” (Coan, 2003, p. 90). Dessa forma, um tempo relativo-absoluto manifesta-se pela existência de um ponto de referência anterior ou posterior à fala ligado à localização da situação antes ou depois desse ponto. Ademais, Comrie (1990) menciona que uma outra forma de existir um tempo relativo-absoluto seria pelo funcionamento dele mesmo como ponto de referência para um outro tempo verbal relativo-absoluto, como demonstra o exemplo e esquema de Coan⁴ (1997, p. 46) abaixo:

(19) Quando as meninas também foram no jogo, eu só senti feita quando elas chegaram, que eu perguntei pra eles, que eu ***notei*** que alguma coisa ***tinha acontecido***. (FLP 17, L684). *In*: Coan (1997, p. 46)

Figura 08 – Tempo verbal relativo-absoluto como ponto de referência



Fonte: Coan, 1997, p. 46

Além das noções de tempo já elencadas, urge somar a elas a premissa de tempos compostos. De acordo com Mattos e Silva (2001, p. 40), do século XIV para o XV “criou-se um sistema de tempos compostos, constituído de verbo derivado de *habere* mais participio passado, correspondente aos tempos simples, que têm como marca semântica geral, mas não exclusiva, o traço aspectual conclusivo ou perfectivo”. Nessa conjectura, João de Barros (1540) aponta que o participio deve ser combinado ao “ter” (tinha amado), relegando o verbo “haver” ao futuro (haver de amar).

⁴ “O pretérito perfeito anterior (**notei**) é um tempo verbal relativo-absoluto porque está cronologicamente localizado antes do pretérito perfeito simples (**perguntei**) e toma este tempo absoluto como seu ponto de referência. O pretérito mais-que-perfeito (**tinha acontecido**) é também um tempo relativo-absoluto e está vinculado a um ponto de referência (**notei**) que, por sua vez, é um tempo relativo-absoluto. Portanto, o sistema lingüístico do português permite que tempos verbais relativo-absolutos funcionem como ponto de referência para tempos também relativo-absolutos.” (Coan, 1997, p. 46).

É válido pontuar que a forma participial concordava com o objeto do verbo transitivo (como demonstra o exemplo abaixo), de modo que, em alguns contextos, “ter” e “haver” foram dissipando o seu sentido de posse (Pereira, 1923) até entrar na categoria de verbos auxiliares.

(20) ...el-rei de quem vosso pae e vós e toda vossa linhagem tantas mercês HAVEIS RECEBIDAS (F. Lopes, C. de D. Fernando.112). *In*: Coan (2003, p. 30).

No que pauta a coocorrência entre formas de antepretérito simples e composta por serem semanticamente equivalentes, Pereira (1923, p. 502) frisa que: “o mais-que-perfeito simples tende a desaparecer do uso vivo da língua, suplantado pela forma composta, e a restringir-se ao dialeto literário”. Em adição a isso, Fiorin (1996) explica que, enquanto a forma sintética denota apenas a relação de anterioridade, a forma analítica expressaria o aspecto perfectivo para além da noção de tempo passado.

Ademais, Ilari (1997, p. 29) descreve os seguintes critérios de classificação de tempos compostos:

Quadro 02 – Critérios de classificação de tempos compostos

Critério	Exemplo
Comutação entre as formas perifrásticas [ter + particípio passado] e as formas simples do verbal, em relação à substituição sintática e, em alguns casos, à substituição semântica.	Pretérito mais-que-perfeito simples (fizera) e mais-que-perfeito composto (tinha feito).
Impossibilidade vigente de atribuição do mesmo sentido a um verbo quando empregado como principal ou como auxiliar.	(Eu tinha visto muitas fraudes. / Eu tinha um paletó marrom).

Indicação de uma única ação atribuída a um único sujeito pelo verbo “ter” e pela base verbal.	(Tenho invejado muitos vizinhos. ≠ Tenho muitos vizinhos invejados).
---	--

Fonte: Ilari, 1997, p. 29

A partir dessas elucidações, reiteramos o fito de abordar o tempo verbal como uma categoria discursiva, como vislumbra Coan (1997, p. 41):

Apesar de a flexão modo-temporal estar presente em um enunciado, a interpretação de tal enunciado não é baseada puramente no elemento morfológico. Às vezes, o contexto discursivo favorece uma interpretação diferente daquela que seria feita se o elemento gramatical fosse analisado isoladamente. Em português, há muitas variações que podem comprovar essa afirmação: o pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito (fiz/tinha feito), o pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito (fazia/faria) e o pretérito mais-que-perfeito pelo futuro do pretérito composto (tinha feito/teria feito). Esses são alguns dos exemplos que demonstram que a função, no contexto lingüístico, se sobrepõe à forma. O pressuposto é que o contexto discursivo deve ser significativo para a interpretação do tempo verbal também nos casos de não variação, mediante traços inerentes ao item lexical, presença de expressões adverbiais e o próprio conhecimento de mundo.

Dessa guisa, a categoria de Tempo não se limita a detalhes estruturais, construindo a sua proeminência no contexto lingüístico em que se insere. No que se refere ao nosso objeto de pesquisa, partimos da premissa de que se trata de uma categoria densa, que engloba forças motivadoras provenientes de um momento de interação específico, haja vista que aciona diferentes recursos que podem instaurar a aceção de passado do passado nos textos escritos do português arcaico. Ademais, ao considerarmos a possibilidade das formas de pretérito mais-que-perfeito não se limitarem à noção temporal, o cenário se torna ainda mais complexo.

3.2 Aspecto

Apoiando-nos na proposta de Travaglia (1994, p. 43), compreende-se que Aspecto e Tempo são categorias que se diferenciam tendo em vista que o segundo possui natureza dêitica, uma vez que faz referência a um momento da situação de uma enunciação; enquanto o Aspecto é descrito como

uma categoria verbal de TEMPO, não-dêitico, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do complemento e o da realização da situação. (TRAVAGLIA, 1994, p. 44)

Nesse sentido, concebe-se a seguinte distinção: Tempo é uma categoria que expressa um valor temporal externo à situação, já Aspecto codifica uma noção temporal interna à situação, a qual pode ser analisada conforme o seguinte quadro:

Quadro 03⁵: Noções aspectuais

Noções Aspectuais			Aspectos	
I. DURAÇÃO	1. Duração	A. Contínua	a. limitada	<u>Durativo</u> João ficará atendendo as pessoas. (p. 80)
			b. ilimitada	<u>Indeterminado</u> Eu trabalho em uma loja de peças. (p. 80)
		B. Descontínua	a. limitada	<u>Iterativo</u> Ele me acenou várias vezes. (p. 82)
			b. ilimitada	<u>Habitual</u> Se fica sem dormir ele adoece . (p. 84)
	2. Não-Duração ou Pontualidade			<u>Pontual</u> O Visconde de Mauá funda estaleiros e inicia no Brasil a construção naval. (p. 87)
II. FASES	1. Fases de realização	A. Por começar		<u>Não-começado</u> Pedro está para emoldurar o quadro (p. 89)
		A.' Prestes a começar		
		B. Não-acabado ou Começado		<u>Não- acabado ou começado</u> José está doente. (p. 91)
		C. Acabado há pouco		<u>Acabado</u>

⁵ Adaptado de Bandeira (2011, p. 78).

			Maria leu o livro. (p. 91)
		C'. Acabado	
	2. Fases de desenvolvimento	A. Início (situação em seu ponto de início ou nos primeiros momentos)	<u>Inceptivo</u> José começou a falar na segunda aula. (p. 92)
		B. Meio (situação em pleno desenvolvimento)	<u>Cursivo</u> Os rapazes continuam jogando apesar da chuva. (p. 92)
		C. Fim (situação em seu ponto término ou nos últimos momentos)	<u>Terminativo</u> Rita terminou de limpar a casa às 11 horas. (p. 93)
	3. Fases de completamento	A. Completo	<u>Perfectivo</u> Pedro pulara o muro com facilidade. (p. 76)
		B. Incompleto	<u>Imperfectivo</u> Estou escrevendo há dias e começo a sentir-me fatigado. (p.78)
Ausência de noções aspectuais			<u>Aspecto não atualizado</u> Hei de passar no concurso. (p. 95)

Fonte: Travaglia, 1994, p. 77

No tocante ao eixo da duração, considera-se que as situações podem manifestar-se por cinco meios:

(I) Duração contínua e limitada: quando a situação procede sem interrupções e com indicação de fim ou início da situação.

(II) Duração contínua e ilimitada: quando a situação procede sem

interrupções e sem indicação de fim ou início da situação, sendo também vista como “atemporal”.

(III) Duração descontínua e limitada: quando a situação procede com interrupções e com indicação de fim ou início da situação, sendo marcada gramatical e lexicalmente.

(IV) Duração descontínua e ilimitada: quando a situação procede com interrupções e sem indicação de início ou fim da situação, sendo marcada discursivamente.

(V) Não duração ou pontualidade: quando a situação procede de modo instantâneo e sem duração reconhecível.

Além das noções aspectuais relacionadas à duração, interessa-nos destacar os aspectos vinculados à fase de completamento, quais sejam: perfectivo e imperfectivo.

(I) Perfectivo: quando a situação procede completamente, sendo configurada em sua totalidade com início, meio e fim envoltos, embora não haja atenção para as suas fases de desenvolvimento.

(II) Imperfectivo: quando a situação procede incompletamente sendo configurada como interrompida ou incompleta, voltando-se, assim, a um olhar para as suas fases de desenvolvimento.

Acerca desse traço de perfectividade, Givón (1993), ao passo que reconhece a sua complexidade, elenca noções que possibilitam captar três pontos de referência temporal distintos: o tempo de fala, o passado e o futuro, os quais correspondem, respectivamente, ao pretérito perfeito composto, ao pretérito mais-que-perfeito composto e ao futuro composto em português. Somado a isso, Comrie (1981) descreve a perfectividade como uma relação entre distintos pontos no tempo, de modo que se flagra o resultado de uma ação anterior bem como a própria ação anterior.

Vendler (1957, 1967) propõe a famosa classificação quadripartida no eixo dos

modos de ação do Aspecto para tratar do nível semântico-lexical, categorizando os verbos em atividades, estados, processos culminados⁶e culminações⁷. Nessa conjuntura, o autor aponta que a distinção entre as classificações verbais não é totalmente passível de ser explanada pelas premissas temporais (passado, presente e futuro), sendo necessário o apoio de outros fatores, como a existência ou inexistência de um objeto, condições e estados de coisas almejados. Ao fazer uma retomada da proposta de Vendler (1957, 1967), Bertinetto (2002) elenca três critérios para compreender a natureza dessa tipologia verbal, quais sejam: duratividade, dinamicidade e telicidade, os quais são especificados por Pontes (2009, p. 86) com base no seguinte quadro:

Quadro 04 – Critérios da tipologia verbal de Vendler

Critério	Atividade	Processo Culminado	Culminação	Estado
Duratividade	+	+	-	+
Dinamicidade	+	+	+	-
Telicidade	-	+	+	-

Fonte: Pontes, 2009, p. 86

De acordo com esses critérios, a classificação quadripartida de verbos apresentada por Vendler (1957, 1967) pode ser compreendida da seguinte forma:

- a) Atividades: não necessitam de uma completude, sendo verdadeiras mesmo quando interrompidas, assim a sua duração temporal não está definida. De

⁶ Tradução da forma original “*accomplishments*”.

⁷ Tradução da forma original “*achievements*”.

acordo com Godoi (1992), os verbos de atividade representam situações que não possuem um ponto de culminação, isto é, não são pontuais e podem ser divididas em fases.

(21) Maria *dançou* à noite.

No período da noite, “Maria” realizou a ação de “dançar”, embora esta não, necessariamente, tenha sido executada durante todo o período noturno. Além disso, mesmo que houvesse interrupções no momento em que a ação estivesse acontecendo, ainda seria possível dizer que a atividade foi realizada, não havendo também um ponto terminal estabelecido.

- b) Processos culminados: devem explicitar um ponto de término definido para a ação, referindo-se a um segmento inteiro de tempo.

(22) Carlos *viajou* até Madri.

A partir do reconhecimento do destino de “Carlos”, é possível inferir que é uma ação que possui um ponto final definido, ao mesmo tempo que faz referência a um segmento inteiro de tempo (percurso da viagem). Logo, a ação do verbo “viajar” adquire término quando ele alcança “Madri”.

- c) Culminações: tratam-se de situações pontuais indicando um término definido para a ação expressada, a qual não possui extensão temporal, logo, deve ocorrer em um momento específico que não se estende e não pode ser dividido em fases.

(23) Camila *abriu* a porta.

Ao executar a ação de “abrir”, pode-se perceber que esta acontece em um momento definido que não pode ser estendido ou dividido em fases, haja vista que denota uma noção de instantaneidade da ação realizada em relação à “porta”.

- d) Estados: possuem valor de verdade ocorrendo qualquer um dos pontos de um período de tempo ou de um número de momentos, assim, não pode ser repartido em etapas.

(24) Ela *tinha* olhos azuis.

Ao considerar que o verbo “ter” indica uma noção de posse que se torna uma característica intrínseca do sujeito da oração, de modo que não haja possibilidade de modificação sem alterar as condições de existência do fato, instaura-se uma realidade que se mantém em todos os momentos de um período, não sendo possível de ser dividido em etapas.

Ademais, ressalta-se que o valor aspectual de uma situação apenas se estabelece pela integração de todos os seus constituintes, sejam eles verbos lexicais, sintagmas nominais, tempo verbal, circunstanciadores, contexto discursivo, consoante Campos (1997). Destarte, a categoria de Aspecto se comporta de modo bastante amplo e complexo, moldando a natureza do sistema verbal com traços exponencialmente volúveis. Quanto a esse prisma, a análise do nosso objeto de investigativo será pautada na identificação as noções aspectuais que as formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito veiculam, tendo em vista que consideramos a proposta de Vendler (1957, 1967) como um dos grupos de fatores linguísticos a serem verificados como estatisticamente relevantes à variação sob análise. Em acréscimo a isso, será possível averiguar como o traço de perfectividade se reflete na forma sintética e na forma analítica, uma vez que a relação com o particípio pode favorecer a ideia de completude de uma ação.

3.3 Modalidade

Partindo da concepção de que modalidades podem ser expressas, dentre outros meios, por modos verbais, não haveria uma correspondência biunívoca entre essas duas propriedades. Em meio a isso, Fleischman (1982) e Bybee e Fleischman (1995) conceituam a modalidade como uma categoria semântica, a qual pode ser manifestada por uma gama de formas (morfológica, lexical, sintática, entonacional) e está relacionada à atitude do falante frente ao conteúdo proposicional de um enunciado. Em contrapartida, a categoria modo se

restringe à natureza morfológica do verbo com função modal acoplada aos paradigmas verbais (indicativo, subjuntivo e imperativo).

Consoante Travaglia (1994, p. 295), a modalidade designa a atitude do falante em relação ao seu enunciado, sendo esta explicitada psiquicamente diante da situação que exprime. Nesse âmbito, a modalidade torna o falante capaz de manifestar o seu grau de convicção quanto ao conteúdo (real ou hipotético) do enunciado, isto é, trata-se de uma categoria pautada na subjetividade. Acerca desse cotejo, Palmer (1998, p. 4) concebe que a modalidade é um instrumento de gramaticalização de opiniões (cunho subjetivo) do falante, o qual suscita manifestações linguísticas de maneira socio-histórica em situações concretas de interação verbal. Outrossim, o autor afirma que a observação apenas do modo verbal, frequentemente, pode conduzir a interpretações inadequadas desse ponto de vista do usuário da língua (subjetividade).

Nos termos de Givón (2001, p. 300), a modalidade é uma categoria complexa de se conceituar, já que engloba não apenas os matizes das expressões modalizadas, mas também o domínio conceitual que se implica nessas expressões. Frente a isso, o autor retrata a modalidade como a codificação da atitude do falante ao conteúdo que se veicula na sua própria proposição, um julgamento que pode se configurar de duas maneiras: (i) julgamento epistêmico – pautado em verdades, probabilidades, certezas, crenças; (ii) julgamento avaliativo (deôntico) – pautado em desejos, intenções, obrigações e habilidades. Nessa conjuntura, Givón (2001, p. 301-304) reconhece quatro tipos de modalidade epistêmica, são elas: pressuposição, asserção *realis*, asserção *irrealis* e asserção negativa.

A pressuposição refere-se a contextos que são socioculturalmente concebidos como verdadeiros, isto é, uma determinada proposição é aceita como verdadeira como resultado de um acordo prévio, de um convenção partilhada ou de irrefutabilidade dos participantes de uma situação discursiva, como em:

(25) “She **knew** the dog” – Ela **conheceu** o cachorro.

Em sequência, Givón (2001) define a asserção *realis*, ilustrada em (26) como uma proposição que é asseverada como verdadeira ou falsa, podendo o ouvinte contestar o falante enquanto este possua evidências ou motivos para sustentar a sua crença.

(26) “She **had** the dog (for two years)” – Ela **teve** um cachorro (por dois anos).

No que se refere à *asserção irrealis*, encontram-se os enunciados em que a proposição é fracamente atestada, a qual se instaura como possível, eventual, incerta (submodos epistêmicos) ou necessária, desejada (submodos avaliativos deônticos). Diante disso, o falante não é capaz de sustentar a proposição com evidências, o que relega ao ouvinte uma contestação esperada, como em:

(27) “She **wanted** the dog (real bad)” – Ela **queria** o cachorro.

Já a asserção negativa, segundo Givón (2001), trata de uma proposição concebida como falsa, a qual contradiz a crença assumida pelo falante (conforme exemplo 28). É, portanto, uma contestação do ouvinte, embora o falante permaneça sustentando o seu ponto de vista por evidências.

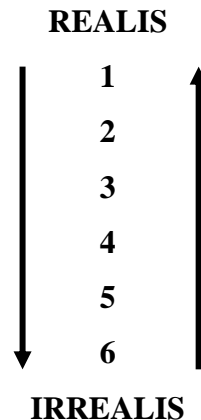
(28) “She **refused** the dog” – Ela rejeitou o cachorro.

No tocante à Modalidade e pretérito mais-que-perfeito, é pertinente destacar que, segundo Fleischman (1982), o distanciamento temporal em direção ao passado pode reorganizar-se para indicar distância modal, com o fito de uma determinada sinalização do *status* de certeza ou incerteza acerca de uma asserção. Nesse sentido, o mais-que-perfeito, que codifica maior distância no tempo, seria capaz de expressar menos assertividade ao codificar um uso que não é prototípico (passado ao momento de fala, passado conjuntivo, passado condicional, por exemplo), conforme observaram Coan, Lima e Sampaio (2019).

De acordo com Sweetser (1990), a utilização do pretérito mais-que-perfeito nessas diferentes acepções justifica-se pelo processo metafórico de um uso da linguagem do mundo externo (distanciamento temporal) no mundo interno (distanciamento modal), sendo este configurado metaforicamente como paralelo ao mundo externo. Assim, as funções modais desse tempo verbal parecem mais salientes do que a sua função temporal original.

Por intermédio de critérios contextuais que possibilitam inferir o valor modal expresso, Coan (2003) esquematiza a seguinte escala referente ao campo da modalidade *realis/irrealis* para o pretérito mais-que-perfeito:

Figura 09 – Escala de modalidade



Fonte: Coan, 2003, p. 141

- (i) *Grau 1*: não existem registros de marcação de dúvida (advérbio de dúvida, verbo dicendi, traço de futuridade);

(56) É certo que amando-te experimentei venturas que nunca imaginara, mas pago-as hoje... (2ª carta, 21). In: Coan, 2003, p. 158.

- (ii) *Grau 2⁸*: apesar de a situação ser mostrada, o seu ponto referência é encontrado por pressuposição;

- (iii) *Grau 3*: ocorrências que possuem verbo dicendi. Casos fronteirísticos em que a verdade ou a falsidade pode ser conferida ao outro.

(57) Minha mulher acaba de ter uma cena comigo e disse-me que viera cá e os persuadira de que eu sou o raptor de Dona Júlia. (Arthur Azevedo, 1882, p. 69). In: Coan, 2003, p. 159.

- (iv) *Grau 4*: uso metafórico do pretérito mais-que-perfeito, o qual se emprega em contextos de distanciamento modal, em alternância com o pretérito perfeito.

⁸ Não foram encontrados dados de pretérito mais-que-perfeito para esse fator.

(58) É teima? Quem te **ensinara!** (Martins Pena, 10). *In: Coan, 2003, p. 159.*

- (v) *Grau 5:* projeção passada, em que se considera uma situação como hipotética.

(59) Se **puderas** fazer isso, eu ficava com a senhora. (Martins Pena, 07). *In: Coan, 2003, p. 159.*

- (vi) *Grau 6:* projeção futura de uma construção que está prestes a passar ou passou por uma mudança categorial.

(60) **tomara** eu que já se organize o ministério. (França Júnior, 61). *In: Coan, 2003, p. 159.*

Dessa conjuntura, as assunções realizadas acerca da categoria de Modalidade servirão para fomentar a análise das estruturas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito, já que se trata de um dos nossos objetivos tecer elucidacões sobre o mapeamento funcional dessas construções.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão expostos os pressupostos teóricos que nortearão a nossa pesquisa sobre as formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito. Inicialmente, traremos considerações acerca da Teoria da Variação e da Mudança, uma vez que pretendemos verificar a alternância das variantes em relação à expressão de passado do passado, a fim de identificar os contextos que favorecem o uso de uma ou outra estrutura. Em seguida, trataremos das elucidações referentes ao Funcionalismo Linguístico de vertente norte-americana, em virtude de que intencionamos examinar o processo de gramaticalização da perífrase “ter/haver” + particípio, bem como mapear as funções indicadas pela forma sintética e pela forma analítica. Em sequência, comentaremos sobre a interface do Sociofuncionalismo, de modo a apontar convergências e divergências no que concerne às propostas de cada corrente teórica de base, além de salientar a sua importância desse casamento teórico para o nosso objeto investigativo.

4.1 Teoria da Variação e Mudança Linguística

Desde os postulados de Ferdinand de Saussure (1916), a língua é considerada um fato social, uma vez que essa consciência linguística era postulada por cada falante. Na perspectiva saussuriana, também respaldam outros dois aspectos para o estudo das línguas, quais sejam: o interesse demasiado pela investigação sincrônica e a homogeneidade do objeto de análise. Em reação a esse cenário, a Teoria da Variação e Mudança Linguística (também conhecida como Sociolinguística Variacionista, Quantitativa ou Laboviana), legitimando estudos linguísticos diacrônicos e a heterogeneidade da língua, surge com o intuito de estudar a estrutura e a mudança da língua dentro do contexto social de uma comunidade de fala (Labov, 1972).

A partir de Labov (1978), a concepção de língua como fato social e a noção de variabilidade do sistema linguístico (Labov, 1978) adquirem maior reconhecimento, logo, entende-se a língua como um objeto passível a alterações, o que permitiria que esta se tornasse um objeto de estudo linguístico de descrição e análise científicas para a compreensão do que motivaria essa variação, haja vista que, nesse modelo, o sistema é visto como heterogêneo e é condicionado por fatores linguísticos e extralinguísticos. Justificando essa perspectiva, Labov (1972) descreve a língua com função comunicativa e social, refletindo diferenças sociais na comunidade, ou seja, os processos sociais, oriundos de diferenças na estratificação social da comunidade, podem ser refletidos na estrutura linguística.

Coan (2003) reitera que a Sociolinguística Variacionista se pauta no modelo hegeliano (retratado a seguir) ao formular uma abordagem de integração entre mente e corpo. Dessa guisa, a consciência aprimora-se mediante a interação com o mundo, uma vez que a mente possui natureza social. Assim, o conhecimento não é alcançado por meio de algoritmos, mas de processos de reflexão, isto é, a partir de experiências, nossa consciência se modifica devido à dinamicidade da mente. Figueroa (1996) declara que não se nega um traço inato – existe um sistema interno de organização do conhecimento – embora exista também a potencialidade de emergência e mudança dentro de um contexto de interação.

Modelo de Hegel:

A natureza da mente é social; A mente é dinâmica e ativa em aquisição do conhecimento; O conhecimento é adquirido através de um ciclo interno; O critério do conhecimento é interno. (In: Markova, 1982 apud Figueroa, 1996, p. 19)

Em face disso, Figueroa (1996) corrobora a inserção da Sociolinguística nesse modelo com base nas seguintes definições do quadro abaixo:

Quadro 05 – Definições reunidas por Figueroa

Autores	Definições
Hudson (1980, p. 1)	“A Sociolingüística é o estudo da língua em relação à sociedade.”
Romaine (1992, p.1)	“A Sociolingüística visa a relacionar o uso da língua a padrões sociais ou estruturas de vários tipos.”

<p>Trudgill (1974, p. 32)</p>	<p>“A Sociolingüística é aquela parte da Lingüística envolvida com a língua enquanto fenômeno social e cultural.”</p>
<p>Svejcer e Nikol’skij (1986, p. 1)</p>	<p>“A Sociolingüística é o estudo da língua como um fenômeno social.”</p>
<p>Fishman (1971, p. 1)</p>	<p>“A Sociolingüística é o estudo das características das variedades lingüísticas, das características de suas funções e das características de seus falantes e de como esses três interagem e mudam numa comunidade.”</p>
<p>Pride (1970, p. 301)</p>	<p>“A Sociolingüística estuda as relações lingüísticas variáveis dos significados sócio-culturais (...) a ocorrência de interações sociais no dia-a-dia relativas a culturas particulares, sociedades, grupos sociais, comunidades de fala, línguas, dialetos, variedades, estilos.”</p>

Fonte: Figueroa (1996, p. 25) *apud* Coan (2003, p. 54)

Nesse contexto, Labov (1978) introduz preceitos relevantes à Sociolingüística, como as noções de variantes e variáveis. As primeiras seriam formas lingüísticas em competição com um mesmo valor ou referindo-se a um mesmo estado de coisas, isto é, um mesmo valor referencial, em um mesmo contexto. Quanto a isso, Mollica (2012, p. 10-11) esclarece que as variantes são “formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente”. Assim, é considerado dependente pelo fato de sua manifestação ser controlada por grupos

de fatores específicos, como por exemplo a idade, o sexo e a escolaridade de um falante – os quais são chamados de variáveis independentes e podem ser sociais ou estruturais – determinando o comportamento das variantes.

Dessa conjuntura, vale suscitar a averiguação acerca das construções ativas e passivas (Weiner; Labov, 1977), a qual foi alvo de críticas provindas da pesquisadora Lavandera (1978), que afirma que cada construção sintática detém significado próprio, o que tornaria complexa a substituição de uma forma por outra de modo a conservar o mesmo valor de verdade. Nesse prisma, para a linguista argentina, pesquisas relacionadas à variação linguística que ultrapassam o nível fonológico ficariam comprometidas.

A essa alçada, Lavandera sugere que a condição de “um mesmo significado” seja estendida para um domínio de “comparabilidade funcional”, em que há a premissa de que a existência em um mesmo espaço de formas que se alternam ou o câmbio sequencial de uma forma por outra com o mesmo significado referencial não são livres e não se condicionam totalmente por fatores extralinguísticos, embora reflitam uma decisão funcional do usuário da língua que atende aos seus propósitos comunicativos. Somado a essa problematização, a autora tece críticas direcionadas ao fato de que muitas estruturas que não estão inseridas no plano fonológico não sofrem influências sociais ou estilísticas, somente linguísticas.

Em prol de solucionar essa questão, Labov (1978, p. 2) menciona que os enunciados que apresentam o mesmo significado referencial são variantes, isto é, o mesmo significado representacional ou estado de coisas: “dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo valor de verdade”. Desse modo, o autor ressalta o princípio da equivalência semântica e frisa a necessidade de que, como variantes de uma regra variável, sejam concebidos enunciados que expressam o mesmo valor de verdade, no mesmo contexto. Com esse apontamento, reconhece-se a possibilidade de diferentes nuances de sentido contanto que o significado referencial não seja comprometido.

Em acréscimo a essa empreitada, Labov (1978) propõe uma separação em dois níveis: (i) primário – que contempla o significado referencial – e (ii) secundário – que contempla os aspectos sociais e estilísticos no que se refere às funções de identificação do falante e de acomodação do ouvinte. A partir dessa divisão, as variantes que carregam distinções de cunho pragmático são capazes de portar o mesmo significado referencial. Ademais, o autor afirma que a Sociolinguística porta “sócio” não apenas por tratar de aspectos estilísticos e sociais, mas por analisar o sistema linguístico como componente social – argumento que corrobora o pensamento laboviano de que a análise

linguística deve focalizar, em primeiro plano, o significado referencial e, posteriormente, identificar as funções de identificação e acomodação.

De acordo com Blas Arroyo (2005), um dos principais papéis da Sociolinguística Variacionista é averiguar a relação probabilística e estatísticas entre uma gama de variáveis dependentes e de variáveis independentes, haja vista que, segundo Labov, todo falante manifesta alternância nas regras fonológicas e sintáticas decorrentes de parâmetros de diferenciação social (López Morales, 2004).

A variação, portanto, configura a existência de diferentes possibilidades para codificar uma função linguística específica, ou seja, estratégias, recursos ou conjuntos de realizações linguísticas possíveis dentre os itens expressivos à disposição, trata-se de escolhas diversas que não deturpam o processo de comunicação. Desse prisma, Company Company (2003) comenta que a opção de escolha entre uma forma linguística e outra advém, geralmente: (i) dentre dois grupos de falantes; (ii) de um mesmo falante, com possibilidade de escolha entre duas estruturas; (iii) da escolha de uma estrutura em uma determinada situação sociocomunicativa.

Em suma, grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos estabelecem condições para que a variação ou mudança aconteça em estruturas específicas, de modo a configurar o pensamento de que esse processo não é aleatório, pois possui sistematicidade. Dessa forma a Sociolinguística propõe um modelo teórico que reconhece a existência de regras variáveis, haja vista que a heterogeneidade da língua não elimina a noção de sistema. Logo, a língua é compreendida como munida de “heterogeneidade sistemática”, a qual permite que os falantes continuem compreendendo-se mesmo com as alterações do sistema linguístico, uma vez que também se reconhece a existência de regras categóricas. Diante desse cenário, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 101), a ausência de heterogeneidade estruturada seria disfuncional.

Alinhado a isso, é concebido que toda mudança linguística envolve variação, tendo em vista que, por seu caráter gradual, a mudança necessita passar por um período de transição em que ocorre a variação, para, de fato, efetivar-se, isto é, são processos estreitamente relacionados (Chagas, 2012, p. 149). Ademais, após a variação entre duas formas para a expressão de uma mesma função, uma pode sobrepujar a outra, tornando-a obsoleta, a depender da evolução dos estágios de variação, embora nem sempre a forma que perdeu a competição tende a desaparecer, uma vez que ela pode passar a desempenhar uma outra função. É importante compreender, então, que toda mudança pressupõe variação, mas nem toda variação acarreta mudança (Weinreich; Labov; Herzog, 2006).

Cedergren (1987) menciona que a mudança linguística decorre por intermédio de três dimensões, quais sejam: (i) fontes de inovação linguística – mecanismos que propiciem o aparecimento de uma nova forma; (ii) filtro de seleção – canalizador de pressões estruturais advindas do sistema de inovações; (iii) filtro de difusão – componente social do modelo.

A Teoria da Variação e Mudança (Weinreich, Labov, Herzog, 1968), ao alinhar esses dois conceitos, rompe a dicotomia saussuriana de sincronia e diacronia (Saussure [1916] 1995), de modo a aproximá-las, como asseveram Tarallo, Lopes e Labov:

Afinal de contas, para que os sistemas mudem, urge que eles tenham sofrido algum tipo de variação. E constatar o vínculo entre variação e mudança necessariamente implica aceitar a história e o passado como reflexos do presente, dinamicamente se estruturando e funcionando (Tarallo, 1994, p. 25).

[...] inexistem sincronia pura: no interior de qualquer sistema coexistem estágios de sistemas mais antigos e esboçam-se, como subsistemas, estágios posteriores; um código é, antes de tudo, uma interação de subcódigos e é isso, precisamente, uma propriedade inalienável das línguas a caracterizá-las como mecanismos dotados de produtividade (Lopes, 1995, p. 76).

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força imanente agindo no presente vivo. (Labov, 2008, p. 21)

Labov (2010) também comenta que a posição social do falante acarreta mudanças no seu comportamento linguístico. Nesse contexto, o estudo da variação social promove dados empíricos para solucionar análises estruturais alternativas no nível funcional, tendo em vista que o tratamento quantitativo utilizado nas variantes linguísticas possibilita compreender com mais detalhes mudanças em progresso, o que corrobora o pensamento de que a interação social é fulcral para o processo de mudança. Ademais, o autor menciona que os fatores culturais e cognitivos também atuam na mudança linguística, uma vez que os fatores culturais representam padrões sociais que, em certo grau, são independentes da interação face a face. No que concerne à cognição:

Cognição naturalmente não está limitada ao conteúdo do que está sendo dito, mas é sensível à variação sistemática na forma como a mensagem é transmitida, fornecendo informações das características sociais dos falantes e das relações com os seus destinatários ou com a sua audiência. (Labov, 2010, p. 02)

Ainda sobre o processo de mudança linguística, Labov (2008) indica três estágios pelos quais as variantes transcorrem e que explicam esse fenômeno: (i) origem – quando existe alternância em um ou mais termos na fala de um ou mais indivíduos; (ii) propagação – quando se adota a mudança por inúmeros falantes até a variante inovadora se opor à forma mais antiga; (iii) término – quando uma das variantes se sobressai e a mudança atinge regularidade.

Em frente ao cenário da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006) apontam problemas empíricos para o estudo desse processo, são eles: o problema da restrição, o problema da transição, o problema do encaixamento, o problema da avaliação e o problema da implementação.

Quanto ao problema da restrição, refere-se às motivações que determinam as condições de mudança, ou seja, aos fatores linguísticos e extralinguísticos que atuam no processamento da estrutura da língua. Acerca deste, Berg (1998) concebe que os fatores externos às gramáticas são fundamentais para descrever a estrutura linguística sincrônica e a mudança linguística. O autor acredita que as línguas são sensíveis a pressões evolucionárias para se esquivar de formas que complexifiquem o seu processamento, um cenário que ilumina tais restrições.

Em relação ao problema da transição, considera-se a passagem de um estado da língua para outro, de modo que ambos continuem coexistindo, sendo utilizados em contextos específicos até que um se torne obsoleto com o tempo. Weinreich, Labov e Herzog (1968) consideram a “fase de menor sistematicidade” como um período em que um mesmo falante faz uso de mais de uma variante sem perceber que a língua está mudando. Nesse estágio, a forma inovadora começa a se instaurar em alguns contextos até ser a principal em todos e levar a outra variante à obsolescência. Os autores também atestam que a transição não acontece “de pai para filho”, pois se vincula à gramática da comunidade sendo transmitida como um todo. Portanto, alterações na fala de uma criança seriam consequência do contato com outras, por exemplo, o que demonstra que duas formas podem coexistir e atravessar gerações (mudança em progresso).

Sobre o problema do encaixamento, trata-se da observação da inserção da mudança linguística nos contextos linguísticos e extralinguísticos, ou seja, eixo estrutural e no eixo social. Segundo Faraco (1998), o encaixamento estrutural vincula-se a contextos linguísticos que favorecem um tipo específico de mudança e provocam outras mudanças (possíveis relações em cadeia); já o encaixamento social se perpetua na relação entre o processo de mudança e a estrutura sociolinguística (escolaridade, faixa etária,

localização). Esse aporte revela que o sistema linguístico se altera em associação a mudanças na estrutura social (Weinreich, Labov e Herzog, 1968).

Acerca do problema da avaliação, compreende-se a percepção frente a uma mudança linguística em uma comunidade, para observar a aceitação ou a rejeição dos falantes em relação ao uso de uma estrutura. Nesse âmbito, os falantes avaliam uma variante em termos de significância social, haja vista que uma mudança começa como um padrão local e difunde-se pelas populações vizinhas. Dessa guisa, em termos gerais, um confronto entre as duas formas simboliza uma oposição entre valores sociais, resultado de normas sociais, regionais, etárias etc. Consoante Coseriu, (1967 *apud* Mattos e Silva, 2000), o conceito de norma é considerado como a realização mais comum de fala em uma comunidade, o qual não deve ser confundido com prescrição gramatical.

No tocante ao problema da implementação, contemplam-se as razões para mudanças acontecerem em uma língua e em um momento específico. A partir do esclarecimento dessas etapas, conforme Tarallo (1994, p. 74), é possível “colher os frutos do trabalho: análise acurada de uma comunidade sociolingüística com seu componente de variação e mudança”.

Além desses fundamentos empíricos, Labov (1994) acrescenta mais dois eixos de estudo da mudança, quais sejam: mudança em tempo aparente e mudança em tempo real. Na primeira, considera-se uma análise que pode prever ocorrências específicas no futuro a partir da relação entre diferentes faixas etárias dos falantes em um determinado momento. Quanto à segunda, trata-se da verificação em diferentes estágios da mesma amostra mediante diferentes recortes temporais para flagrar as diferenças entre as formas antigas e as novas.

Ademais, o autor aponta que se pode construir uma projeção do futuro ao olhar o presente, assim como verificar o passado pode fornecer indicações para justificar o presente, a partir da análise de uma mudança em tempo real. Entretanto, Labov (1981) descreve que a análise em tempo aparente é somente um prognóstico, uma projeção que o pesquisador se sujeita a realizar, logo, uma hipótese. Ao conectar as constatações em tempo aparente às constatações em tempo real, permite-se verificar a mudança em progresso, tendo em vista que o eixo do tempo real viabiliza encontrar dados que possam desvelar propriedades do processo histórico estudado no corte sincrônico (Faraco, 1998, p. 117). Diante disso, salienta-se que a imbricação entre presente e passado possibilita desvendar estágios variáveis e mudanças ocorridas (tempo real) e vigentes (tempo aparente).

Em acréscimo a essas considerações sobre mudança, Labov (2008 [1972]) destaca o Princípio do Uniformitarismo, descrevendo que as forças atuantes de uma língua no presente são as mesmas do passado. Assim, a partir dessa constatação, seria possível realizar previsões para mapear estágios de alteração na língua, haja vista que os mesmos grupos de fatores que agiam sobre as formas linguísticas no passado continuariam agindo sobre elas no presente. Nessa esfera, para observar a manifestação do uniformitarismo, considerações acerca de mudanças linguísticas necessitam articular um contínuo presente-passado-presente: “volta-se ao passado para o encaixamento histórico das variantes, fechando o ciclo com a chegada novamente ao presente (Coan, 2003).

Dessa conjuntura, o nosso envelope de variação, o qual trataremos com maior detalhamento no capítulo dos procedimentos metodológicos, será constituído pelas formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito enquanto variantes pela codificação do valor passado em relação a outro passado (variável dependente). A essa alçada, realizaremos a descrição linguística do português arcaico por meio de textos escritos dos séculos XIII, XIV e XV, armanezados no acervo digital CIPM. Nesse contexto, configuram-se como variáveis independentes os fatores linguísticos (tipo verbal, modificador verbal, saliência fônica do verbo, animacidade do sujeito e polaridade oracional).

4.2 Funcionalismo Linguístico

Ao conceber a gramática de uma língua como emergente, isto é, não acabada, o Funcionalismo Linguístico considera a língua como instrumento de interação social. Assim, a gramática é motivada pelas situações de uso (Neves, 2004). Nesse viés, a abordagem funcionalista é caracterizada por se preocupar com a averiguação do modo como os falantes de uma língua se comunicam eficientemente, tendo em vista o foco no seu propósito comunicativo.

Conforme Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), a distinção entre o Funcionalismo Linguístico e as abordagens formalistas (Estruturalismo e Gerativismo) ocorre por duas razões: a visão de linguagem como instrumento de interação social e o interesse pelo contexto discursivo. Assim, é possível perceber que a sua preocupação não se limita à estrutura gramatical, já que o seu foco é a motivação para os fatos linguísticos que se instauram em uma situação de comunicação. Desse modo, a abordagem funcionalista busca explicações em relação às regularidades que permeiam o uso

interativo da língua em condições ou circunstâncias discursivas que envolvem a utilização específica das estruturas linguísticas, sendo motivadas pela situação comunicativa, assim, percebe-se que o manuseio da linguagem é o fator que dá forma ao sistema ao longo dos tempos.

Segundo Neves (2004, p. 2), o estudo da competência comunicativa “implica considerar as estruturas das expressões como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração”. A autora também ressalta o aspecto da língua como um sistema não autônomo, sendo inviável descrevê-la sem alusão a parâmetros como o processamento mental, a interação social etc.

Ancorado a isso, a denominação dessa vertente linguística explicita a necessidade de definir a noção de função. Nesse contexto, Neves (2006) reconhece que a visão de função para o Funcionalismo é múltipla e adaptada a cada autor e define essa concepção como o valor de “papéis” ou de “relação”, de maneira a relacioná-la a estruturas linguísticas, explicando que

estruturas linguísticas são (...) configurações de funções, as diferentes funções são os diferentes modos de significação no enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação entre os usuários da língua. Nessa concepção, funcional é a comunicação, e funcional é a própria organização interna da linguagem (Neves, 2006, p. 18).

De maneira mais direcionada a esta pesquisa, o Funcionalismo norte-americano destacou-se pela relevância em suas propostas de análise, especificamente: transitividade e relevo discursivo (Hopper e Thompson (1980); iconicidade, marcação e gramaticalização (Givón, 2001) – este último se configura como objeto de análise desta pesquisa.

Em adição a esses ideais, Givón (1995, p. 9) elenca as seguintes premissas relacionadas à linguagem:

I. A linguagem é uma atividade sociocultural; II. A estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; III. A estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica; IV. Mudança e variação estão sempre presentes; V. O sentido é contextualmente dependente e não-atômico; VI. As categorias não são discretas; VII. A estrutura é maleável e não-rígida; VIII. As gramáticas são emergentes.

Em meio a isso, Neves (2004, p. 15) comenta que a proposta funcionalista de Givón:

se fixa particularmente no postulado da não autonomia do sistema linguístico, na concepção da estruturação interna da gramática como um organismo que

unifica sintaxe, semântica e pragmática (sendo a sintaxe a codificação dos domínios funcionais que são: a semântica, proposicional e a pragmática discursiva) e no exame dos aspectos icônicos da gramática.

Nesse contexto, Givón (2001), ao mesmo tempo que enxerga a gramática como um sistema biológico e sociocultural, motivada e não arbitrária, ressalta o caráter emergente da língua, tendo em vista que os sistemas se encontram em constantes renovações em relação ao surgimento de novas funções a serem codificadas por formas já existentes no sistema linguístico, assim como o processo inverso.

Nessa empreitada, é possível citar o processo de gramaticalização, que converge, em certo grau, com a noção exposta anteriormente. Meillet, um dos primeiros autores a utilizar o termo “gramaticalização”, conceitua esse processo como “atribuição de um caráter gramatical a um termo outrora autônomo” (Meillet, 1982 [1965], p. 131). Quanto a isso, o autor constrói relações entre classes e tipos de palavras que transitam gradualmente de elementos principais a secundários, por enfraquecimento, da seguinte forma: “Palavras principais > Palavras acessórias > Palavras gramaticais” (Meillet, 1912).

Sobre esse ponto, Neves (2004) comenta que o processo de gramaticalização não se limita apenas a transformações do nível lexical ao gramatical, uma vez que é possível que padrões discursivos sejam transformados em gramaticais. Quanto a esse viés, Givón (1979) também menciona que tal passagem acontece desde o nível discursivo – passando pela sintaxe, pela morfologia e pela morfofonêmica – até a manifestação zero.

De maneira análoga a isso, Lehmann (2002 [1982]) comenta que a gramaticalização é um processo que acontece pela passagem do léxico para gramática, ou ainda, em termos de níveis linguísticos, da sintaxe para a morfologia, isto é, uma mudança do estatuto de um elemento lexical para gramatical, além de um item que já era gramatical tornando-se ainda mais gramatical.

Outrossim, Hopper e Traugott (1993, p. 103) destacam o caráter categorial do léxico no percurso da mudança, haja vista a possibilidade de um item lexical chegar a se tornar um afixo flexional. Ademais, os autores ainda pontuam ser um processo unidirecional que envolve motivações discursivo-pragmáticas e permite que um item adquira novas funções gramaticais. Diante disso, Hopper (1987) justifica que esse processo só é possível de acontecer pelo fato de que a gramática se encontra em constante processo de construção, de maneira que as suas construções sofrem reconfigurações constantes de acordo com as determinações do discurso, a cada nova situação de uso da língua.

Nesse cenário, Furtado da Cunha; Oliveira; Martelotta (2003, p. 51) concluem que a gramaticalização pode ser concebida por dois eixos distintos:

a gramaticalização *stricto sensu* se ocupa da mudança que atinge as formas que migram do léxico para a gramática; a gramaticalização *lato sensu* busca explicar as mudanças que se dão no interior da própria gramática, compreendendo aí os processos sintáticos e/ou discursivos de fixação da ordem vocabular.

A título de exemplificação, conforme descreve Rodrigues (2010), na formação dos tempos compostos, formas verbais de cunho lexical próprio, como o verbo “ter” (codificador da noção de posse), sofreram mudança discursiva. Desse modo, construções com “ter” (verbo pleno) + particípio adjetival se tornam menos frequentes em relação a construções com “ter” (verbo auxiliar) + particípio verbal. Essa mudança de verbo pleno a auxiliar apresenta base morfossintática, uma vez que “ter passa a palavra gramatical e sua projeção argumental passa ao particípio” (p. 33). Além disso, a autora também cita o caso do futuro composto (“hei de cantar”) como exemplo de alto grau de gramaticalização, em que a mudança se direciona até o nível morfofonêmico, “pois o auxiliar haver passou a um morfema modo-temporal como em cantarei e correrei”.

Consoante Castilho (1997), os estudos relativos à gramaticalização podem ser categorizados conforme trabalho, método e critérios selecionados. Nessa premissa, o autor elenca três questões baseadas nos postulados de Heine e Reh (1991):

(i) Quais são as unidades linguísticas investigadas: lexicais, gramaticais, semânticas ou discursivas? (ii) O que se entende por evolução: evolução das categorias gramaticais, no plano diacrônico? Emergência de categorias gramaticais e discursivas, no plano sincrônico? (iii) Em que consiste a complexidade semântica? (Rodrigues, 2010, p. 31)

De acordo com a resolução desses questionamentos, a gramaticalização pode ser concebida como processo ou paradigma, ao passo que pode ser tratada sob as perspectivas sincrônica ou diacrônica. Caso se encaixe como processo, concentra-se na percepção e análise de itens que vão se tornando mais gramaticais, de modo que o fenômeno em estudo pode ser averiguado em eixo diacrônico, por intermédio da investigação do meio como as estruturas gramaticais surgem e se desenvolvem no sistema ao longo do tempo; e/ou em eixo sincrônico, mediante a verificação dos graus de gramaticalidade de uma estrutura linguística no que concerne à sua mudança funcional sob o aspecto discursivo-pragmático.

Nessa conjuntura de distinção entre viés sincrônico e diacrônico, Castilho

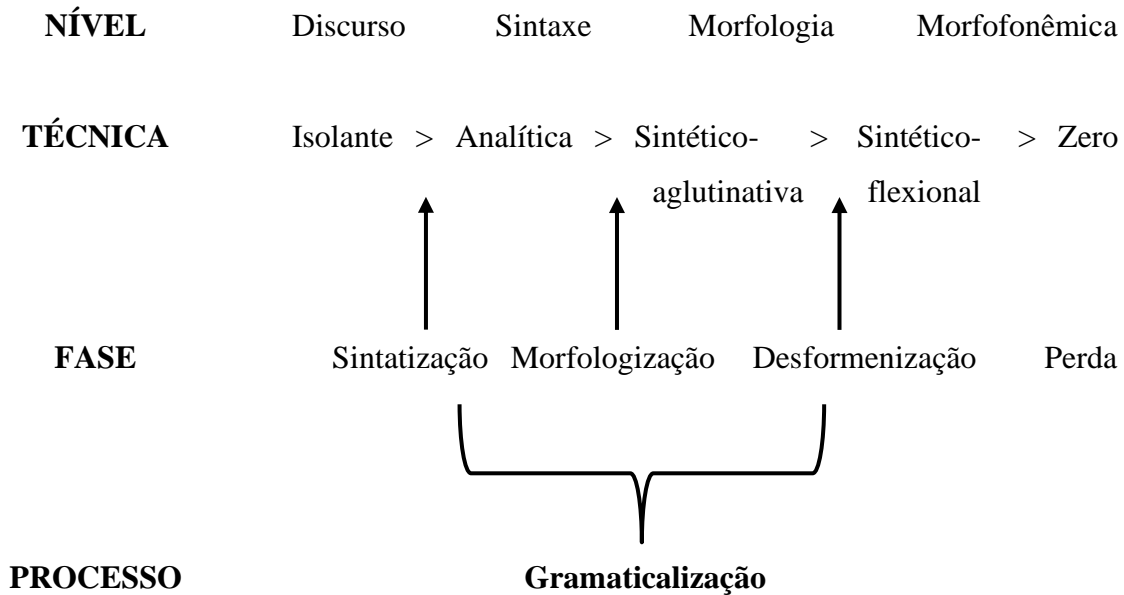
(1997) e Casseb-Galvão *et al.* (2008) diferenciam os termos “gramaticização” e “gramaticalização”, em que o primeiro é visto como o estudo das etapas do processo (plano sincrônico), em contrapartida, o segundo é visto como produto final resultante da gramaticização (plano diacrônico) e também mais associado a ambos os fenômenos.

Ademais, Casseb-Galvão *et al.* (2008, p. 17) reiteram a relevância da interpretação dos matizes do estatuto gramatical e do estatuto lexical das formas linguísticas:

o predicado ser lexical identifica categorias prototípicas cujas propriedades fazem referência a dados do universo biopsíquico-social (...) enquanto o predicado ser gramatical identifica categorias prototípicas, cujas propriedades cuidam de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo, por ligarem palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias interativas na codificação de noções como tempo, aspecto, modo, modalidade etc.

Destarte, ao relegar um papel crucial à gramaticalização como responsável pela mudança linguística, é possível discernir, por meio dela, trajetórias específicas de determinadas mudanças, com o fito de descrever o funcionamento do sistema linguístico ou de um fenômeno particular (Coan, 2003). Dessa guisa, Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) corroboram a premissa de que o aspecto sistemático da evolução da gramática se atribui ao aspecto sistemático da evolução dos processos mentais e comunicativos que conduzem o uso da língua, o que torna a gramaticalização como um dos recursos mais válidos para averiguar a interação falante-ouvinte por uma abordagem cognitivo-discursivo-estrutural.

Nessa empreitada, Lehmann (2002 [1982] p. 13) reconhece três estágios do processo de gramaticalização, são eles: sintaticização, morfologização e desmorfonemização. Quanto a esses estágios, o autor constrói uma correlação entre o nível de atuação do processo e a técnica de análise dos elementos em mudança, conforme ilustrado a seguir:

Figura 10⁹: Fases da gramaticalização

Fonte: (Lehmann, 2002 [1982, p. 13])

Na sintaticização, ocorre a passagem do elemento do nível discursivo para o nível sintático. Logo, nesse primeiro estágio de gramaticalização, os elementos obtêm características que os transferem da sua classe gramatical original a um domínio mais gramatical no contexto discursivo. Além disso, sendo a técnica de análise passada de isolante para analítica, o elemento não pode ser mais analisado como forma livre.

Acerca da morfologização, acontece a passagem do elemento do nível sintático para o nível morfológico, sendo a técnica de análise trocada de analítica para sintético-aglutinativa, o que faz com que apareçam formas presas (afixos flexionais ou derivacionais) no segundo estágio da gramaticalização.

No que se refere à desmorfemização, decorre a passagem do elemento do nível morfológico para o morfofonêmico, além da alteração da técnica sintético-aglutinante para a sintético-flexional, o que pode provocar o desaparecimento de um morfema (redução a zero – categoria mais expressa morfológicamente). No terceiro estágio da gramaticalização, a função do elemento é assumida por outro que co-ocorre

⁹ Adaptada de Rodrigues (2010, p. 33).

com ele.

Em adição ao estágios operantes no processo de gramaticalização elencados por Lehmann (2002 [1982]), convém citar a redução fonológica – em que o desaparecimento fônico se instaura pela quantidade de conteúdo informacional que um item expressa (quanto menor a informação, menor o item) ou pela frequência de uso desse elemento (maior possibilidade de desgaste) – e a dessemantização – em que acontece o esvaziamento semântico na permuta do elemento lexical para o elemento gramatical.

Ainda ancorado nas premissas de gramaticalização, é pertinente suscitar o princípio da unidirecionalidade, o qual é explicado por Hopper e Traugott (1993, p. 95) como a relação entre duas etapas de modo que a sua sucessão não pode ser invertida, isto é, o processo de gramaticalização de um item não permite que a sequência iniciada regresse. Somado a isso, os mecanismos que corroboram esse postulado são a metáfora e metonímia, sendo esta compreendida como a motivação pragmática pela qual se propicia uma reinterpretação induzida pelo contexto; enquanto aquela trata da transferência conceptual que aproxima domínios distintos. Por meio do princípio da unidirecionalidade e desses dois mecanismos, é possível depreender o processo de mudança linguística em volta de categorias cognitivas básicas, a partir do elemento mais concreto para o mais abstrato.

Nesse âmbito, cabe frisar que as propriedades motivacionais de uma mudança, por intermédio da atuação da metáfora são: a analogia – que consiste na relação entre elementos já existentes no sistema e outras construções desse mesmo sistema (eixo paradigmático) – e a reanálise – que possibilita que o item seja revisto como pertencente a uma nova categoria gramatical depois da mudança (eixo sintagmático), de acordo com Hopper e Traugott (1993). A título de demonstração da atuação dessas motivações, os autores elucidam o processo de gramaticalização do verbo auxiliar “be going to”, que é reduzido a “gonna”, conforme o seguinte esquema:

Figura 11¹⁰: Desenvolvimento do auxiliar *be going to*

				Eixo sintagmático Mecanismo: reanálise
Estágio I	be PROGRESSIVO	going v. direcional	[to visit Bill] [oração de finalidade]	Eixo paradigmático Mecanismo: analogia
Estágio II	[be going to] TEMPO (por reanálise)	visit v. de ação	Bill	
Estágio III	[be going to] TEMPO (por analogia)	like	Bill	
Estágio IV	[gonna] like/ visit Bill (por reanálise)			

Fonte: (Hoppe; Traugott, 1993, p. 61)

Diante da exposição, é possível captar que, no decorrer do eixo sintagmático, houve alteração pelo processo de reanálise na passagem dos estágios I e II, haja vista que a construção "be (verbo auxiliar) + going (verbo pleno)" expressa direcionalidade e seleciona uma oração final como argumento, além de que "going" perde propriedades lexicais e incorpora-se à construção "be going to" adquirindo aceção temporal, o que representa o começo da dessemantização do verbo. Em seguida, no eixo paradigmático referente ao estágio III, a alteração pelo processo de analogia se manifesta pelo fato de que "be going to" passa a se acoplar não mais somente a verbos de ação. Como consequência de todo o processo, a construção atinge grau avançado de gramaticalização pela redução de "be going to" para "gonna".

Nas línguas românicas, por exemplo, Castilho (1997, p. 54) ilustra o processo de reanálise do pretérito perfeito composto:

No latim, tinha-se a expressão "*habeo litteras escriptas*" – tenho cartas escritas – em que *habeo* codifica posse e o particípio é um predicativo do objeto direto. Nas línguas românicas, por reanálise, nessas estruturas, *haver* perdeu o sentido de posse, passando a assinalar o resultado presente de uma posse no passado e

¹⁰ Retirado de Rodrigues (2010).

o particípio deslocou-se no sintagma em direção ao verbo *haver*, tornando-se invariável e passando a integrar o núcleo da predicação. Completando, assim, o processo de gramaticalização. (Castilho, 1997, p. 54 *apud* Rodrigues, 2010, p. 37)

A fim de viabilizar a identificação de que uma mudança linguística decorre do processo de gramaticalização, bem como o grau de gramaticalização de um item, Lehmann (2002 [1982]) propõe seis parâmetros como um caminho de investigação do estatuto gramatical de uma estrutura, quais sejam: integridade, paradigmaticidade, variabilidade paradigmática, escopo, conexidade e variabilidade sintagmática, os quais são explanados no quadro abaixo:

Quadro 06 – Parâmetros de gramaticalização

<p>Integridade</p>	<p>É o peso paradigmático de um item, isto é, seu tamanho substancial. Dessa forma, é a partir do parâmetro Integridade que um signo se diferencia dos demais membros de seu paradigma, tanto em sua proeminência semântica, quanto fonológica. Assim, um signo torna-se mais gramaticalizado à medida que seu peso paradigmático diminui.</p>
<p>Paradigmaticidade</p>	<p>A coesão paradigmática diz respeito ao grau de integração de um signo no paradigma. É por esse parâmetro que são medidos o tamanho do paradigma ao qual o signo pertence e a sua homogeneidade. Assim, a partir da integração formal e semântica do paradigma, é aferido um grau de</p>

	<p>gramaticalização a ele. Apesar de ser bastante problemático medir precisamente o tamanho de um paradigma, acredita-se que paradigmas mais gramaticalizados passam a ser menores que paradigmas em um grau menor de gramaticalização.</p>
Variabilidade Paradigmática	<p>Diz respeito à possibilidade de uso de outros signos no lugar do item em gramaticalização, ou a possibilidade de omiti-lo. Com base nesse parâmetro, observa-se a aproximação entre gramaticalização e Sociolinguística, uma vez que a possibilidade de alternância pode ser motivada por condicionamentos sociolinguísticos.</p>
Escopo	<p>É o peso sintagmático, isto é, a extensão da construção que o item ajuda a formar. Quanto mais gramaticalizado é um item, menor é o seu escopo.</p>
Conexidade	<p>Diz respeito ao grau de conexão de um item com outro.</p>
Variabilidade Sintagmática	<p>Diz respeito à mobilidade de um item dentro do sintagma. Dessa forma, um indício do aumento da gramaticalidade</p>

	de um item é dado na proporção que o item tem posição fixa no sintagma
--	--

Fonte: Lehmann (2002 [1982], p. 164) *apud* Rodrigues (2010, p. 38-39)

Lehmann (2002 [1982]) postula esses parâmetros a partir da combinação entre três traços (peso, coesão e variabilidade) e os eixos de distribuição de um signo linguístico, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 07 – Traços de gramaticalização

Traços	Eixo Paradigmático	Eixo Sintagmático
Peso	Integridade	Escopo
Coesão	Paradigmaticidade	Conexidade
Variabilidade	Variabilidade Paradigmática	Variabilidade Sintagmática

Fonte: Lehmann (2002 [1982], p. 123)

Esses traços permitem aferir o grau de autonomia de um signo, tendo em vista que, para ser autônomo, um elemento deve ter: (i) peso ao ponto de se tornar proeminente em seu paradigma; (ii) coesão com outros signos; e (iii) variabilidade em termos de mobilidade. Logo, as relações entre os traços e os eixos paradigmáticos e sintagmáticos manifestam-se como expõe o seguinte quadro:

Quadro 08 – Correlação de parâmetros de gramaticalização

Parâmetros	Gramaticalização fraca	Processo	Gramaticalização forte
Integridade	Conjunto de propriedades semânticas; possivelmente polissilábico.	Desgastes	Poucas propriedades semânticas; monossegmental.
Paradigmaticidade	O item participa de forma escassa no	Paradigmaticidade	Fortemente integrado no paradigma.

	campo semântico.		
Variabilidade Paradigmática	Livre escolha dos itens, de acordo com as intenções comunicativas.	Obrigatoriedade	Escolha sistematicamente restrita, uso largamente obrigatório.
Escopo	O item se correlaciona com constituintes de complexidade arbitrária.	Condensação	O item modifica palavras ou raiz.
Conexidade	O item é justaposto independentemente.	Coalescência	O item é afixo ou até mesmo suporte de traço fonológico.
Variabilidade Sintagmática	O item pode mover-se livremente nas estruturas.	Fixação	O item ocupa lugares gramaticais fixos.

Fonte: Lehmann (2002 [1982], p. 164) *apud* Rodrigues (2010, p. 38).

No tocante à correlação entre os seis parâmetros, Lehmann (1995 [1982]) adverte que, embora se correlacionem significativamente, nem sempre é possível correlacioná-los. Portanto, ao fazer essa ressalva, o autor também salienta que cada um dos parâmetros pode ser estudado independentemente dos outros e que a correlação entre eles é teoricamente explicável.

Ao reconhecer diferentes graus de gramaticalização, Hopper (1991) estabelece que esse processo é regido por cinco princípios: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização – os quais permitem identificar estágios da gramaticalização de uma estrutura linguística.

Acerca da estratificação, considera-se que novas camadas emergem constantemente, embora as antigas não sejam descartadas, já que continuam existindo e interagindo com as mais recentes. Esse princípio, dessa forma, aponta a possibilidade de diferentes codificadores de uma mesma função.

Em relação à divergência, compreende-se que, quando há a gramaticalização de uma estrutura lexical, essa forma pode continuar como um elemento autônomo, de

maneira a sofrer as mesmas alterações que itens lexicais comuns, próprias de sua classe.

Sobre a especialização, trata-se da possibilidade de formas se tornarem obrigatórias em contextos específicos, uma vez que há um estreitamento nas escolhas formais, o que faz com que a sua frequência de uso em um mesmo domínio funcional aumente.

No tocante à persistência, entende-se que um item lexical gramaticalizado mantém alguns traços aderidos, implicando restrições em seu comportamento gramatical, haja vista a manutenção dessas características em relação à forma-fonte.

Por fim, a decategorização configura a mudança do estatuto categorial de estruturas gramaticalizadas, ou seja, a tendência dessas formas a perder ou neutralizar marcações morfológicas e privilégios sintáticos, passando a assumir características de categorias secundárias.

No tocante ao nosso objeto de pesquisa, além do mapeamento funcional em relação aos valores expressos pelas formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito, operaremos com os princípios e parâmetros da gramaticalização (Hopper, 1991; Lehmann, 2002) para avaliar o estágio desse processo no que diz respeito à perífrase (ter/haver + particípio), por intermédio dos critérios de análise: seleção argumental do sujeito, seleção argumental do objeto, tipo de combinação perifrástica, marcas morfológicas do particípio, variação entre “*ter*” e “*haver*”, eixo paradigmático (integrabilidade, paradigmaticidade e variabilidade paradigmática) e eixo sintagmático (escopo, conexidade e variabilidade sintagmática).

4.3 Sociofuncionalismo

Conforme aponta Pontes (2012), ainda se nota a carência de estudos que, por intermédio de textos autênticos, focalizem a investigação do contínuo função-forma, isto é, as reais acepções codificadas pelas estruturas linguísticas. A essa alçada, o autor afirma que é pertinente o interesse em estudos que descrevem a relação entre esses dois eixos da língua, uma vez que é possível flagrar os contextos comunicativos em que fenômenos como variação, mudança e multifuncionalidade se realizam. Com o fito de suprir essa demanda, a abordagem sociofuncionalista torna-se uma contribuição significativa, já que, como preconiza Tavares (2003), entraria em pauta a focalização dos processos supracitados considerando funções semântico-discursivas das variantes e explicações de natureza funcional para os resultados alcançados. Assim, a vertente funcionalista, de acordo com Tavares (2003), imbricaria

postulados do Funcionalismo Linguístico (Hopper; Traugott, 1993; Hopper, 1979, 1991; Givón, 1971, 1979, 1984, 1990, 1991, 1995, 2001, 2002 e 2005) e da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1972, 1978, 1982, 1994, 2001 e 2010).

Para a constituição da intersecção dessas teorias de descrição e análise de línguas, é pertinente compreender a necessidade de convergir os objetivos dos pressupostos teórico-metodológicos adotados para o tratamento da pesquisa, haja vista que são vertentes linguísticas distintas. Entende-se, então, que a abordagem funcionalista é voltada ao estudo de diferentes funções de um item da língua nas suas diversas camadas; enquanto que a abordagem sociolinguística é voltada para o estudo entre duas ou mais formas que codificam o mesmo valor referencial a partir das regras variáveis. Frente a isso, embora não haja uma ligação prévia inicialmente, Tavares (2003, p. 102) revela que:

A cada nova conversa ocorrem novas convergências e os conceitos são alterados, definindo-se como seres voláteis, transitórios, filiados ao momento e, dessa guisa, sujeitos a re-interpretações e a revisões constantes. Em decorrência, na trajetória de avanço das discussões, o Sociofuncionalismo constitui-se e reconstitui-se.

Considerando essa ponderação, é viável pensar a união dos posicionamentos em um Sociofuncionalismo ao aludirmos ao processo de mudança nesse viés, visto que, segundo Tavares (2003), correlacionando o surgimento de uma nova função para uma nova forma à dispersão em diferentes estratos sociolinguísticos desse novo uso, é possível depreender que, a partir do momento em que esse uso se torna mais frequente, associa-se à variabilidade da configuração sociolinguística de formas mais antigas com essa mesma função.

Em suma, de acordo com Tavares (2003), a conjectura básica para a interface sociofuncionalista procede mediante a investigação correlata de um traço funcional e de um traço sociolinguístico, além da noção de que o Sociofuncionalismo comporta-se como uma escala teórica em que se deve esclarecer a intersecção explicitando os graus considerados de cada uma das vertentes para que “as convergências possam ser mais ou menos facilitadas, surgindo matizes teóricos diferenciados, com limites diversos de absorção do que vem de cada modelo fonte” (Tavares, 2003, p. 135).

Diante de tal cenário, é pertinente tecer algumas considerações acerca de pontos de convergência e divergência entre os dois eixos teóricos de análise linguística que perpetuam o casamento teórico denominado Sociofuncionalismo. Em termos de citação da relevância dessa interface, estudos como Paredes da Silva (1993) e Naro e Braga (2000) são conhecidos como precursores dessa vertente no Brasil, embora Tavares

(2003) seja a responsável por um debate mais acentuado no tocante a essa proposta. Junto da autora, Gorski (2006) também coloca em pauta discussões sobre os pontos convergentes e divergentes entre as duas propostas de descrição das línguas. Quanto às confluências, Tavares (2003) propõe o seguinte quadro:

Quadro 09 – Convergência entre postulados funcionalistas e variacionistas

(a) Prioridade atribuída à *língua em uso*, cuja natureza heterogênea abriga a variação e a mudança. (cf. Givón, 1995; Weinreich, Labov & Herzog, 1968, entre outros).

(b) Como a língua não é dissociada de seu uso, os fenômenos lingüísticos que constituem o alvo das investigações são analisados em situações de comunicação real em que falantes reais interagem. (cf. Bybee & Hopper, 2001; Labov, 1972a/b).

(c) A língua não é estática. Ao contrário, está continuamente se movendo, mudando e interagindo. (cf. Hopper, 1987; Guy, 1995).

(d) O fenômeno da mudança lingüística recebe um lugar de destaque, e é entendido como um processo contínuo e gradual. (cf. Hopper & Traugott, 1993; Weinreich, Labov & Herzog, 1968).

(e) A mudança é disseminada gradualmente ao longo do âmbito lingüístico e do âmbito social, como alterações contínuas em termos de frequência. (cf. Hopper & Traugott, 1993; Labov, 2001).

(f) Dados sincrônicos e diacrônicos são tomados complementarmente com o intuito de obtenção de prognósticos de mudança mais refinados e confiáveis. As diferentes fatias sincrônicas são entendidas como imbricadas, pois a mudança lingüística está sempre progredindo ao longo do tempo. (cf. Heine, 1991a; Labov, 1994).

(g) Crença no princípio do uniformitarismo, segundo o qual as forças lingüísticas e sociais que agem hoje sobre a variação e a mudança são em princípio as mesmas que atuaram em épocas passadas. A melhor fonte para a análise lingüística são os dados atuais, uma vez que permitem a observação direta e mais completa de um maior número de ocorrências sobre as quais se pode tecer hipóteses acerca de fatias de tempo passadas. (Hopper & Traugott, 1993; Labov, 1972). Vale salientar que a idéia de uniformitarismo nos estudos de gramaticalização foi declaradamente emprestada de Labov, que é citado por Hopper & Traugott (1993:38) e Traugott & König (1991:193).

(h) Análise de aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. (cf. Bybee & Hopper, 2001; Labov, 1982).

(i) A frequência das ocorrências é destacada. Na perspectiva de Hopper, a frequência importa para o estabelecimento e a manutenção da gramática, tendo papel em diferentes etapas do processo de gramaticalização: as formas fontes tendem a ser frequentes; os itens gramaticalizados têm sua recorrência aumentada; a difusão lingüística e social da mudança pode ser captada através do aumento da frequência de uso nos diferentes contextos, etc. Na perspectiva de Labov, o aumento de frequência é compreendido como índice de difusão sociolingüística. Além disso, as variantes devem ter certa recorrência para que possam ser comparadas por meio do instrumental estatístico.

(j) Há relação entre os fenômenos lingüísticos e a sociedade que usa a língua. A mudança espalha-se de forma gradual ao longo do espectro social, considerando-se fatores como região, geração, classe social, por exemplo. É comum haver diferença entre falantes mais velhos e mais jovens, no caso de mudança em progresso. (Lichtenberk, 1991; Androustopoulos, 1999; Weinreich, Labov & Herzog, 1968; Labov, 1972a/b).

Por outro lado, Tavares (2003) elenca também a existência de discrepâncias entre esses dois modelos teóricos, quais sejam: (i) a mudança linguística – para o Funcionalismo, a variação pressupõe a mudança, enquanto que, para a Sociolinguística, a mudança pressupõe a variação; (ii) conceito de gramática – segundo o Funcionalismo, a gramática é concebida como um processo, cuja construção advém de pressões de uso; segundo a Sociolinguística, a gramática é vista como um sistema de regras variáveis e categóricas; (iii) análise estatística – o Funcionalismo não apresenta um instrumento estatístico específico para o tratamento dos dados, valendo-se da frequência e do pensamento de que os fatores decorrem da noção de contínuo, uma vez que quanto mais frequente é uma forma linguística, mais propensa ela está a transformações de ordens fonética, morfossintática e pragmática; já a Sociolinguística, ademais desse aparato, lida com pesos relativos para o controle de grupos de fatores que condicionam as variáveis independentes, além de possuir instrumentos estatísticos, como o programa GOLDVARB X, que procede uma análise multivariada.

De maneira geral, embora se notem tais divergências, alinhamo-nos ao pensamento proposto por Castilho (1997, p. 55): “a variação é ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de chegada da mudança linguística”.

Frente a essa exposição de alguns pontos em que as teorias funcionalista e sociolinguística convergem e divergem, urge a consideração de que cada uma dessas vertentes teóricas possui um viés diferente, logo, um foco distinto. Contudo, a conciliação entre pressupostos desses modelos não é impossível, apenas demanda ajustes necessários para o casamento das teorias, sobre o qual, como descreve Tavares (2003, p. 102): “Não se trata da soma ou da combinação de pressupostos teórico-metodológicos de um modelo ou de outro, e sim do estabelecimento de pressupostos que resultam da conversa entre os modelos”.

Em acréscimo, Coan (2021, p. 38) tece valiosas elucidaciones acerca dos estudos históricos que vinculam o Sociofuncionalismo a fenômenos emergentes em séculos mais distantes, de modo a ponderar sobre o ponto de partida ao questionar duas possibilidades de investigação:

buscamos formas e, depois, mapeamos funções ou partimos de uma função e vemos que formas existiam no período sob investigação? São duas possibilidades igualmente válidas: estender a teoria variacionista englobando aspectos funcionalistas ou estender o funcionalismo englobando a teoria variacionista. Por razões didáticas, temos de optar, mas cremos ser apenas uma opção

metodológica, não o reflexo da língua, já que ambas as perspectivas, forma-funções ou função-formas, são opções de olhar o mundo temporal.

No referente a essas indagações, a autora constrói reflexões em prol a uma visão holística para a análise da língua, em que não se pensaria a primazia da função ou da forma. Para essa empreitada, recorre a proposta de Dubois e Votre (2012) que, com o objetivo de escapar dos reducionismos clássicos da linguística contemporânea, assumem a postura de preferir partir das relações entre formas e funções sem optar por unidirecionalidade. Em relação a essa concepção, Tavares (2003, p. 132) também vislumbra a proposta de que funções e formas recebessem destaque igual. Logo, “o que é defendido como prioritário em cada modelo fonte deixaria de ter tal status e passaria a dividir o reinado com sua ‘contraparte’”.

Ainda no tocante a Coan (2021), ressalta-se que, em pesquisas históricas, aquilo que se configura no presente nem sempre é idêntico ao que se configurara mais remotamente, ou vice-versa. A título de ilustração, a autora, que também se ocupa de interesses semelhantes aos do nosso estudo, investiga uma estrutura prototípica da aceção de antepretérito (pretérito mais-que-perfeito simples) para, em sequência, realizar o mapeamento das suas funções, sendo este o primeiro passo necessário à resolução do dilema sociofuncionalista. Nessa empreitada de averiguação dos fenômenos de variação e de gramaticalização a partir de textos antigos, foram adotados quatro direcionamentos:

(i) um passo em direção ao –ra, morfema prototipicamente registrado em gramáticas como marca modo-temporal do pretérito mais-que-perfeito; (ii) um segundo passo em busca de haver/termais participio como forma gramaticalizada ou em processo de gramaticalização; (iii) um terceiro passo em direção ao pretérito perfeito que tem suplantado o mais-que-perfeito na oralidade atualmente; (iv) por fim, o passo inusitado foi buscar uma forma que não mais ocorre, nem mesmo é registrada na maioria das gramáticas (há uns poucos registros aqui e acolá) – o pretérito anterior. (Coan, 2021, p. 39)

Desse modo, demonstra-se a exequibilidade do casamento teórico que vincula premissas da Sociolinguística e do Funcionalismo, haja vista que foram manuseados critérios que promovem a harmonia dos pressupostos compatíveis que viabilizam a descrição de um fenômeno da língua por meio dos processos de variação e de gramaticalização, que, segundo as observações de Görski e Tavares (2013, p. 90), configuram “um dos pilares que sustenta o duplo olhar funcionalista e sociolinguístico sobre fenômenos de variação e mudança”. A esse panorama de dilemas e conjecturas, trabalhos empreendidos por Poplack (2011), Torres Cacoullos (2011) e Tagliamonte (2004) merecem o destaque das autoras, uma vez que

explicitam a relevância empírica dessa interface teórica. Ademais, em prol de garantir mais legitimidade a essa convicção, selecionamos algumas confluências autênticas ao tratamento da gramaticalização em conjunto da perspectiva variacionista que acreditamos serem aplicadas na nossa pesquisa, a partir da listagem de Tavares (2013, p. 127-129):

Quadro 10 – Pressupostos da Gramaticalização no Sociofuncionalismo

FUNCIONALISMO VOLTADO À GRAMATICALIZAÇÃO	SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA	CONVERGINDO NO SOCIOFUNCIONALISMO
<p>A <i>frequência</i> das ocorrências é importante para o estabelecimento e para a manutenção da gramática; para a análise dos estágios do processo de gramaticalização; para o estudo da difusão linguística e social da mudança</p>	<p>A <i>frequência</i> das ocorrências é importante para o estudo da difusão linguística e social da mudança. Há a necessidade de certa recorrência para que as formas possam ser comparadas por meio do instrumental estatístico.</p>	<p>A <i>frequência</i> das ocorrências é importante para o estabelecimento e para a manutenção da gramática; para a análise dos estágios do processo de gramaticalização; para o estudo da difusão linguística e social da mudança. Há a necessidade de certa recorrência para que as formas possam ser comparadas por meio do instrumental estatístico.</p>
<p>O termo <i>mudança</i> abrange: (a) surgimento das inovações; (b) difusão social das inovações.</p>	<p>O termo <i>mudança</i> refere-se à difusão social das inovações. Análise do grau de difusão por meio das distribuições sociais dos itens linguísticos.</p>	<p>O termo <i>mudança</i> abrange: (a) surgimento das inovações; (b) difusão social das inovações. Análise do grau de difusão por meio das distribuições sociais dos itens linguísticos, das quais também são derivados indícios de que novidades possam estar emergindo ou vir a emergir futuramente.</p>
<p>Recebe mais destaque a <i>história de uma forma</i>, com a investigação dos estágios de gramaticalização por que passa um só item ou construção. Contudo, o princípio de <i>estratificação</i> (Hopper, 1991) prevê, como consequência da gramaticalização, a convivência de itens como <i>camadas</i> mais novas e mais antigas em um mesmo domínio funcional.</p>	<p>Recebe mais destaque a <i>coexistência de formas variantes</i> em dado momento de sua evolução, investigando-se com detalhe esse fenômeno de <i>variação linguística</i>.</p>	<p>Recebem destaque a <i>história e a coexistência de diferentes formas, investigadas como camadas/variantes</i> que convivem em um mesmo domínio funcional, gerando o que pode ser definido como uma situação de <i>estratificação/variação</i>. Também são investigados <i>estágios de gramaticalização</i>, com a hipótese de que a situação de <i>estratificação/variação</i> é</p>

		influenciada pelo que aconteceu no percurso de gramaticalização de cada item até a chegada ao domínio em questão.
A variação decorre da mudança.	A mudança decorre da variação.	A variação e a mudança decorrem uma da outra. Ao se estudar variação, analisa-se uma etapa de mudança em que convergem os percursos de gramaticalização seguidos por cada uma das formas envolvidas. Ao se estudar gramaticalização, averigua-se diferentes etapas de variação ao longo do tempo.
Existem períodos em que não se constata alterações mais salientes.	Existem períodos de variação estável, sem indícios de mudança em curso.	Existem períodos de estratificação/variação estável, sem indícios de mudança em curso.
As especializações das camadas de um domínio são manifestadas através de preferências de uso, condicionadas por contextos sociolingüísticos.	Análise do condicionamento de <i>grupos de fatores lingüísticos e sociais</i> sobre o uso das variantes, o que revela o quadro de distribuição de cada uma delas quanto aos contextos sociolingüísticos. Detém-se com mais rigor na investigação dos contextos prediletos de cada variante, buscando detalhar a ação combinada dos diversos fatores sobre cada situação de uso.	Análise do condicionamento de grupos de fatores lingüísticos e sociais sobre o uso das camadas/variantes, o que revela o quadro de distribuição de cada uma delas quanto aos contextos sociolingüísticos, quadro que pode ser tomado como reflexo de estágios passados do desenvolvimento do domínio e das formas, bem como pode ser lido como espelho de seus desenvolvimentos futuros. Busca detalhar a ação combinada dos diversos fatores sobre cada situação de uso.
Situações de estratificação tendem a ser solucionadas com o passar do tempo. Uma situação em que uma função gramatical é expressa por duas ou mais formas lingüísticas tende a mudar para uma em que a função é expressa por apenas uma forma.	Situações de variação tendem a ser solucionadas com o passar do tempo, do que deriva que as regras variáveis tendem a se tornar categóricas.	Situações de estratificação/variação tendem a ser solucionadas com o passar do tempo.
Soluções possíveis para situações de estratificação: (a) especialização por generalização; (b) especialização por especificação.	Soluções possíveis para situações de variação: (a) uma variante prepondera sobre as demais; (b) as variantes assumem papéis diferentes.	Soluções possíveis para situações de estratificação/variação: (a) especialização por generalização: uma camada/variante prepondera sobre as demais; (b) especialização por especificação: as camadas/variantes assumem papéis diferentes.

Fonte: Tavares, 2003, p. 127-129

Defronte a essa exposição, a gramaticalização mostra-se como um fenômeno de grande serventia ao casamento teórico do Sociofuncionalismo. Ao acrescentarmos a multifuncionalidade de formas linguísticas a essa conjuntura, incita-se a latência da análise do pretérito mais-que-perfeito simples e composto que objetivamos descrever, pois, como alude Coan (2021), o alargamento do aspecto analítico e dos interesses investigativos advindo dessa opção teórico-metodológica torna viável captar nuances, essências, configuração ou modulações gramaticais, embora seja uma solução coberta de desafios, pois se trata de uma articulação que demanda elucidaciones epistemológicas.

Desse modo, ainda que fique claro que essa perspectiva teórica conjugada possua premissas divergentes, é imprescindível o discernimento de que os pressupostos dependem e precisam ser operados com base nas pretensões do pesquisador, o qual deve ponderar a respeito de quais postulados gerais (heterogeneidade, variação, mudança, concepção de gramática, análise pancrônica, frequência etc.) conseguem ser mais adequadamente integrados, atribuindo ao Sociofuncionalismo o caráter de emergente (Coan, 2021).

Em conclusão a empreitada que propomos ao nosso estudo, reiteramos a relevância autêntica da imbricação sociofuncionalista por intermédio do quadro síntese construído por Tavares (2003, p.124) a respeito dos principais postulados dessa interface entre as vertentes do Funcionalismo Linguístico e da Sociolinguística Variacionista:

Quadro 11 – Síntese das características do Sociofuncionalismo

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ✘ exame da língua em uso; ✘ a heterogeneidade lingüística é compatível com a noção de sistema e a variação é inerente ao sistema; ✘ análise dos percursos da evolução da língua e suas motivações – essencialmente sociais; ✘ busca da regularidade da variação pela quantificação dos dados de acordo com variáveis sociais, estruturais e discursivas, com base na crença da existência de forças internas e externas motivando os fenômenos lingüísticos; ✘ tomar por base um processo e verificar suas diferentes formas de expressão, estendendo o conceito de variável a um conjunto de construções ou estruturas mais complexas com uma mesma função/significado abrangente comum; ✘ incorporação de aspectos de outros campos: discursivo-pragmático e processamento, em especial; ✘ utilização dos princípios e métodos da sociolinguística laboviana associados a interpretações funcionalistas dos resultados quantitativos para ver as tendências de uso como reflexo da organização do processo comunicativo; ✘ descrever processos de mudança que evidenciam e favorecem a gramaticalização de itens e construções lingüísticas. |
|---|

Fonte: Tavares, 2013, p. 124

Em suma, atesta-se a primazia dessa interface teórica como norteadora dos nossos parâmetros de análise. Assim, assumimos, novamente, o caráter sociofuncionalista da presente pesquisa, haja vista que trataremos dos eixos que envolvem os processos de variação e mudança linguística, gramaticalização e multifuncionalidade do pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, discorreremos acerca dos nossos procedimentos metodológicos, quais sejam: descrição do tipo de pesquisa, escolha do *corpus*, sistematização dos métodos de coleta de dados, delimitação dos critérios de análise e apresentação do programa estatístico.

Dessa guisa, salientamos que a nossa investigação se realiza a partir de dois movimentos: (i) sincrônico: ao analisar a alternância das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo de modo a considerar cada século isoladamente para a descrição dos resultados; (ii) diacrônico: ao explorar a manifestação da multifuncionalidade dessas estruturas e da gramaticalização da perífrase ao longo dos séculos, como comentaremos a seguir.

5.1 Caracterização da pesquisa

No que confere ao método de abordagem da pesquisa, esta possui caráter indutivo-dedutivo, tendo em vista que a dedução permite a formulação de hipóteses sobre o fenômeno investigado com o intuito de validá-las; já a indução possibilita que sejam realizadas generalizações, mediante o tratamento analítico das ocorrências, com o fito de ampliar a visão sobre o fenômeno analisado. Assim, nesta pesquisa, verifica-se a dedução como responsável pela confirmação ou pela refutação das hipóteses na análise das ocorrências; enquanto a indução permitirá flagrar os motivadores das ocorrências a partir da manipulação de dados (Marconi; Lakatos, 2001).

Em relação à natureza da pesquisa, trata-se da abordagem quantitativo-qualitativa, haja vista que a análise quantitativa se aplica a medidas quantificadoras das variáveis em estudo, a partir de padrões numéricos relacionados aos conceitos estudados, o que leva em consideração o número de ocorrências das variantes sob análise, permitindo um melhor mapeamento dos seus contextos de uso. Ademais, a análise qualitativa será feita pela interpretação do funcionamento das estruturas, a qual pode desencadear generalizações a partir de padrões encontrados nos dados.

Quanto ao tipo, este estudo se configura como descritivo-explicativo, já que será feita a descrição do comportamento da variação entre as formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito e do estágio da gramaticalização da forma composta, considerando a perífrase *ter* e *haver* mais partícipto, para, em seguida, explicar ambos os processos por meio da análise da atuação dos grupos de fatores controlados (Gil, 2008).

5.2 Delimitação do universo e da amostra

Ao considerar que é necessária a adequação do *corpus* em relação à remanescência de documentos históricos de cada período temporal, Mattos e Silva (2000) descreve um trajeto que guia a análise de documentos escritos em séculos diferentes, sendo possível vislumbrar etapas e características da linguagem que são representadas por estilo e tipologia dos textos sob delimitação. Nesse viés, ressalta-se que a relevância de se olhar para diferentes séculos não deve ofuscar a produção linguística que se apresenta como representação de fatores que apontam o comportamento da linguagem de cada época, isto é, consideramos as condições de escrita bem como os propósitos comunicativos que fazem parte de cada gênero textual, alinhando-o a um recorte de tempo adequado para um estudo preciso e contundente.

Ademais, como objetivamos um vislumbramento diacrônico do fenômeno em análise, a escolha do universo foi pensada de modo a garantir possíveis vestígios em cada recorte de tempo passado, em que se percebem as peculiaridades intencionais dos textos históricos, haja vista que essas declarações de intenções ocorriam seja por narração, injunção ou descrição de fatos ocorridos no passado, por meio de discursos literários ou não.

Nesse sentido, para a composição da amostra, consideramos o *Corpus Informatizado do Português Medieval*, disponível em <https://cipm.fcsh.unl.pt/>, que é um projeto que reúne diversos textos para constituição de gramáticas e dicionários históricos, tendo em vista a necessidade de investigações linguísticas acerca de períodos mais antigos do Português. Assim, essa base de dados, desenvolvida por uma equipe de linguistas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa que integram a Linha de Investigação 1 - Linguística Comparada - do CLUNL, armazena textos etiquetados do século XII ao século XVI (conforme o quadro abaixo) do latino-romance ao português arcaico, dentre os quais há notariais, crônicas, cantigas etc., que são tratados por meio de métodos que compreendem desde a uniformização digitalizada dos textos até a anotação de comentários resultantes da adaptação das normas de transcrição dos editores.

Desse universo, escolhemos, como recorte temporal, três séculos (XIII, XIV e XV), cujos textos aparecem dispostos nos quadros abaixo, uma vez que viabilizam a compreensão do estatuto da língua vigente do português arcaico, além de que o volume dessa coletânea de textos é mais proximal do que em relação aos outros séculos:

Quadro 12: Corpus Informatizado do Português Medieval – Textos do século XIII

SÉCULO XIII
Cantigas de Escárnio e Maldizer
Notícia de Torto
Testamento de D. Afonso II
Cantigas de Amigo
Cantigas de Amor
Cantigas de Santa Maria
Textos Notariais in Clíticos na História do Português
Documentos Notariais
Chancelaria D. Afonso III
Textos Notariais in História do Galego-Português
Textos Notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo (Oxford)
Foros de Garvão
Tempos dos Preitos
Afonso X, Foro Real
Dos Costumes de Santarém

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 13 – Corpus Informatizado do Português Medieval – Textos do século XIV

SÉCULO XIV
Textos Notariais in História do Galego-Português
Arte de Trovar
Textos notariais in Clíticos da História do Português
Documentos Notariais
Cantigas de Amor
Chancelaria de Dom Afonso
Corte Imperial
Textos Notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo (Oxford)
Cantigas de Escárnio e Maldizer
Dos Costumes de Santarém
Alphonse X, Primeyra Partida
Crónica Geral de Espanha

Crónica de Afonso X
Foros de Garvão
Livro de Montaria
Narrativa de livro de linhagens

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 14 – Corpus Informatizado do Português Medieval – Textos do século XV

SÉCULO XV
Textos Notariais in História do Galego-Português
Textos notariais in Clíticos da História do Português
Documentos Notariais
Crónica de Dom João I Parte 1
Crónica de Dom João I Parte 2
Crónica de Dom Pedro I
Leal Conselheiro
Demanda do Santo Graal
Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela
Carta de Pêro Vaz de Caminha
História dos Reis de Portugal in Crónica Geral de Espanha
Orto do Esposo
Castelo Perigoso
Crónica do Conde D. Pedro de Meneses
Livro das estorias da biblia
Livro das Tres Vertudes
Penitencial de Martim Perez
Sacramental
Tratado de Confissom
Vida de D. Telo
Vida de S. Teotónio

Fonte: elaborado pelo autor.

Em acréscimo a isso, optamos em reorganizar os textos armazenados pelo referido

corpus, em prol de uma arranjo que se alinhe mais diretamente ao nosso objetivo de análise funcionalista, o qual visa a entender como a natureza textual influencia o uso e a multifuncionalidade estrutura simples e composta do pretérito mais-que-perfeito. Destarte, reorganizamos os textos encontrados no CIPM da seguinte forma:

Quadro 15 – Corpus Informatizado do Português Medieval – Natureza textual por séculos

NATUREZA TEXTUAL	SÉCULO XIII	SÉCULO XIV	SÉCULO XV
LÍRICA AMOROSA	Cantigas de Amor	Cantigas de Amor	-
	Cantigas de Amigo		
LÍRICA PROFANA	Cantigas de Escárnio	Cantigas de Escárnio	-
	Cantigas de Maldizer	Cantigas de Maldizer	
LÍRICA RELIGIOSA	Cantigas de Santa Maria	-	-
PROSA HISTÓRICA	Notícia de Torto	Alphonse X, Primeyra Partida	Crónica de Dom João I
			Crónica de Dom Pedro I
		Crónica Geral de Espanha	Carta de Pêro Vaz de Caminha
		Crónica de Afonso X	História dos Reis de Portugal
		Narrativa de livro de linhagens	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses
PROSA INSTRUCIONAL	Testamento de D. Afonso II	Textos Notariais	Textos Notariais
	Textos Notariais		
	Documentos Notariais	Documentos Notariais	Documentos Notariais
	Chancelaria D.	Arte de Trovar	

	Afonso III		Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela
	Foros de Garvão	Chancelaria de Dom Afonso	
	Tempos dos Preitos	Dos Costumes de Santarém	
	Afonso X, Foro Real	Foros de Garvão	
	Dos Costumes de Santarém	Livro de Montaria	
PROSA RELIGIOSA	-	Corte Imperial	Leal Conselheiro
			Demanda do Santo Graal
			Orto do Esposo
			Castelo Perigoso
			Livro das estorias da biblia
			Livro das Tres Vertudes
			Penitencial de Martim Perez
			Sacramental
			Tratado de Confissom
			Vida de D. Telo
			Vida de S. Teotónio

Fonte: elaborado pelo autor.

A fim de garantir um equilíbrio do volume textual disponibilizado na base de dados investigada, optou-se, em conclusão, pelo número de palavras como critério de seleção dos textos por século, o que moldou a seguinte amostra para a análise:

Quadro 16 – Amostra do Corpus Informatizado do Português Medieval analisada

SÉCULO XIII	SÉCULO XIV	SÉCULO XV
Número de palavras: 329.749	Número de palavras: 346.766	Número de palavras: 350.980
CEM - Cantigas de Escárnio e Maldizer (1201-1300)	HGP - Textos notariais (1301-1399) in História do Galego-Português	HGP - Textos notariais (1401-1500) in História do Galego-Português
NT - Notícia de Torto (1214? ¹¹)	CHP - Textos notariais (1304-1397) in Apêndice Documental de Clíticos na História do Português	CHP - Textos notariais (1402-1499) in Apêndice Documental de Clíticos na História do Português
TL - Testamento de D. Afonso II (1214): Ms L	DN - Textos notariais (1304-1397) in Docs. Notariais dos Séculos XII a XVI	DN - Textos notariais (1402-1499) in Docs. Notariais dos Séculos XII a XVI
TT - Testamento de D. Afonso II (1214): Ms T	TOX - Textos Notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo (Oxford)	LC - Leal Conselheiro (1433/1438?)
DN - Textos notariais (sd,1243-1300) in Docs. Notariais dos Séculos XII a XVI	CS - Dos Costumes de Santarém (1331?-1360?)	LEBC - Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (1437/1438?)
	PP - Afonso X, Primeyra Partida	

¹¹ A presença de “?” em alguns anos dos textos significa que o site não possui certeza se aquele ano representa o momento exato da publicação textual.

	(1350?)	
CHP - Textos notariais (sd,1260-1300) in Apêndice Documental de Clíticos na História do Português	CAXL - Crónica de Afonso X (Ms L) (sd) in Crónica Geral de Espanha de 1344	LTV - O Livro das Tres Vertudes (1447/1453?)
CA - Chancelaria de D. Afonso III (1255)	CAXP - Crónica de Afonso X (Ms P) (sd) in Crónica Geral de Espanha de 1344	CPVC - Carta de Pêro Vaz de Caminha (1500)
HGP - Textos notariais (1262-1300) in História do Galego-Português	FG - Foros de Garvão (sd)	HRP - História dos Reis de Portugal (sd) in Crónica Geral de Espanha de 1344
TOX - Textos notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo (Oxford)		CP - Castelo Perigoso (sd)
FG - Foros de Garvão (1267-1280?)		
TP - Tempos dos Preitos (1280?)		
FR - Foro Real (1280?)		
CS - Dos Costumes de Santarém (1294)		

Fonte: elaborado pelo autor.

Ressaltamos que foram descartados os textos de natureza cronológica duvidosa em relação ao século, a fim de tratar os dados de uma maneira mais contundente e precisa, já que o próprio *corpus* não reconhece a origem temporal desses documentos, são eles: *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* e algumas *Cantigas de Escárnio e Maldizer*.

Convém salientar que o acervo apresenta os paradigmas das conjugações verbais com diferentes grafias, já que não havia padronização/convenção da escrita nesse período. Vejamos, a título de ilustração, as grafias possíveis para “HAYER” e “TER” nos quadros a seguir:

Quadro 17 – Grafias da conjugação verbal de “HAYER” no pretérito imperfeito do indicativo (CIPM)

Pessoa discursiva	Conjugação verbal
P1	auia; auía; auya; hauia; avia.
P2	avias; auias; auyas; avyas.
P3	auia; auía; auija; auja; auj´a; auya; avi'; avia; avía; aviiia; avíia; avíia; avya; havia; auija; auja; aviaa; avija; avi.
P4	auíamos; auiam(os); auíamos; aujam(os); auyamos; aviamos.
P5	auyades; aviades; avyees; avies; auiaades; aviees; avieis; aviões.
P6	auiã; auiam; auian; auíam; aujã; aujam; auyã; auyam; [au]yam; aviã; aviam; avian; avyã; avyam; haviam; auiaõ; auyan; aviaõ; aviãõ; aviiam; aviom; avijã.

Fonte: CIPM

Quadro 18 – Grafias da conjugação verbal de “TER” no pretérito imperfeito do indicativo (CIPM)

Pessoa discursiva	Conjugação verbal
P1	tíj´na.
P2	-
P3	thíia; tija; tíj´a; tíj´nha; tíjnha; tíj´; teyna; tinia; tãa; tãa'; tiinha; tíinha; tinha; tãa; tãa; tiin'; tiin[n]a; tiinna; tiãa; tiynna; tãa; teenha.

P4	-
P5	tiinhades.
P6	tíj'ã; tíj'nhã; teynã; tĩian; tĩyan; tii[n]am; tiinna[n]; tiinnam; tiinnan; tiinhã; tiinham; tinham.

Fonte: CIPM

Pelo fato de estarmos averiguando textos dos séculos XIII a XV, elegemos a proposta de Vasconcelos (1959 *apud* Coan 2021) em relação à descrição do período como idealizador do português arcaico (de 1200 até 1536/1550), conforme demonstramos no quadro abaixo:

Quadro 19 – Periodização do português

Época	Leite de Vasconcelos	Serafim da Silva Neto	Pilar Vázquez Cuesta	Lindley Cintra
Até o século IX (882)	Pré-histórico	Pré-histórico	Pré-literário	Pré-literário
Até +/- 1200 (1214-16)	Proto-histórico	Proto-histórico		
Até 1385 – 1420	Português arcaico	Trovadoresco	Galego-português	Português antigo
Até 1536 – 1550		Português comum	Português pré-clássico	Português médio
Até o século XVIII	Português moderno	Português moderno	Português clássico	Português clássico
Até o século XIX-XX			Português moderno	Português moderno

Fonte: Castro, 1988, p. 12

Dessa guisa, segundo Teyssier (1997, p. 31 *apud* Coan, 2021), pesquisadores

apresentam distinções no que diz respeito à evolução da língua portuguesa em dois grandes períodos: o “arcaico”, que se estende até Camões (século XVI), e o “moderno”, que nasce a partir dele. Vale ressaltar que, como alerta Maia (1986 *apud* Coan, 2021), fazer elucidações acerca de uma comunidade linguística não pressupõe estabelecer uma unidade total ou uma uniformidade da língua. Ademais, no que concerne ao tratamento de textos históricos, seria um exercício de empatia, de acordo com Monteagudo (1999, p. 16 *apud* Coan, 2021): “Pero por outra banda non abonda con distanciarse, cómpre conseguir unha certa empatía co texto e co autor, para interpretalo á luz do seu marco, penetrar o seu mesmo punto de vista, descubrir os filtros culturais e ideolóxicos que lle son propios”.

5.3 Procedimentos de coleta de dados

No que concerne à técnica de coleta de dados, trata-se de um método de documentação indireta, o qual consiste na recolha de dados em *corpora* já estabelecidos, organizados e disponíveis em domínios públicos ou privados, além do teor bibliográfico para ter conhecimento de como outros autores já trataram a sua ordenação em outros estudos científicos.

Seguindo esse caminho, após uma primeira leitura de todo o *corpus* para nos familiarizarmos com a linguagem mais arcaica, haja vista também o vasto tamanho da recolhida em questão, conforme a segunda leitura da base de dados foi acontecendo, a coleta foi feita considerando todas as ocorrências do mais-que-perfeito simples e das formas *haver/ter* no imperfeito + particípio (variantes), a partir do destaque do contexto em que se encontram, bem como transcrita identicamente junto de referência, como forma de consultar a fonte textual posteriormente, e de elementos que pudessem auxiliar na análise dos dados, como a etiquetagem do século e da região.

5.4 Procedimentos de análise de dados

Após a coleta de dados, foi feita uma filtragem para identificar quais destes se referem à função de passado anterior a outro passado, de modo que sejam separados das demais funções. Nesse sentido, busca-se fazer um mapeamento das funções presentes no *corpus* escolhido, com o intuito de discriminar a quantidade de ocorrências das acepções encontradas para configurar a multifuncionalidade do pretérito mais-que-perfeito simples e composto. Após esse procedimento inicial, foram considerados, para o refinamento da análise, somente os dados que se mostraram relevantes para a função citada inicialmente.

Dessa guisa, frisamos que dados de P6 tanto da forma simples quanto da composta foram excluídos da análise da variação e da multifuncionalidade em virtude de que, no caso da estrutura sintética, deparamo-nos com problema da homínia em relação à P6 do pretérito perfeito do indicativo. Assim, para não enviezar o exame dos outros dados, uma vez que tratamos da alternância e dos condicionamentos de uso dessas variantes, optamos pela exclusão desse paradigma número-pessoal, embora tenhamos considerado os casos de perífrase dessa conjugação para a averiguação do estado de gramaticalização da construção de *ter/haver* + participípio.

Posteriormente ao processo de filtragem, a análise das ocorrências com acepção de passado do passado foi feita mediante uma codificação dos grupos de fatores controlados para a verificação dos fenômenos linguísticos estudados, via comprovação de vestígios de Variação e Mudança e de Gramaticalização das formas verbais mapeadas, sendo esses parâmetros discriminados a seguir. Ressaltamos que, depois de toda a análise dos grupos de fatores realizada, os resultados serão correlacionados com os pressupostos basilares do Sociofuncionalismo.

5.4.1 Grupos de fatores controlados para Variação e Mudança Linguística

a) Tipo verbal:

Elegemos a proposta de classificação dos verbos de Vendler (1967) como núcleo da análise desse grupo de fator. Trata-se de uma tipologia verbal quadripartida, alinhada a noções aspectuais e dividida nos seguintes tipos de verbo: atividade, processo culminado, culminação e estado. Em acréscimo a essa tipologia, a exemplo do que fez Coan (2003), pontuamos verbos dicendi, modal e cognitivo como relevantes, sendo estes e os anteriores explicados e ilustrados abaixo:

- (i) Atividade: são verbos que indicam situações temporais com duração indefinida, isto é, não necessitam de um ponto terminal, já que são verdadeiras mesmo quando são interrompidas.

(29) Muit' éste mayor cousa en querer-se mostrar ... / Se fillava de rrijo. E por esta razon / forun-ll' atar as mãos e os pees enton; / demais eran passados çinque dias que non / comera nen bevera

nen podia folgar. {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

- (ii) Processo culminado: são verbos com valor durativo que precisam evidenciar um ponto final, havendo, portanto, a necessidade de completude da ação, pois esta possui um término natural.

(30) A que do bon rei Davi ... / O menỹ' enton da fossa, en que o soterrara / o judeu, começou logo en voz alta e clara / a cantar "Gaude Maria", que nunca tan ben cantara, / por prazer da Groriosa, que seus servos defende. {Cantiga de Santa Maria, séxculo XIII}

- (iii) Culminação: são verbos que demandam realizações instantâneas, ou seja, representam situações pontuais, sem a possibilidade de uma extensão temporal.

(31) De toda chaga ben pode guarir ... / Ca a saeta ll' entrara assy / pelos ossos da faz, com' aprendi, / que lla non podian tirar dali / per maestria, nen y avĩir. {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

- (iv) Estado: são verbos que denotam situações estáticas em todos os momentos de um período de tempo.

(32) Se mais senhores achara / ca os três que o compraron, / os seis meses nom passarom / que el com mais nom ficara; / mais está-x', em sa perfia, / empoiando cada dia, / ca el nom se desempara.. {Cantiga de Escárnio e Maldizer, século XIII}

- (v) Dicendi: são verbos que realizam introduções ou retomadas discursivas.

(33) Nom troux' estes cavaleiros aqui / este ric'home nunca [e]n'a guerra, / que ora trage; som doutra terra, / ca já eu [em eles]

mentes meti; / nem [os] seus nomes nõn'os conhosco, / ca lhis [ar]
dissera: - Bom dia vosco; / mais nem um [deles] eu nom conhoci.
 {Cantiga de Escárnio e Maldizer, século XIII}

- (vi) Cognitivo: são verbos que representam processos mentais.

(34) E me dissesse pois, se lhe pesasse, / pero m' a min pesaria
 muit' én, / ;se Deus me valha! Mas faria ben / quand' eu viss' ela
 pois, que lhe jurasse / qual mayor jura soubesse fazer / que nunca
 lhe soubera ben-querer / en tal razon per que m' ela 'stranhasse!
 {Cantiga de Amor, século XIII}

- (vii) Modal: são verbos que manifestam atitudes (desejo, possibilidade, obrigação) em relação a situações.

(35) Por Deus Senhor çe ora que farei, / pois que me vos non
 leixades viver / u vus eu possa, mia senhor, veer? / Mais, pero vus
 pregunt', eu be'-no sei! /Per bÔa fé, moir' eu con pesar én, / ca oje
 perço por vos quanto ben /mi Deus d' este mundo quisera dar.
 {Cantiga de Amor, século XIII}

A nossa hipótese, com base nas considerações de Coan (2003), é de que a forma simples de mais-que-perfeito estaria mais vinculada a contextos que configurem mais expressamente uma aceção modalizadora (verbos dicendi, cognitivo e modal), enquanto a forma composta seria favorecida por situações que implicam duração (verbos de atividade e de estado) e completude (verbos de culminação e de processo culminado).

b) *Modificador verbal*:

Conforme Godoi (1992), os circunstanciadores exercem um papel relevante na interpretação da sentença. Assim, para esse grupo de fator, consideramos pertinente a seguinte proposta:

(i) Modificador de tempo:

(39) E o dito testamêto leudo o dito Martim gonçallvez dísse que assj cõmo ele era feito e ffora otorgado no día e era sobredito que. Assj o outorgaua oge este dja. { Textos notariais in Clíticos da História do Português, século XIV }

(ii) Modificador de negação:

(40) E quẽ bẽ parar mêtês ã esta ferida foy grãde en duas maneyras: \$ a hũa en soffrer morte crua e desonrra. \$ A outra doorida e piadosa en soffrer mal que el nõ merecera e el nõ culpado lazerou polos culpados. { Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV }

(iii) Modificador de iteratividade:

(41) [...] e em fim sua sancta gloria, deve receber tal folgança, que a pena seja pouco sentida, e muytas vezes se allegrara [...] { Leal Conselheiro, século XV }

(iv) Ausência de modificador:

(42) El rey tomou algũus castelos que posera ã fieldade por firmeza deste casamêto, e foyse a Touro, onde soube que lhe nacera hũa filha de dona Maria, a que chamarõ dona Costança, que casou despoys cõ dõ Johã, duque d' Alêcrasto. { Crónica de Afonso X]Ms P] in Crónica Geral de Espanha, século XIV }

Hipotetizamos, segundo as premissas de Coan (1997), que a forma simples apareça comumente acompanhada de circunstanciadores de negação ou sem nenhum modificador, pois não há a necessidade de uma marcação de localização temporal, já que seria codificada pela estrutura original; enquanto a forma composta seria empregada em enunciados que marquem a temporalidade por meio de modificadores temporais e iterativos, tendo em vista que seria a

estrutura emergente.

c) Saliência fônica do verbo:

Consoante Guy (1996 *apud* Coan, 1997), a regularidade do verbo é um fator interessante para verificar motivações da alternância entre formas simples e compostas. Nesse viés, pretendemos averiguar da seguinte forma:

(i) Verbo regular:

(43) E disse a dicta Johana Jusarte que por quanto taa ora ella andara em demanda com o rresidoo sobre a dicta terça na qual demanda fezera grandes gastos. {Textos notariais in Clí-ticos da História do Português, século XV}

(i) Verbo irregular:

(44) E assy caae donde ante se guardava, e faz o que contradezia, vencendosse aquella revessada voontade de que per tanto tempo fora vencedor. {Leal Conselheiro, século XV}

A nossa hipótese, com base nas considerações de Guy (1996 *apud* Coan, 1997, p. 150), é de que a forma simples seja favorecida por verbos regulares, já a forma composta seja condicionada por verbos irregulares, por questões de complexidade cognitivo-estrutural, pois, devido à padronização do verbo auxiliar “ter”, seria mais fácil de processar pelo falante.

d) Animacidade do sujeito:

A partir do traço de animacidade, o sintagma nominal que funciona como sujeito da oração foi categorizado da seguinte forma:

(i) Sujeito mais animado: associa-se dinamicidade por meio da ação do

verbo.

(52) Macar é door a rrvia maravillosa e forte ... / Desto mostrou no gran Porto mui gran maravilla fera / a Virgen Santa Maria a un ome que vëera / d'Arcos, e que ja rraivoso seu neto ali trouxera / en tal que chegass' i ante que uviasse prender morte. {Cantigas de Santa Maria, século XIII}

(ii) Sujeito menos animado: associa-se à carência de dinamicidade.

(53) Que amor tam astroso e tam delgado, / quen' o teves' um ano soterrado! / Aquel[e] fora em bom ponto nado / que depois houvesse del bõa rençone. / Ai amor, amore de Pero Cantone, / que amor tam saboroso e sem tapone! {Cantigas de Escárnio e Maldizer, século XIII}

Hipotetizamos, conforme Coan (1997), que a animacidade o sujeito deva condicionar a forma composta por se associar à ação ou dinamicidade do verbo expressa pela noção aspectual que a perífrase manifesta, sendo a forma simples propiciada por casos de sujeito menos animado.

e) Polaridade oracional:

Em relação a esse fator, controlamos contextos que exprimem valor de afirmação e ou de negação:

(i) Polaridade afirmativa:

(54) E d[i]sse assy: que ante do dia da festa da pascoa sabendo Nostro Senhor Ihesu Cristo que uijha a ssa ora en que passasse deste mûdo a sseu Padre como quer que elle amara os seus en este mundo e aa fim mostrou que os amaua mays {Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV}

(ii) Polaridade negativa:

(55) Custume he que en qual tẽpo que cada hu achar a ssa penhora téer ao móórdomo pera uender que aquel cuia a penhora foy pode poer testaçom na dita penhora.per porteiro que sse non uenda atáá que per sentẽça seia achado se he teudo ou nõ & nõ se uendera atáá que achado seia como dito he & entom per dante os aluazíjs dos auencáaes porra o móórdomo & a outra parte o seu direito. {Dos Costumes de Santarém, século XIV}

Baseando-nos na concepção de Martins (2015), pensamos que contextos negativos devem favorecer o uso da forma simples pelo fato de que a informação negada recupera uma outra informação já apresentada (valor de anterioridade da estrutura original); já a forma composta estaria mais presente em contextos de polaridade afirmativa por serem formas emergentes da função temporal de antepretérito.

5.4.2 Grupos de fatores controlados para Gramaticalização

No tocante aos grupos de fatores que serão considerados para identificar vestígios do processo de gramaticalização de “haver/ter” no imperfeito + particípio, construímos as nossas hipóteses com base nos achados de Coan e Sousa (2024):

a) Seleção argumental de “haver/ter” (primeiro argumento):

A fim de identificar a mudança categorial dos verbos “ter” e “haver”, traçamos fatores que flagrem a perda das propriedades sintáticas no que se refere à seleção de sujeito desses verbos (Olbertz, 1993):

(i) Sem coincidência de sujeito de “haver/ter” com o particípio:

(61) mais, u estava coidando em al, / deu-mi um gram peid’e foi-lhi depois mal, / u s’acordou que mi o dado havia. {Cantiga de Escárnio e Maldizer, século XIII}

- (ii) Coincidência de sujeito de “haver/ter” com o participio:

(62) Joam Bol'anda mal desbaratado / e anda trist'e faz
muit'aguisado, / ca perdeu quant'havia ganhado /e o que lhi
leixou a madre sua: (...) {Cantiga de Escárnio e Maldizer, século
XIII}

- (iii) Sem seleção de argumento de “haver/ter”: Não houve dados desse fator.

b) Seleção argumental de “haver/ter” (segundo argumento):

Além da perda do traço sintático que selecionava o sujeito, houve também o esvaziamento do sentido de posse até que “haver” e “ter” adquirissem função de auxiliares (Olbertz, 1993; Ribeiro, 1996):

- (i) Posse material: indica o pertencimento de item (bem material) pelo sujeito da ação.

(63) e por levá'la quitaçom dobrada / se [me] queixou; e catei u
jazia / eno padrom, e achei que havia / de todo bem sa quitaçom
levada; [...] {Cantiga de Escárnio e Maldizer, século XIII}

- (ii) Posse inalienável: indica o pertencimento de um elemento metafórico (sentimentos, abstrações, etc.) pelo sujeito da ação.

(64) Muito devemos, varões ... / Ben enpregou el seus ditos, / com'
achamos en verdade, / e os seus bõos escritos / que fez da
virgãidade / daquesta Sennor mui santa, / per que sa loor tornada /
foi en Espanna de quanta / a end' avian deytada / judeus e a eregia.
{Cantiga de Santa Maria, século XIII}

- (iii) Sem segundo argumento:

(65) Toda cousa que aa Virgen seja prometuda / dereit' é e gran
 razon quer lle sea tẽuda. / Dest' un fremoso miragre fez Santa
 Maria / en Chartes por hũa moller que jurad' avia / que non
 fezesse no sabado obra sabuda / per que a Santa Maria ouvesse
 sannuda {Cantiga de Amor: Que alongad'eu ando d'u iria, linhas
 1-7}

c) Tipo de combinação entre “*haver/ter*” e particípio:

Ainda sobre o valor semântico da construção composta, a relação entre “*haver/ter*” e particípio pode demarcar desde a conservação da noção de posse até a contradição dessa acepção, o que demarcaria a auxiliaridade (Olbertz, 1993):

(i) Combinação com contradição de noção de posse:

(66) E com dereito seer enforcado / deve Dom Pedro, porque foi
 filhar / a Cotom, poi'lo houve soterrado, / seus cantares, e om
 quis en[de] dar / um soldo pera sa alma quitar / sequer do que lhi
havia emprestado. {Cantigas de Escárnio e Maldizer, século
 XIII}

(ii) Combinação de “*haver/ter*” com eles mesmos: não houve dados desse fator.

(iii) Combinação com outro tipo verbal:

(67) Anna, quando viu esto, ouvo tan gran despeito / que con /
 coita chorando se deitou en seu leito /e de grado morrera; mas non
 ll'ouve proveito, / ca Deus pera gran cousa xa tiinna guardada. /
 Bẽeito foi o dia e benaventurada ... { Cantigas de Santa Maria,
 século XIII}

d) *Marcas morfológicas no participio:*

Com esse fator, visamos a encontrar traços de flexão da forma participial que foram se perdendo até que a estrutura adquirisse propriedades neutras (Olbertz, 1993):

(i) Marcas de gênero feminino ou número plural:

(69) Que panos perdi de peso / e outros bem bastoados / que m'havam já mandados! {Cantiga de Escárnio e Maldizer: Dom Foão, em gram cordura, linhas 13-15}

(ii) Forma neutra (masculino/singular) em concordância:

(70) Ca, se per seu grado foss', al seria; / mais daquesto nunca m'enfingirei, / ca eu verdadeiramente o sei / que per seu grado nunca mi o daria; / , u estava cuidando em al, /deu-mi um gram peid'e foi-lhi depois mal, /u s'acordou que mi o dado havia.

(iii) Forma neutra (masculino/singular) sem concordância:

(71) Mais se for rreuel que nõ queira obedeeçer a sseu mãdamêto, do ano adeante nõno pode asoluer. A IIIª rregla ha hũa contraridade e he esta como quando acussassẽ algũõ bispo dante seu arcebispo que auia feyto tal cousa per que deuisse a perder o bispado e o arçebispo fezesse chamar todos los bispos da ssa prouição que ouuissem aquel preito cõ aquel. {Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV}

e) *Variação entre “haver” e “ter”:*

A preferência por uma forma ou outra caracteriza uma certa fixação

paradigmática e sintagmática da construção, o que pode ser entendido como estreitamento dos usos de “haver” e “ter” ao se afastar da sua especialização original (Olbertz, 2018; Osório, 2008):

(i) Construção com “haver”:

(72) [...] Sabia-m'eu ca x'era esposado mais há d'um ano, nom dig'eu de nom, ca mi mostrou el bem seu coração, per quanto el a mi havia jurado: que, mentr'atam pastor fosse com'é, que nom casaria, per boa fé; mais esposou-s'e anda esposado. [...] {Cantiga de Escárnio e Maldizer, século XIII}

(ii) Construção com “ter”:

(73) [[C]omo Santa Maria do Porto guareceu un ome dũa pedrada mui grande de que nunca cuidara a guarecer, ca tiinna a tela sedada e tornou-se paralitico, e guareçé-o Santa Maria.] {Cantigas de Santa Maria, século XIII}

5.5 Tratamento estatístico na análise dos dados

Apoiando-nos nos pressupostos metodológicos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo Linguístico, reiteramos a natureza quantitativo-qualitativa da pesquisa. Assim, ressaltamos a relevância das inferências por meio de amostras numéricas, bem como as generalizações por intermédio dos padrões salientados pelos dados (Dantas; Cavalcante, 2006, p. 2).

Nesse contexto, as ocorrências foram submetidas à análise estatística mediante o manuseio do programa *GOLDVARB X* (Sankoff, Tagliamonte e Smith, 2005), o qual permite a identificação da ordem de relevância dos fatores sociolinguísticos controlados, além do cálculo de frequências, percentuais e pesos relativos - medida fornecida a partir de uma análise multivariada entre as variáveis testadas, o que atesta a importância da verificação da relação entre os fatores como forma de esclarecer os condicionadores mais pertinentes para o fenômeno

investigado. Logo, o manuseio dessa ferramenta promove grande auxílio para os estudos sociolinguísticos, como destaca Guy e Zilles (2007). Consoante a isso, os autores explicam que, se os pesos estiverem acima de 0,50, as variáveis intervenientes favorecem a aplicação da regra; se estiverem abaixo, desfavorecem.

Quanto aos fatores de análise para verificar os estágios da Gramaticalização, serão calculadas apenas os percentuais de uso, haja vista que isso já possibilita a descrição e a explicação com mais propriedade do funcionamento das estruturas linguísticas, de modo a destacar generalizações decorrentes de interpretação estatística, o que, de acordo com Lass (1980), implica significância de um fator para a examinação do objeto de pesquisa,

Por fim, os resultados da análise dos dados serão correlacionados aos problemas empíricos da mudança (Weinreich; Labov; Herzog, 2006) e aos princípios gramaticalização (Hopper, 1991), já descritos no referencial teórico desta dissertação, nas seções 4.1 e 4.2.

6 ANÁLISE FUNCIONALISTA DAS FORMAS SIMPLES E COMPOSTA DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO

Neste capítulo, engendramos a análise funcionalista das ocorrências encontradas, de modo a examinar a multifuncionalidade das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, conforme, Coan, Lima e Sampaio, 2019; bem como a gramaticalização da sua construção perifrástica (*haver/ter* + participípio) e correlação dos resultados do estado dessa construção composta ao princípios de gramaticalização (Hopper, 1991).

6.1 Multifuncionalidade do pretérito mais-que-perfeito do indicativo

Na presente seção, trataremos do eixo analítico voltado à descrição das diferentes funções que as formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito podem codificar além da sua acepção mais prototípica de evento passado anterior a outro evento passado. Para essa empreitada, utilizamos como base o mapeamento funcional investigado por Coan, Lima e Sampaio (2019), que consideraram as seguintes projeções advindas dessas estruturas: antepretérita, condicional, conjuntiva, metafórica, discursiva e desiderativa. Em sua investigação, as autoras encontraram ocorrências dessas funções nos séculos XIX, XX e XXI, de modo a vislumbrar o grau de evolução das estruturas de pretérito mais-que-perfeito do indicativo do seu caráter temporal ao modal. Dessa guisa, interessamo-nos em averiguar como tais funções se mostram nos séculos XIII, XIV e XV, de modo a tecer comparações com os resultados de Coan, Lima e Sampaio (2019) e de outros estudos citados ao longo das nossas discussões.

Nesse âmbito, partimos da hipótese de que a função preferencial expressa por essas construções seja a de passado do passado, uma vez que estamos tratando de uma análise histórica que retorna a sincronias bastante longínquas da atual, em que a forma sintética desse tempo verbal se encontra migrando a contexto modalizadores, enquanto a perífrase ocupa o centro da codificação de antepretérito. Nessa conjuntura, acreditamos que, ademais do que já se foi mencionado, a gramaticalização que a estrutura composta sofre nas sincronias que analisamos também se comporta como um obstáculo para que haja uma evidência maior da perífrase com um outro valor além de passado a outro passado, haja vista que precisa atravessar o eixo da variação com a forma simples além desse processo categorial.

Embora tenhamos tal pensamento, não descartamos a possibilidade de aparecer uma ocorrência aqui e acolá de pretérito mais-que-perfeito do indicativo indicando distintos matizes no período arcaico, tendo em vista que exploramos um eixo diacrônico ao sondarmos três séculos e, conseqüentemente, examinarmos o percurso evolutivo da língua. Em prol de toda essa conjuntura, ao distribuímos os 1.058 dados encontrados, por sincronia, forma e função, chegamos ao seguinte retrato do uso do pretérito mais-que-perfeito no português arcaico:

Tabela 01: Multifuncionalidade das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo por sincronia

Sincronia → Função ↓	Século XIII		Século XIV		Século XV	
	Simples	Composta	Simples	Composta	Simples	Composta
Antepretérita	637	23	118	49	116	8
Condicional	40	0	13	0	13	0
Conjuntiva	9	0	3	0	3	0
Desiderativa	11	0	0	0	0	0
Discursiva	1	0	1	0	0	0
Metafórica	2	0	3	0	8	0

Fonte: elaborada pelo autor.

Como podemos ver na tabela (01), confirmarmos todas as nossas pressuposições, uma vez que a função predominantemente expressa é a de antepretérito, seguida ordinalmente pela condicional, conjuntiva, metafórica, desiderativa e discursiva, respectivamente ilustradas abaixo em (74), (75), (76), (77), (78) e (79).

(74) Non se guarda assi & husa-sse que sse sse casa o mâcebo depoy's que mora por soldada que se o a molher pídir. que se contara o amo cõ el. & que lhy dara o que seruíu & yr-s' a fazer sa prol. {Dos Costumes de Santarém, século XIV}

(75) E se o asi ño fazer ño se pode dar por forçada. & se fora da vila for forçada deue uĩr carpindo e bráádando & nomear quẽ-na forçou. & hir logo aa justiça. & queixar-sse. & se assi fazer ficara por forçada. {Dos Costumes de Santarém, século XIV}

(76) Segunda, se quysera que fora feita per sanctificaçom quando a alma foy criada, nom mandara tal festa se fizesse em tal tempo, por que daquy a sseu nascimento som nove meses, mas deverasse fazer a aquel que segundo geral openyom as almas nas moças som criadas. {Leal Conselheiro, século XV}

(77) E tanto Jra a cousa auante que ele tomara ousyo de lhe dizer o que tem no coraçom . ofereçendo-lhe dõões & seruiços segundo o costume dos homẽs em tal caso. {Livro das Tres Vertudes, século XV}

(78) Quisera m' eu non aver jurado, / tanto vos vejo viir coitado /a mha mesura, mas que prol vos ten? / ca, u vos fostes sen meu mandado, /jurei que nunca vos fizesse bem. {Cantiga de Amigo, século XIII}

(79) [[C]omo Santa Maria fez que nacesse o fillo do judeu o rostro atrás, como llo Merlin rogara. {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

Assim como demonstraram Lima, Coan e Sampaio (2019), essa cartografia por sincronia-forma-função atesta que não há correlação de um para um entre forma-função. Como descrevem as autoras, o pretérito mais-que-perfeito simples se especializou na codificação da função desiderativa, ao passo que a sua perífrase se direcionou rumo à função antepretérita. De maneira similar às linguistas, em prol da comprovação do direcionamento do tempo à modalidade, também nos compete apurar a influência da natureza textual em relação ao uso de cada função por século, conforme evidenciam as tabelas abaixo:

Tabela 02: Multifuncionalidade das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo por natureza textual do século XIII

Função →	Antepretérita	Condicional	Conjuntiva	Desiderativa	Discursiva	Metafórica
Natureza						

Lírica Amorosa	0	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lírica Profana	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0
Lírica Religiosa	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0
Prosa Histórica	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prosa Instrucional	27	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Prosa Religiosa	87	7	15	0	2	0	0	0	0	0	8	0

Fonte: elaborada pelo autor.

De acordo com os dados do mapeamento funcional, podemos visualizar que o pretérito mais-que-perfeito apresentou descréscimo das funções mais antigas na história da língua (passado do passado, passado condicional e passado conjuntivo) ao passo em que ocorreu aumento na codificação da função metafórica, a qual representa o eixo do passado para expressar situações com o presente como ponto de referência, isto é, especialização no passado relativo ao momento de fala. Contudo, as funções desiderativa e discursiva, que são acepções mais presentes atualmente, ainda parecem passar por resistência de uso, bem como a forma simples, construção vista atualmente como obsoleta, confirmou seu espaço majoritário nas três sincronias.

Ao relacionarmos o pretérito mais-que-perfeito à natureza textual, vimos que a forma simples parece reverter-se de valor estilístico no que toca à caracterização das líricas do período, uma vez que, quando comparamos aos séculos que possuem somente prosa (XIV e XV), notamos redução de seu uso, de maneira a ocasionar ascensão da perífrase, o que indica uma especialidade em um conjunto de textos específicos e, logo, o seu uso mais estilístico como uma forma mais pomposa, relegando o seu uso à uma concepção de maior elegância linguística. Outrossim, mesmo dentro lírica, é possível identificar tal conjectura pelo fato de de que, quando olhamos a lírica profana, há um baixo uso da estrutura sintética em relação às líricas religiosas e amorosas, uma vez que aquela resguarda termos de baixo calão, enquanto estas desfrutam de um linguagem mais amena em virtude da sua temática textual.

6.2 Gramaticalização da perífrase do pretérito mais-que-perfeito do indicativo

Nesta seção, discutiremos a análise das ocorrências encontradas para tecer elucidações acerca do processo de gramaticalização da construção de *haver/ter* + particípio na expressão de antepretérito. Assim, será descrito cada grupo de fator controlado para o exame dos dados do pretérito mais-que-perfeito, as suas hipóteses, os resultados adquiridos, a correlação destes aos princípios de gramaticalização (Hopper, 1991), bem como a comparação com outras pesquisas.

6.2.1 Seleção argumental de *haver/ter* (primeiro argumento)

Neste parâmetro de análise, verificamos a manifestação do sujeito nas estruturas com *haver/ter* + particípio, com o fito de flagrar se o primeiro argumento dos auxiliares equivale ao primeiro argumento da forma participial, isto é, observamos se possuem o mesmo sujeito. Com essa empreitada, torna-se viável identificar a emergência de estruturas compostas por seleção argumental idêntica. Entretanto, tendo em vista que “*haver*” e “*ter*” também podem comportar-se como verbos plenos, eles são capazes de selecionar complementos, os quais se tornam sujeitos da forma no particípio, que adquire propriedades verbo-nominais.

Dessa guisa, controlamos o grupo de fator “seleção de primeiro argumento” considerando: (i) coincidência entre os sujeitos das formas de *haver/ter* e do particípio; (ii) falta de coincidência entre os sujeitos das formas de *haver/ter* e do particípio, uma vez que este possui como sujeito o complemento dos verbos a ele relacionados; (iii) ausência de seleção de primeiro argumento de *haver/ter*, ou seja, casos em que o sujeito seria inexistente. Quanto a esse grupo de fator, hipotetizamos que, ao longo dos séculos, “*ter*” e “*haver*” perderam traços sintáticos no que se refere à seleção de objeto, haja vista que, além de serem utilizados como verbos plenos, também se comportam como verbos auxiliares, o que suscitaria a coincidência do sujeito entre *haver/ter* e o particípio, conforme Olbertz (1993). Contudo, esse processo foi gradual, sendo possível flagrar a diminuição de construções com *haver/ter* + particípio que possuem sujeitos distintos, isto é, haveria o aumento de casos em que esses verbos não selecionariam mais complemento, o que deixa a estrutura participial com sujeito idêntico aos verbos a que se relaciona.

Conforme mostra a tabela (05), apesar de não terem sido detectados casos em que *ter/haver* não selecionaram primeiro argumento (inexistência de sujeito), houve considerável diferença entre estruturas que manifestaram coincidência argumental e as que não expressaram tal propriedade.

Tabela 05: Seleção do primeiro argumento de *haver/ter* + *particípio* por sincronia
(aplicação/total/percentual)

Sincronia → 1º argumento ↓	Século XIII	Século XIV	Século XV
Coincidência de sujeito	9/35/25.7%	22/73/30.1%	0/10/0%
Sem coincidência de sujeito	26/35/74.8%	51/73/69.9%	10/10/100%
Inexistência de sujeito	0/46/0%	0/73/0%	0/10/0%

Fonte: elaborada pelo autor.

Quando comparamos a primeira e a segunda sincronias, vemos que as estruturas que tiveram coincidência de sujeito (conforme exemplo 81) ganharam espaço ao longo dos anos, o que fez com que formas como (80), a partir do decréscimo que se pode notar nos percentuais, tornassem-se menos frequentes.

(80) [...] e a sseus irmaos nõna possã desherd[a]r per tal razõ, fora se aquele que se casou era enmijgo de seus yrmaos ou lhys **auia feyta** algũa onta ou força, ca per tal razõ come esta, pero seya de tã boo dereyto coma elles, nõ é dereyto de casar cũ el, mays se o fezer seya desherdada de boa de padre ou de madre. {Afonso X, Foro Real, século XIII}

(81) E por esta causa mandou a Compostella, e frequentemente alem dos montes Perineos ao mosteiro de Saõ Rufo porque **tinha sabido** reluzir nelle mais que em outra parte a obseruança da canonica Religiaõ. {Vida de S. Teotónio, século XV}

Em (80) a construção “auia feyta” possui como primeiro argumento “aquele” (no caso do verbo *haver*) e “algũa onta ou força” (no caso do particípio). Já em (81), o verbo “ter” demonstrou perda do traço sintático para selecionar um complemento, o que promoveu uma integração idêntica à forma participial, uma vez que o único sujeito seria o do verbo “ter”.

Quando comparamos os nossos resultados aos achados de Coan, Sousa e Romualdo (2022), que analisaram diferentes estruturas compostas que codificavam passado anterior a outro passado nas cantigas trovadorescas, vemos similaridade no fato de que as construções sem coincidência de sujeito são predominantes. De acordo com Benveniste (1966), um dos

contextos que favorece o desenvolvimento de formas compostas é a igualdade de sujeito, haja vista que *haver/ter* e particípio se aproximam até se fundirem em uma mesma significação.

Outrossim, no que concerne aos princípios de gramaticalização (Hopper, 1991), é possível ver indícios de estratificação pelo uso de “ter” e “haver” como plenos e como auxiliares; a divergência demonstra que esses verbos permanecem no sistema linguístico como elementos autônomos (com seleção de sujeito e complemento) e como estruturas gramaticalizadas (com perda de segundo argumento).

Além desses princípios, observa-se especialização, por “ter” e “haver” sofrerem estreitamento de escolhas formais ao se direcionarem para a codificação de uma construção que expressa valor temporal de passado do passado, bem como por serem capazes de construir outros tempos compostos. Ademais, é possível perceber a persistência atuando na conservação do significado lexical de posse desses verbos e a decategorização pela perda da propriedade sintática da seleção de um complemento verbal.

6.2.2 Seleção argumenal de *haver/ter* (segundo argumento)

Em relação ao segundo critério de análise da seleção argumental de *haver/ter*, verificamos como o complemento desses verbos configura vestígios de gramaticalização, uma vez que essas construções funcionariam como um predicado de dois espaços, no qual existiria uma relação de posse entre sujeito e objeto sendo expressa. Dessa maneira, investigamos a seleção argumental referente ao complemento verbal, bem como a noção de posse codificada por esse segundo argumento.

Para tal conjectura, consideramos este grupo de fator da seguinte forma: (i) manifestação do segundo argumento de *haver/ter* expressando posse material; (ii) manifestação do segundo argumento de *haver/ter* com expressando posse inalienável (metafórica); (iii) ausência do segundo argumento de *haver/ter*. Assim, hipotetizamos que esses verbos, à medida que migravam de plenos a auxiliares, perderam gradualmente o seu sentido de posse original, de modo que passaram a se combinar não só a argumentos que indicassem posse material, mas também a posses inerentes/imateriais/inalienáveis, até que, em virtude da gramaticalização, tornassem-se construções que não selecionam mais o complemento verbal, o que reduziria a significação temática de *haver/ter*, conforme preconizam Olbertz (1993) e Ribeiro (1996).

Mediante a tabela (06), é possível notar que os dados demonstraram características dos três fatores controlados neste grupo, bem como as suas peculiaridades ao longo das sincronias.

Tabela 06: Seleção do segundo argumento de *haver/ter* + *particípio* por sincronia
(aplicação/total/percentual)

Sincronia → 2º argumento ↓	Século XIII	Século XIV	Século XV
Posse material	9/35/25.7%	10/73/13.7%	2/10/20.0%
Posse inalienável	17/35/48.6%	41/73/56.2%	8/10/80.0%
Inexistência de objeto	9/35/25.7%	22/73/30.1%	0/10/0%

Fonte: elaborada pelo autor.

Na distribuição dos dados em geral, os casos de posse inalienável (conforme exemplo 82) mantiveram-se predominantes em todas as sincronias ao considerarmos o valor quantitativo das ocorrências, comportando-se, portanto, como a etapa intermediária do processo de gramaticalização (posse material > posse metafórica > inexistência de objeto possuído). Ademais, notamos também que, ao se tratar da sincronia mais recente, os dados de posse inalienável aumentaram ao passo em que a ausência de segundo argumento decaiu, o que aponta para a redução das escolhas sintáticas de *haver/ter* no que compete ao seu complemento verbal.

(82) Ca, se per seu grado foss', al seria; / mais daquesto nunca m'enfingirei, / ca eu verdadeiramente o sei /que per seu grado nunca mi o daria; / mais, u estava coidando em al, /deu-mi um gram peid'e foi-lhi depois mal, /u s'acordou que mi o **dado havia**. {Cantiga de Escárnio e Maldizer, século XIII}

No exemplo (82, o verbo “havia” selecionou como segundo argumento “o”, que se refere a “peido”. A essa alçada, esse verbo não demonstra posse material, sentido original do verbo “haver”, pois expressa uma propriedade que é inerente a um ser e que não pode ser transferida para outro possuidor.

Em segunda posição, a inexistência de objeto de *haver/ter*, como em (83), apresentou também relevância ao nos voltarmos ao seu percentual, que nos mostra o direcionamento ao processo de gramaticalização dessas construções verbais, haja vista que, pela

inexistência de objeto, não apresentariam também a noção de posse original nem a metafórica, o que faz com que o seu valor lexical se esvaia até chegar à auxiliaridade na combinação com uma estrutura participial.

(83) E todas estas cousas deuenas mândar ssegundo aluidro que aquellas despesas que as ãuuij cõ algũũ rreligioso que as despêda enas cousas que for mester pera seruiço daquela terra santa hu elle **auia prometudo** d'ir. {Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV }

No exemplo (83), tanto “auia” quanto “prometudo” possuem o mesmo sujeito (elle), uma vez que o verbo “haver” não seleciona segundo argumento para que o particípio pudesse ter como sujeito. Portanto, não haveria a seleção de um complemento verbal para “auia”, tendo o seu sentido ampliado pela junção a “prometudo”.

Em acréscimo a esse ponto, notamos que as ocorrências que expressam posse material, como ilustrado em (89), tiveram seu maior percentual na sincronia mais remota, em que haveria a emergência do processo de gramaticalização. Contudo, também foi possível mapear dados que apresentaram tanto posse inalienável quanto inexistência de objeto desde o século XIII, o que já atestava o encaminhamento de *haver/ter* à estrutura gramaticalizada, ou seja, diante dos nossos achados pela análise desses fatores, confere-se tal emergência para séculos anteriores.

(89) El rey dõ Enrryque se escusou, dizêdo que el rey dõ Pedro **avya perdido** o reyno por suas cruzas e maaos feytos, e que ele fora elegido por todollos prelados, fidalgos e çidadãaos dos reynos de Castella. {Crónica de Afonso X [Ms P] in Crónica Geral de Espanha, século XIV }

Em (89), “aya” seleciona como segundo argumento “o reyno”, o qual se configura como uma posse material e o tipo de complemento verbal mais prototípico de *haver/ter* no século XIII, já que representa o significado original desses verbos.

Consoante Coan, Sousa e Sampaio (2022), os resultados também apontam que, nas cantigas trovadorescas, a ordem de incidência dos fatores se mostrou semelhante à nossa do século XIII (posse inalienável, posse material e inexistência de objeto). Já Coan e Sousa (2024), que analisaram o pretérito perfeito composto nos séculos XIII, XIV e XV, atestam que a posse material é predominante no século XIII nos contextos de antepresente (ação passada que possui relevância presente) quando comparada aos contextos de pretérito, nos quais a posse inalienável também se apresentou com maior aparição. Ademais, vale ressaltar que os dados de posse

inalienável de Coan e Sousa (2024) conferiram maior dominância nos séculos XIV e XV tanto para a acepção de antepresente quanto para a acepção de pretérito da estrutura *haver/ter* no presente mais participio.

Acerca dos princípios de gramaticalização, é possível reconhecer estratificação, já que há casos em que *haver/ter* selecionam ou não complementos verbais. Paralelamente, a divergência desses verbos também é verificada ao se manifestarem como verbo plenos e auxiliares, assim como possuem diferentes acepções de posse: material e inalienável.

Paulatinamente, ocorre especialização enquanto verbo que codifica possuidor e possuído até chegar a construções sem argumentos e que representam tempos compostos. Em adição, embora haja persistência dos traços do significado original (posse) de *haver/ter*, houve decategorização pela perda da seleção argumental do seu complemento verbal.

6.2.3 Tipo de combinação de *haver/ter* + participio

Quanto ao terceiro grupo de fator controlado para a averiguação do processo de gramaticalização, consideramos a relação semântica entre *haver/ter* e a estrutura participial, haja vista que, a caminho da auxiliaridade, esses verbos se combinariam a participios que estendem o seu significado. Dessa forma, analisamos com quais construções verbais *haver/ter* tendem a se combinar.

Para tal fito, dividimos este critério de análise em: (i) combinação de *haver/ter* com verbos que contradizem o sentido de posse; (ii) combinação de *haver/ter* com eles mesmos (cf. *havia havido/ tinha tido*); (iii) combinação de *haver/ter* com outros tipos de verbos. Mediante isso, a nossa hipótese é de que, na proporção em que *haver/ter* deixavam de funcionar como autônomos para se relacionarem a outros verbos, haveria estreitamento das escolhas formais ao considerar que, inicialmente, eles não se combinariam com verbos que contrariassem o seu sentido de posse original, bem como fosse possível a combinação com eles mesmos, o que faria com que, em primeiro momento, essa combinação acontecesse com outros verbos que não suscitassem tais casos (Olbertz, 1993).

Ao observamos a tabela, podemos conferir o resultado desse parâmetro ao longo dos séculos:

Tabela 07: Tipo de combinação de *haver/ter* + *participio* por sincronia
(aplicação/total/percentual)

Sincronia → Combinação ↓	Século XIII	Século XIV	Século XV
Contradição de posse	9/35/21.7%	11/73/14.5%	1/10/18%
Combinação com outros verbos	26/35/78.3%	62/73/85.5%	9/10/82%
Combinação com eles mesmos	0/35/0%	0/73/0%	0/10/0%

Fonte: elaborada pelo autor.

Em primeiro olhar, a inexistência de dados de *haver/ter* em combinação com eles mesmos demonstra que esses verbos ainda resguardam a sua seleção prototípica, além de que tal combinação só é possível de se evidenciar em estágios de grau máximo de gramaticalização. Em adição a essa afirmação, podemos visualizar que os maiores percentuais são de combinação com outros tipos de verbos, como em (90), o que releva uma gramaticalização em curso, já que se manifesta a resistência desses verbos ao manter o seu significado original em vez de selecionarem uma combinação que contrapusesse tal valor semântico ou que fosse feita com os verbos idênticos.

(90) Terceiro, andar firmado nas strebeiras e pernas dereitas no sendo dentro na sella, mas recebendo algũa ajuda dos arçõões. E as em que assy cavalgam som aquellas em que antigamente avyam acostumados em esta terra d'andar sobre cavallos. {Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela, século XV}

Em (90), o verbo “avyam” realiza combinação com o particípio “acostumados”, o qual não representa anulação ou contradição do sentido original de posse em relação ao objeto oculto de “haver”.

Por outro lado, podemos ver que foram encontradas ocorrências que representassem contradição ao sentido de posse de *haver/ter*, tendo o maior percentual na sincronia mais distante e um decréscimo comparado aos demais séculos. Logo, percebemos que tal uso evidencia que essa estrutura se encontrava rumo ao processo de gramaticalização, ainda que não ocorra em grande escala, como ilustrado em (91)

(91) Santa Maria sempr' os seus ajuda ... / Se non fosse pola Virgen Maria / que a acorreu, todo

quant' *avia* / *perdud'* ouvera; que ja non podia / usura soffrer, tant' era creçuda. {Cantigas de Santa Maria, século XIII}

No exemplo (91), o “avia” se relaciona à forma participial “perdudo”, a qual possui significado lexical contrário ao sentido de posse, o que, no contexto analisado, faz com que a construção composta priorize o valor de “perder”, já que o verbo “haver” se comportaria como auxiliar desse verbo principal.

Nos achados de Coan, Sousa e Romualdo (2022) e Coan e Sousa (2024), há coincidência de que *haver/ter* realize a combinação com outros tipos de verbo que não indiquem contradição de seu sentido original nem com eles mesmos. Contudo, quando comparamos a evolução dos casos que contradizem a noção de posse, percebemos que Coan e Sousa (2024) flagraram que, ao longo dos séculos, sucedeu o decréscimo de ocorrências com verbos que expressassem um sentido oposto ao valor semântico original de *haver/ter* nas construções de pretérito perfeito composto. Quanto a isso, os autores declaram que o processo de gramaticalização estaria em fase inicial do século XIII ao XV.

Ao aludirmos aos princípios de gramaticalização, interpretamos que a estratificação atua na seleção de verbos que não expressem contradição ao seu significado original, embora também haja ocorrências em que o oposto aconteça. Isso também é explicado pela atuação do princípio da persistência, já que o seu valor semântico prototípico é conservado ao mesmo tempo em que se evita que seja anulado por verbos contrários.

Outrossim, operam-se também: especialização, divergência e decategorização, pelo fato de que *haver/ter* demonstram natureza morfossintática e semântica distinta enquanto elementos autônomos e formas gramaticalizadas rumo ao comportamento como verbo auxiliar na construção de tempos compostos, além de que, com o esvaziamento do sentido de posse, *haver/ter* também passam a não selecionar complementos verbais.

6.2.4 Marcas morfológicas do particípio

Como quarto grupo de fator para a investigação de traços de gramaticalização de *haver/ter* + particípio, controlamos a manifestação de marcas de flexão de plural e feminino advindas da estrutura verbo-nominal do particípio, de modo com que houvesse concordância entre ele e o segundo argumento de *haver/ter*.

Dessa guisa, seccionamos tal critério de análise em: (i) presença de marcas gênero feminino e/ou número plural no particípio; (ii) forma neutra do particípio (masculino/singular)

em concordância com o argumento selecionado por *haver/ter*; (iii) forma neutra (masculino/singular) do particípio sem concordância com o argumento selecionado por *haver/ter*. Acerca desse grupo de fator, acreditamos que, conforme a construção composta sofria gramaticalização, a concordância entre a estrutura participial e o segundo argumento de *haver/ter* deixava de acontecer até que se tornasse neutra, bem como não houvesse mais complemento verbal selecionado por esses verbos (Olbertz, 1993).

Observemos os resultados encontrados a partir da análise das ocorrências ao longo dos séculos, na tabela (08):

Tabela 08: Marcas morfológicas do *particípio* por sincronia (aplicação/total/percentual)

Sincronia → Marcas morfológicas ↓	Século XIII	Século XIV	Século XV
Feminino/Plural	16/35/45.7%	23/73/31.5%	5/10/50%
Neutro (masculino/singular com concordância)	5/35/14.3%	21/73/28.8%	4/10/40%
Neutro (masculino/singular sem concordância)	14/35/40%	29/73/39.7%	1/10/10%

Fonte: elaborada pelo autor.

Em primeira análise, a nossa hipótese foi refutada, uma vez que, ao analisarmos os casos de ocorrência de particípio em concordância (feminino/plural,) com o complemento verbal de *haver/ter*, como ocorre em (92), podemos destacar que a sua maior incidência foi na sincronia mais recente, sendo o menor valor percentual no século XIV. Somado aos outros fatores, tal conjectura também se comporta como alicerce de que o processo de gramaticalização já se encontrava em andamento, embora ainda houvesse casos em que o particípio possuísse natureza adjetival, já que tal emprego era mais usual na época medieval, até que foi, gradualmente, neutralizando-se.

(92) E esso meesmo deuẽ ffazer contra os abades que ouuessẽ seudo mayoraes eno cabidoo dante e depouys que os ouuessem feytos e postos en sseus logares e soube|n|ssenos visitadores que auia feytas algũas cousas do que nõ deuiã e os erros que achassem delles que o dissessem en cabidoo e que lhys posessem pũa segundo o que mereçessem.

No exemplo (92), “feytas” apresenta marcas morfológicas de gênero feminino de número plural, uma vez que concorda com “algũas cousas”, que, por sua vez, trata-se do segundo argumento de “auia”.

Quanto aos casos de neutralização das marcas morfológicas do particípio, refutou-se também a nossa hipótese pelo fato de que não houve maior aplicação da estrutura neutra (masculino/singular sem concordância), como em (93), na sincronia mais próxima, embora haja um leve decréscimo dos seus percentuais do século XIII ao século XV. Esse cenário demonstra a perda dos traços de flexão nominal da forma participial e da seleção de segundo argumento de *haver/ter* conforme o processo de gramaticalização avança, já que, na formação de tempos compostos, o particípio é invariável e tais verbos não possuem mais complementos verbais.

(93) Mais se for rreuel que nõ queira obedeeçer a sseu mãdamẽto, do ano adeante nõno pode asoluer. \$ A IIIª rregla ha hũa contraridade e he esta como quando acussassẽ algũũ bispo dante seu arcebispo que auia feyto tal cousa per que deuesse a perder o bispado \$ e o arçebispo fizesse chamar todolos bispos da ssa prouiziã que ouuissem aquel preito cõ aquel. {Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV}

Em (93), “feyto” representa um caso de particípio neutro (masculino/singular) sem concordância, haja vista que o segundo argumento de “auia” é “tal cousa”, a qual se encontra flexionada no gênero feminino. Somado a isso, em (94), abaixo, “tomado” e “andado” se caracterizam como dados de particípio neutro (masculino/singular) com concordância, uma vez que “tam gram trabalho” e “tanto caminho” são, respectivamente, os termos que demonstrariam a concordância em gênero masculino e número singular pelo fato de serem os segundos argumentos do verbo “auia”.

(94) E, depois que aquelles sanctos acabaram sua oraçom, veerõ se passo dous delles, uestidos ã uestiduras aluas, a aquelle luguar em que o bispo oraua, e acharõ no acerca de morto e saudarõ no muy docemente e tornarõ no a seu siso e pregũtarõ lhe por que razom auia tomado tam gram trabalho e andado tanto caminho des Hocidente ataa Roma. {Orto do Esposo, século XV}

Ao considerarmos os resultados mapeados por Coan, Sousa e Romualdo (2022), as diferentes formas compostas de codificação de antepretérito tiveram poucas ocorrências de particípio flexionado (feminino/plural), estando a maioria dos dados ligados ao particípio neutro (masculino/singular) com concordância nas cantigas trovadorescas, o que pode apontar que os nossos resultados divergem da empreitada desses autores por considerarmos os textos em prosa do século XIII. Nesse viés, urge trazer à discussão que, como frisa Mattos e Silva (2001), no português arcaico, é comum que haja mais usos da estrutura participial em concordância com o complemento de *haver/ter*, tendo ocorrido a difusão da interpretação da construção de tempo composto do século XV para o século XVI.

Ao correlacionarmos os resultados aos princípios de gramaticalização, temos a seguinte projeção analítica: (i) atuação de estratificação, pela coexistência de estruturas com o particípio no feminino e/ou plural, com o particípio neutro (masculino/singular) em concordância com o objeto de *haver/ter* e com o particípio neutro (masculino/singular) sem concordância com o objeto de *haver/ter*; (ii) atuação de divergência, já que o particípio permanece no sistema linguístico com base nominal, verbo-nominal e verbal; (iii) atuação de persistência, pela conservação de traços lexicais de *haver/ter* na seleção de complemento verbal de posse, a qual faz com que o particípio se relacione e concorde em número e gênero com tal objeto; (iv) atuação de especialização, uma vez que a estrutura participial neutra e sem concordância se qualifica para a construção de tempos compostos ao lado de *haver/ter*; (v) atuação de decategorização, que se manifesta pela perda ou neutralização de marcas morfológicas flexionais do particípio, tendo em vista que deixam de concordar com o segundo argumento de *haver/ter*, direcionando-se ao uso neutro.

6.2.5 Variação entre *haver/ter*

Apesar de nossa empreitada variacionista nos direcionar à competição entre formas simples e composta, também trazemos à baila a variação entre os verbos “haver” e “ter”, de modo que nos auxilie em relação a considerações acerca do processo de gramaticalização da construção composta expressando valor antepretérito. Por intermédio deste grupo de fator, verificamos a preferência de uso dessas estruturas verbais em combinação com o particípio ao longo das sincronias averiguadas.

Logo, hipotetizamos que “haver” apareceria predominantemente nos séculos mais antigos, enquanto “ter” apareceria mais frequentemente a partir do século XV, segundo Olbertz

(2018) e Osório (2008). Quanto a essa premissa, os autores observaram que, nos séculos XIII e XIV, a forma mais frequente na construção de tempos compostos era “haver”, ao passo que “ter” adquire mais relevância após esses períodos e se torna a forma preferida como auxiliar dessas perífrases no português, diferentemente do que ocorre nas outras línguas românicas.

Na tabela (09), podemos reconhecer que a nossa hipótese foi confirmada, dados os percentuais abaixo.

Tabela 09: Variação entre *haver/ter* em construções com participípio por sincronia (aplicação/total/percentual)

Sincronia → Variantes ↓	Século XIII	Século XIV	Século XV
Haver	30/35/85.7%	72/73/98.6%	7/10/70%
Ter	5/35/14.3%	1/73/1.4%	3/10/30%

Fonte: elaborada pelo autor.

No que diz respeito às ocorrências com o verbo “haver”, mantiveram-se predominantes ao longo das três sincronias, embora tenham apresentado decréscimo no século XV, o que suscitou maior incidência de “ter” nessa sincronia, apesar de que também foram encontrados dados desse verbo no século XIII. A seguir, ilustramos casos com os dois verbos servindo como auxiliares com o mesmo verbo principal (*feyto/feito*) em variação pela codificação de passado do passado:

(95) E des que seu bispo ou outro prelado que o ouesse de julgar soubesse certamête que tal pecado *auia feyto* podeo despoer. {Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV}

(96) O Meestre lhe rrespomdeio asperamente, que tornasse a prata omde a achara, ca ell nom vehera alli por aquello, mas por fazer o que *tiinha feito*, e Louremço Marti~iz fezeo assi. {Crónica de Dom João I Parte 1, século XV}

Assim como nos nossos resultados, nas pesquisas de Coan, Sousa e Sampaio (2022), o verbo “haver” demonstrou predominância de uso em relação ao verbo “ter”, embora Coan e Sousa (2024), apesar de coincidirem com esses achados nos séculos XIII e XIV, tenham

apresentado casos em que “ter”, ainda que de maneira branda, ultrapassasse o número de ocorrências de “haver” no século XV no que tange ao pretérito perfeito composto expressando aceção pretérita e antepresente, o que sugere indícios da expansão de contextos com “ter” preferencialmente como auxiliar das formas compostas.

Sobre os princípios de gramaticalização, assim como Coan e Sousa (2024), vislumbramos estratificação na coocorrência entre “haver” e “ter” enquanto auxiliares que se combinam a uma estrutura participial, assim como divergência pela preferência de um verbo a outro na indicação de posse e na formação de tempos compostos, o que também implica especialização pelo estreitamento de escolhas formais. Somado a isso, houve persistência de traços do significado lexical e da história lexical desses verbos, ainda que haja também decategorização pela perda dos privilégios sintáticos característicos das categorias lexicais, especificamente no que se pauta à seleção argumental de “haver” e “ter”, já que necessitavam de um complemento verbal, mas passaram a não selecionar mais tal argumento em sua estrutura, o que firmou a formação de tempos compostos.

7 ANÁLISE VARIACIONISTA DAS FORMAS SIMPLES E COMPOSTA DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO

Neste capítulo, apresentaremos os resultados encontrados mediante a análise variacionista na perspectiva da Teoria da Variação e Mudança Linguística. A essa alçada, dispomos do seguinte envelope de variação: (i) codificação de passado anterior a outro passado, como variável dependente; (ii) formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, como variantes, excluídos os casos de homonímia, conforme especificamos na seção 5.4 do capítulo metodológico; (iii) tipo verbal, polaridade oracional, modificador verbal, saliência fônica e animacidade do sujeito, como variáveis independentes.

Nesse âmbito, a análise procedeu mediante tratamento estatístico por meio do programa GoldVarb X, de modo a constatar valores numéricos das ocorrências mapeadas e relevância dos grupos de fatores controlados, bem como tecer discussões acerca desses achados por século: XIII, XIV e XV. Ao final da análise, encontra-se a correlação dos resultados aos princípios de mudança: transição, restrição, encaixamento e implementação.

7.1 Variação na codificação do antepretérito no século XIII

O século XIII demonstrou-se ser um período extremamente favorável para as ocorrências da forma simples do pretérito mais-que-perfeito, conforme hipotetizamos, haja vista ser a sincronia mais distante em relação à atualidade, bem como ainda se iniciava a gramaticalização da estrutura composta. Na tabela (10), podemos ver que a variação entre essas formas estava também em seu estágio inicial, dado os percentuais de ocorrências a seguir, que contemplam os três casos de participio que foram encontrados na nossa coleta (feminino/plural; neutro (masculino/singular) em concordância com o objeto; neutro (masculino/singular) sem concordância com o objeto):

Tabela 10: Uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + participio no século XIII

Forma	Aplicação/Total/Percentual
Simple	637/660/96.5%

Composta	23/660/3.5%
----------	-------------

Fonte: elaborada pelo autor.

Embora a forma conservadora desse período se configurou quase que categoricamente em relação à forma inovadora, é possível tecer elucidações acerca do condicionamento da perífrase para além do processo de gramaticalização, visto que um dos nossos fatores controlados (tipo verbal) se mostrou relevante para essa variação, além dos percentuais gerados para as demais variáveis independentes.

Para a análise multivariada, necessitamos fazer algumas configurações para que o programa estatístico viabilizasse adequadamente a atuação de cada grupo de fator, por exemplo: a retirada de *polaridade oracional* e de *animacidade do sujeito* da rodada estatística, uma vez que alguns fatores se apresentaram categoricamente para o uso da estrutura sintética. Logo, os fatores testados na análise multivariada foram *tipo verbal*, *modificador verbal* e *saliência fônica*, dentre os quais o programa selecionou apenas o tipo verbal como estatisticamente relevante, conforme mostraremos a seguir.

7.1.1 Tipo verbal

O tipo verbal foi o único grupo de fator selecionado condicionador da variação entre as formas simples e compostas do pretérito mais-que-perfeito no século XIII. Dessa guisa, apontou-se que os verbos que indicam processo culminado (conforme exemplo 97) e estado (ilustrado em 98) favorecem a estrutura sintética, como ilustra a tabela (11):

Tabela 11¹²: Atuação do tipo verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + particípio no século XIII

Tipo verbal	Aplicação/Total/Percentual	Peso relativo
Culminação	231/248/93.1%	0.262
Processo culminado	222/225/98.7%	0.658

¹² Nas tabelas em que são controlados os grupos de fatores da variação, a forma simple é considerada valor de aplicação. Por exemplo: na tabela (11), para o fator “culminação”, há 231 dados da estrutura sintética de um total de 248, o que corresponde a um percentual de 93.1% de ocorrência da forma simples com esse tipo verbal.

Estado	162/164/98.8%	0.678
<i>Dicendi</i>	22/23/95.7%	0.365

Fonte: elaborada pelo autor.

(97) E logo que foi viva no corpo de sa madre, / foi quita do pecado que Adan, nosso padre, / ***fezera*** per consello daquel que, pero ladre / por nos levar consigo, a porta ll' é serrada / Bêeito foi o dia e benaventurada ... {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

(98) De sperital celorgia ... / Ca lle falssou os costados a saeta que de forte / baesta ***fora*** tirada; e colleu tal desconorte, / que ben cuidou prender morte, / que al y non averia. / De sperital celorgia ... {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

Em face dos resultados, a nossa hipótese foi parcialmente refutada pelo fato de que a forma sintética não foi favorecida por contextos verbais que configuram uma aceção modalizadora, como demonstrou Coan (2003), mas teve o seu condicionamento vinculado a situações que implicam duração e completude. Tal achado corrobora o pensamento de que a estrutura simples demarca majoritariamente o sentido original de evento passado concluído em relação a outro evento passado, uma vez que, no século XIII, essa função temporal seria predominante junto do uso dessa construção ao passo em que a perífrase ainda se encontrava em fase inicial de gramaticalização, o que não implicaria tanta presença em contextos situacionais que denotassem tal valor.

Quanto ao traço da duração, notamos que se comporta de modo considerável para a estrutura simples, mas é evitada pela perífrase, talvez pela questão de que estaria em combinação com um verbo de caráter durativo (*ter* ou *haver*). Contudo, a noção de completude advinda dos verbos de culminação foi favorável para as ocorrências da forma composta, o que, como esperávamos, aparenta relacionar-se ao caráter de ação completa proveniente do participípio.

7.1.2 Modificador verbal

No tocante aos modificadores verbais, trata-se de um grupo de fator que não foi

selecionado como relevante para a variação em termos estatísticos, haja vista que todos os circunstanciadores encontrados se mostraram bem relacionados à estrutura sintética, como aponta a tabela (12), que descreve os valores numéricos dos modificadores de tempo (de acordo com o exemplo 99) e de intensidade (ilustrado em 100), além de contextos que não possuem modificador (como em 101).

Tabela 12: Atuação do modificador verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + particípio no século XIII

Modificador verbal	Aplicação/Total/Percentual
Ausência	508/525/96.8%
Tempo	115/120/95.8%
Intensidade	14/15/93.3%

Fonte: elaborada pelo autor.

(99) A Deus grad' oje, mia senhor, / porque vus eu posso veer! / Ca nunca eu vira prazer / no mundo ja per outra ren. / Quand' averei eu nunca ben, / se mi-o Deus i de vos non der"! {Cantiga de Amor, século XIII}

(100) Quen leixar Santa Maria ... / Enquanto foron chegando / aqueles que convidara, / foi-ss' el en ssi acordando / de como acostumara / dizer sass oras, e quando / viu / que ja muito tardara, /na eigreja sse metia. {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

(101) Quand' aquesto viu o monje, teve-sse por mui culpado / e tornou-s' ao dormidoiro e foi mui led' e afficado / daquela vison que vira e de [sa] dulta tirado / viveu senpr' en sa orden con ben e con omildade. Ben tira Santa Maria pela sa gran piedade ... {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

Em princípio, esperávamos que a forma simples aparecesse em companhia de

modificadores de negação ou em contextos sem nenhum circunstanciador; em contrapartida, a forma composta necessitaria de modificadores temporais ou iterativos, pois se trata de uma construção emergente para expressão antepretérita, portanto, requisitaria mais recursos que marcassem mais expressivamente a acepção de temporalidade, a qual seria normalmente atualizada pela estrutura sintética, não havendo, dessa forma, necessidade de uma marcação temporal por parte de outro constituinte do enunciado, como observou Coan (1997).

Contudo, nos dados do século XIII, vimos que os marcadores temporais ao lado da forma simples ocorrem com alto percentual, o que refutaria a noção hipótese anterior. Por outro lado, embora sejam percentuais próximos, os escopos em que não havia modificador verbal apareceram em liderança em relação aos outros (96.8%), além de que, se olharmos os dados brutos, houve significativa discrepância entre os números de ocorrência de ausência de modificador (508) e modificadores temporais (115), o que nos faz acreditar que, de fato, a noção de temporalidade expressa pela forma simples era suficiente nesse período, ao mesmo tempo em que poderia ser reforçada por circunstanciadores de tempo ou de intensidade.

7.1.3 Saliência fônica

Acerca da saliência fônica do verbo, consideramos para a nossa análise a possibilidade de a estrutura verbal do pretérito mais-que-perfeito ser influenciada pela regularidade ou irregularidade do verbo, conforme ilustram os dados em (102) e (103). Todavia, o programa estatístico não selecionou essa variável independente como relevante, e os valores numéricos encontram-se discriminados na tabela (13) abaixo.

Tabela 13: Atuação da saliência fônica no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus haver/ter* + particípio no século XIII

Saliência fônica	Aplicação/Total/Percentual
Regularidade	283/297/95.3%
Irregularidade	354/363/97.5%

Fonte: elaborada pelo autor.

(102) Porque é Santa Maria leal e mui verdadeira ... / Que o soterrassen logo o marido ben quisera; / mas la madre do menço disse con gran coita fera / que el' a Santa Maria o daria, que llo dera / con sa cera como ll' ela prometera da primeira.

(103) Por Deus Senhor ¿e ora que farei, / pois que me vos non leixades viver / u vos eu possa, mia senhor, veer? / Mais, pero vos pregunt', eu be'-no sei! / Per bÔa fé, moir' eu con pesar én, / ca oje perço por vos quanto bem / mi Deus d' este mundo quisera dar.

Para esse grupo de fator, acreditávamos que a forma simples fosse favorecida por verbos regulares enquanto a forma composta seria condicionada por verbos irregulares, haja vista que demandaria equilíbrio de complexidade cognitivo-estrutural em virtude da padronização do verbo auxiliar “ter”, o qual seria mais fácil de processar pelo usuário da língua, baseando-se nas considerações de Guy (1996, *apud* Coan, 1997, p. 150). Nesse prisma, o equilíbrio surgiria pelo fato de que a perífrase faria com que a irregularidade inicial da conjugação verbos nos tempos complexos fosse amenizada pela regularidade do particípio, o que implicaria um uso mais acentuado da forma sintética em contextos que essa regularidade já é garantida pelos próprios paradigmas verbais de conjugação.

Ao olharmos para os dados do século XIII, percebemos que essa hipótese não se aplica, tendo em vista que a forma simples apresentou percentuais próximos em relação aos fatores sob análise. Somado a isso, as ocorrências da estrutura sintética foram mais recorrentes nos contextos de irregularidade, como mostram os dados, além de que houve mais uso da perífrase com verbos de caráter regular (14 ocorrências de 23 dados totais). Podemos pensar também, eventualmente, que, por ocasião de grande parte dos verbos na época possuem caráter irregular, conforme se pode conferir no CIPM, e por a forma mais usual desse período ser a simples, o número de ocorrências estaria intimamente ligado à prototipia do pretérito mais-que-perfeito no século XIII, o que levaria a variante inovadora a permear contextos em que também existisse emergência (verbos regulares).

Outrossim, uma outra concepção é de que, no período em questão, o equilíbrio cognitivo-estrutural se comportasse de outro modo: a irregularidade verbal seria mais facilmente assimilada caso fosse empregada por verbos na forma mais comum (sintética), o que remediaria o esforço do usuário da língua na escolha de um verbo com estrutura menos padronizada pela facilidade de uma forma mais frequente para a codificação do valor de passado do passado.

7.1.4 Animacidade do sujeito

No que se refere ao grupo de fator da animacidade do sujeito, consideramos o sintagma nominal que funciona sintaticamente como sujeito da oração em que a construção codificadora da noção de passado anterior a outro passado aparece, sendo esse agrupamento dividido em sujeito mais animado (com em 104) ou sujeito menos animado (conforme 105), os quais são expostos numericamente na seguinte tabela (14):

Tabela 14: Atuação da animacidade do sujeito no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + participípio no século XIII

Animacidade do sujeito	Aplicação/Total/Percentual
Animado	568/591/96.1%
Inanimado	69/69/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

(104) Esta é como Santa Maria fez cobrar a Theophilo a carta / que fezera cono demo, u se tornou seu vassalo {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

(105) Por razon tenno d' obedecer ... / Dizend' esto, sairon fora da eigrej' e viron estar / o penedo que caera, que Deus fez desviar, / e começaram Deus a bẽeizer / e a Virgen e seu poder. / Por razon tenno d' obedecer ... {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

Embora o grupo de fator não tenha sido apontado como relevante na rodada estatística, os valores numéricos apresentados nos permitem refletir acerca da nossa hipótese de que a estrutura sintética se relacionaria mais a casos em que o sujeito fosse menos animado à medida em que a perífrase seria mais recorrente em escopos de sujeito mais animado pela associação da ação dinâmica entre a forma composta e o verbo, conforme apresentara Coan (1997). Como é possível visualizar na tabela acima, a nossa hipótese foi parcialmente refutada, já que houve mais casos em que sujeito de caráter animado foi proeminente para a forma

simples.

Apesar disso, a forma composta se mostrou imbricada em ambientes nos quais o sujeito se configurasse animado, haja vista que não houve ocorrências da perífrase que com sujeitos inanimados. Nesse âmbito, compreende-se que a noção aspectual que o verbo possui contribui para que o traço da dinamicidade sofra manutenções em virtude de o sujeito ter características mais animadas e, conseqüentemente, provoca mudanças com suas ações. Somado a esse pensamento, é possível ponderar também sobre essa manutenção ser necessária por causa da noção estática ainda presente nos auxiliares “ter” e “haver”, uma vez que ainda não houvera o seu esvaziamento semântico da acepção original de posse, a qual se caracteriza por ser menos dinâmica e que implica uma neutralização de uma ação mais dinâmica do participio.

7.1.5 Polaridade oracional

Sobre a polaridade oracional, foram controlados os contextos que exprimiam valor de afirmação (como em 106) ou de negação (como em 107), mas o programa não a selecionou como um grupo de fator estatisticamente influente para a variação entre formas que denotam noção de antepretérito. Abaixo, seguem os valores numéricos das ocorrências no século XIII:

Tabela 15: Atuação da polaridade no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus haver/ter* + participio no século XIII

Polaridade	Aplicação/Total/Percentual
Afirmativa	598/621/96.3%
Negativa	39/39/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

(106) En tamanna coita non pode seer ... / O Patriarcha foi outro di' alá / e à Emperadriz, a que nunca já / tal prazer **oyra**, e come quen á /gran prazer do feito, fez-lo parecer. {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

(107) Ca noutro dia chegastes aqui / a tal sazón que ouv' én tal pavor / que, por seer deste mundo senhor, / non **quisera** que veessedes i, / e non querades, amigo, [fazer

/ per vossa culpa mi e vós morrer {Cantiga de Santa Maria, século XIII}

De acordo com o que revelam os dados, a nossa hipótese foi parcialmente refutada, tendo em vista que acreditávamos que contextos negativos favoreceriam o emprego da estrutura sintética em virtude de que a negação de uma informação pode recuperar uma outra informação que já fora apresentada, configurando o valor de anterioridade da construção original; enquanto a perífrase se manifesta em ambientes de polaridade positiva por serem as formas em emergência da função temporal antepretérita, conforme aponta Martins (2015).

Na tabela (15), verificamos que a forma composta se comportou categoricamente alinhada a contextos de afirmação assim como a forma simples apresentou proeminência nesses mesmos ambientes do século XIII. Quanto a esse âmbito, podemos pensar que a estrutura sintética mantinha fortemente a sua natureza modal de *realis* ao evitar uma refutação de uma situação que não aconteceu ou que poderia acontecer (*irrealis*), tornando mais difícil de recuperação uma informação já apresentada pelos contextos negativos.

7.2 Variação na codificação do antepretérito no século XIV

A partir das ocorrências do século XIV, podemos perceber que houve um acréscimo significativo da aparição da perífrase com valor antepretérito em relação à forma sintética, o que indica produtividade dessa variação à medida que nos aproximamos das sincronias atuais, isto é, podemos verificar a evolução da variabilidade desse fenômeno. Ao verificarmos a tabela (16), o percentual de cada uma das estruturas apresentou consideráveis diferenças se compararmos ao século anterior, as quais comentaremos a seguir.

Tabela 16: Uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + participípio no século XIV

Forma	Aplicação/Total/Percentual
Simple	118/167/70.7%
Composta	49/167/29.3%

Fonte: elaborada pelo autor.

Dessa âmbito, frisamos a ascensão da forma composta para codificação de passado do passado ao adentrar mais acentualmente na competição com a forma simples, uma vez que os percentuais (70.7% e 29.3%) são mais próximos quando comparados à sincronia passada (96.5% e 3.5%), configurando uma possível tentativa rumo ao equilíbrio na escolha dessas estruturas. Assim, destacamos o comportamento crescente da forma inovadora mesmo em um período inicial do processo que gramaticalização, o que, de certo modo, faz-nos aludir ao raciocínio de que, embora seja uma forma emergente na expressão de antepretérito, já se é possível flagrar indícios de uma variação que possa levar a uma futura mudança.

No que concerne à análise multivariada do século XIV, todos os grupos de fatores controlados foram possíveis de ser submetidos à rodada estatística, dos quais o programa apontou como pertinentes para o fenômeno em variação apenas o tipo verbal, como se pode observar em seguida.

7.2.1 Tipo verbal

Do mesmo modo da sincronia anterior, o tipo verbal também foi o único grupo de fator apontado com significância para a alternância entre as formas simples e compostas do pretérito mais-que-perfeito no século XIV. Entretanto, diferenciando-se do século XIII, apenas os verbos de estado (como iustramos em 108) foram selecionados como favoráveis ao uso da estrutura sintética, como mostra a tabela (17):

Tabela 17: Atuação do tipo verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus haver/ter* + particípio no século XIV

Tipo verbal	Aplicação/Total/Percentual	Peso relativo
Culminação	55/88/62.5%	0.331
Processo culminado	7/13/53.8%	0.257
Atividade	14/19/73.7	0.454
Estado	36/37/97.3%	0.914

<i>Dicendi</i>	6/10/60%	0.308
----------------	----------	-------

Fonte: elaborada pelo autor.

(108) A rainha dona Marya, madre del rey, que *ficara* ã Touro, escrepveo aos iffãtes e senhores que se vyessẽ a Touro, por que daly jũtamẽte cõ ela, trautassẽ cõ el rey sobre o feito da rainha dona Brãca. {Crónica de Afonso X]Ms P] in Crónica Geral de Espanha, século XIV }

Diante desses resultados, o que hipotetizamos inicialmente foi parcialmente refutado, tendo em vista que a forma simples ainda não se encaminhava para a representação de uma noção modalizadora e ainda era favorecida por verbos que atualizam sentido de duração, como os de estado. Por outro lado, a forma composta, mediante manutenção do valor aspectual do particípio, mostrou-se condicionada por verbos de processo culminado, de atividade, os quais implicam sentido durativo, bem como aquele implica sentido de completude, assim como os verbos de culminação, que também favoreceram essa forma, o que, mesmo em estado inicial de gramaticalização, demonstra vestígios de que a perífrase já se especializava em contextos que denotassem acepção de passado concluído (processo culminado), diferentemente do que ocorreu no século XIII.

Em acréscimo a esse ponto, à medida que *ter* e *haver* se gramaticalizam e perdem o seu significado de posse original, parecem demonstrar menos resistência de se combinar a verbos de caráter durativo, como apontado de maneira diferente na sincronia anterior. Ademais, os verbos de culminação continuam favorecendo as ocorrências da forma composta, como traço aspectual da ação completa advinda do particípio.

7.2.2 Modificador verbal

No grupo de fator dos modificadores verbais, cujos exemplos estão em (109), (110) e (111) também houve algumas diferenças se compararmos o século passado com o século XIV, uma vez que os circunstanciadores de negação apresentaram um percentual superior aos circunstanciadores de tempo ou aos contextos em que não havia modificador verbal.

Tabela 18: Atuação do modificador verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + particípio no século XIV

Modificador verbal	Aplicação/Total/Percentual
Ausência	96/138/69.6%
Tempo	10/16/62.5%
Negação	12/13/92.3%

Fonte: elaborada pelo autor.

(109) E porẽ que o acusava de femytido. O mariscal se escusou, dizendo que o príncipe nõ fora na batalha como príncipal capytã, mas como gajeyro e assoldadado del rey dõ Pedro, e que por tanto nõ faleçera do que avya prometido. {Crónica de Afonso X]Ms P] in Crónica Geral de Espanha, século XIV }

(110) Esta dona Beatriz ouvera el rey de hũa dona chamada dona Maria de Padilha que pouco antes tomara por mãçeba {Crónica de Afonso X]Ms P] in Crónica Geral de Espanha, século XIV }

(111) E porẽde quãdo he feit[a] como deue nõ pode seer que per ella nõ venhã a certidõ de saber o que querẽ. \$ Onde por aquestas cousas teuerõ por bẽ os santos padres e ordinarõ que os que derẽ a pẽdença quando pregõtassẽ ao pecador pera saber delle os pecados que fezera que lhy dissessem primeyramẽte que nõ negasse nẽ hũa cousa do que sabia en que errara. {Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV }

Na tabela (18), observamos que o modificador verbal de negação se comportou de maneira mais acentuada para a forma simples, tendo em vista o caráter de recuperação de informação dada que os contextos de negação podem fornecer e que é atualizada por essa construção verbal ao trazer novamente à baila o conteúdo do tópico em pauta pela repetição do enunciado que é contestado com a negação . Já a forma composta, como hipotetizamos, apresentou mais recorrência em ambientes que trazem modificadores verbais de tempo, haja vista uma maior necessidade da manutenção do valor temporal que essa construção possui por

ser um tempo composto que passava por gramaticalização.

Se atentarmos para o número de ocorrências, vemos que, embora a ausência de modificador se mantenha na liderança, os circunstanciadores temporais apareceram em menor número, o que também nos mostra um possível estreitamento de escolhas da estrutura sintética, a qual já expressa valor antepretérito originalmente, distanciando-se de uma “redundância temporal”.

7.2.3 Saliência fônica

Na tabela (19), podemos retomar a discussão acerca da saliência fônica do verbo, de modo a destacar algumas diferenças em relação ao século passado, assim como perceber nuances que convergem com a nossa hipótese sobre o uso da forma simples.

Tabela 19: Atuação da saliência fônica no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus haver/ter* + particípio no século XIV

Saliência fônica	Aplicação/Total/Percentual
Regularidade	70/99/70.7%
Irregularidade	48/68/70.6%

Fonte: elaborada pelo autor.

Ao visualizar a tabela (13), notamos que a perífrase ainda tende a se combinar com verbos que possuem estrutura regular. Outrossim, trazemos à baila duas novas observações sobre os dados do século XIV: a diminuição de casos de forma simples associada a verbos irregulares (ocorrência ilustrada em 112) em comparação com o século XIII; e a predominância de casos da estrutura simples em verbos que apresentam regularidade formal (como em (113).

(112) [...] E nõ tardou muyto que el rey de Castela, buscando achaque a dõ Afonso de Laçerda, que cõ ele se cõveera, quando la foy el rey dõ Denys, lhe tirou quantas vilas e terras lhe dera ã Castela. {Crónica de Afonso X [Ms P] in Crónica Geral de Espanha, século XIV}

(113) [...] teue por bê a Santa Jgreia que sse partissê ende e sse nã que lhys nã ualessem os priuilegios nẽ as sas frãquezas que lhys auia dadas por rrazõ das pobrezas e da aspera vida que começara a ordẽ. {Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV}

Nessa alçada, podemos retomar os postulados da nossa hipótese de que a estrutura simples caminha para a combinação com verbos regulares em virtude de um equilíbrio da complexidade cognitivo-estrutural, de modo que a forma composta manifeste maior preferência pela seleção de um particípio irregular, mesmo que ainda haja uma demanda de irregularidade mais propícia para o período em análise, a qual também se encontra rumo a uma específica padronização ortográfica. Ancorados nisso, os percentuais também marcam uma transição da alteração do paradigma verbal por serem quase os mesmos (70.7% e 70.6%).

7.2.4 Animacidade do sujeito

Nas ocorrências do século XIV, consideramos que o critério de animacidade do sujeito está em processo de maior especialização na escolha das estruturas verbais, visto que os percentuais estão mais próximos da nossa hipótese, como ilustra a tabela (20):

Tabela 20: Atuação da animacidade do sujeito no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + particípio no século XIV

Animacidade do sujeito	Aplicação/Total/Percentual
Animado	101/149/67.8%
Inanimado	17/18/94.4%

Fonte: elaborada pelo autor.

Nesse viés, é possível notar que a forma simples parece especializar-se em escopos em que o sujeito tivesse características menos animadas (como em 114); em contrapartida, a forma composta caminha em direção a um afunilamento em casos de sujeitos mais animados (conforme 115), uma vez que só foi detectada uma única ocorrência da perífrase vinculada a contextos em que o sujeito fosse inanimado.

(114) [...] mãdarõ ha Affonso perez Tabelliõ na dita Çidáde que desse e entregasse áas ditas Prioressa e Conuêto a carta da cõpra e rremataçõ que a eles *ffora* ffeita das ditas Coirelas derdades. {Textos notariais in Clí-ticos da História do Português, século XIV}

(115) E disselho ante que prendesse morte e paixon e lhy fez entender a Trĩjdade e lhy mostrou per rrazõ que elle era Filho de Deus e como auia de morrer por saluar o mũdo dizendo assy que como Moyssem *alcara* a serpête no deserto, assi cõuijha que ffosse alçado o Filho da Uirgẽ de sobrela terra por que aquelles que en el cressem nõ pereçessem, mays que ouuessẽ uida perdurauil. {Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV}

Logo, podemos notar que o traço de dinamicidade do sujeito condiciona o uso da perífrase mais facilmente, já que se associa à própria noção dinâmica que o particípio suscita pelo aspecto de completude. Quanto à forma simples, apesar de ainda, numericamente, haver mais ocorrências de sujeito animado, o percentual desse fator decresceu em relação ao século XIII, bem como o percentual de casos em que o sujeito é inanimado se manteve proeminente no século XIV.

7.2.5 Polaridade oracional

No grupo de fator da polaridade da oração, as mudanças em relação ao século XIII também caminharam ao encontro do que preconiza a nossa hipótese, tendo em vista que os contextos de afirmação (com em 116) começam a passar por um rearranjo de escolhas formais em relação aos contextos de negação (ilustrado em 117) para as variantes de antepretérito, como bem sinaliza a tabela (21).

Tabela 21: Atuação da polaridade no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus haver/ter* + particípio no século XIV

Polaridade	Aplicação/Total/Percentual
Afirmativa	106/154/68.8%

Negativa	12/13/92.3%
----------	-------------

Fonte: elaborada pelo autor.

(116) Ley V en qual eygreia se deue soterrar cada hũ Soterrar deuẽ cada hũ eno cimiterio daquela eygreia onde era freegues e hu [ou]uia as oras quãdo era viuo e onde rrecebera os sacramentos. {Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV}

(117) E a esse día uéerõ cada hũa das partes e disse o vogado de vilharão. que lhj nõ enpéeçia aquel artigóo e a rrazõ por que esta he porque dizia que esse artigóo nõ ffora dado por perteeçente. pelo Juíz [...] {Documentos Notariais, século XIV}

Apesar de ambos os percentuais se constituírem de maneira predominante para os contextos afirmativos no uso da estrutura sintética, podemos identificar um maior percentual no que toca aos ambientes negativos (embora o número de dados seja reduzido), bem como decréscimo em relação às ocorrências do século XIII, o que nos alude ao valor negativo estar em concomitância com o valor temporal de resgate de uma informação que já foi apresentada, proveniente do sentido original da forma simples.

Nesse mesmo circuito, a perífrase, que emerge como codificadora de um passado anterior a outro passado, manifestou apenas uma única ocorrência de polaridade negativa, conservando, assim como na sincronia passada, a sua preferência pela polaridade afirmativa causando decréscimo dos casos e, conseqüentemente, do percentual da forma simples em contextos de afirmação (de 96.3% para 68.8%) em favor da utilização da forma composta emergente.

7.3 Variação na codificação do antepretérito no século XV

No que diz respeito ao século XV, apesar de que os textos analisados não se mostraram parecer produtivos para o aparecimento da forma composta como hipotetizamos, tendo em vista ser a sincronia mais próxima da atualidade, ainda foi possível perceber detalhes da variação entre as formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, como se pode contemplar na tabela (22):

Tabela 22: Uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + particípio

no século XV

Forma	Aplicação/Total/Percentual
Simple	116/124/93.5%
Composta	8/124/6.5%

Ainda que a forma conservadora tenha se apresentado quase que categoricamente em comparação à forma inovadora, podemos enxergar que, de todas as sincronias, o século XV possui o menor número de dados da estrutura sintética, o que demonstra indícios de um possível caminho ao desuso dessa construção. Ademais, mesmo que a perífrase também tenha sofrido redução, devemos considerar que se trata de uma forma emergente para expressão da variável sob análise, além de estar sofrendo o processo de gramaticalização.

Em virtude de que os dados da forma composta foram bem inferiores em relação à forma simple, não foi possível realizar uma análise multivariada por rodadas estatísticas pelo programa, haja vista que todas as variáveis independentes consideradas apresentaram fatores que consumavam apenas ocorrências da estrutura sintética, não havendo, portanto, um grupo de fator selecionado estatisticamente relevante pelo programa. Todavia, computamos os valores brutos e percentuais de cada um dos fatores, os quais renderam elucidações para continuarmos a discussão dessa variação no século XV, como observaremos nas próximas subseções.

7.3.1 Tipo verbal

Na tabela (23), tendo em vista que não foram feitas amalgamações dos fatores, podemos projetar todas os tipos de verbos que manifestaram ocorrências no século XV, além de ilustrá-los pelos exemplos que seguem abaixo por ordem de aparição na tabela, frisando as considerações acerca de cada variante:

Tabela 23: Atuação do tipo verbal no uso da forma simple do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* mais particípio no século XV

Tipo verbal	Aplicação/Total/Percentual
--------------------	-----------------------------------

Culminação	34/36/94.4%
Processo culminado	7/12/58.3%
Atividade	22/22/100%
Estado	28/28/100%
Modal	8/8/100%
Cognitivo	10/11/90.9%
<i>Dicendi</i>	7/7/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

(118) E por que todo homem com grande deligencia guarda o que muito ama e preza, quem esta virtude muyto amar e prezar, por a bem guardar se afastara das ocasiões e aazos per que a possa perder, e se chegara sempre aos conselhos [...] {Leal Conselheiro, século XV}

(119) [...] segundo aos ifantes nossos irmãos screvy e naqueste trautado se screvera, vos poderees conssiirar quanto sentido se requiere averem os boos servidores pera seus senhores seerem delles bem servydos [...] {Leal Conselheiro, século XV}

(120) E outra onesta jente de mesteeres /. Mandara que uenham a ella algũas uezes pera lhe fazer boos gasalhado[s] & trabalhara de sse auer bem com eles [...] { Livro das Tres Vertudes, século XV}

(121) Pera todos feitos grandes e outras cousas de seu serviço ou boo prazer, que a nos convesse de obrar, trabalhavamos de sseer realmente e nos mostrar tam despostos per querer, saber e poder, que, ainda que nom foramos filhos, parentes ou criados [...] { Leal Conselheiro, século XV}

(122) E sse das cousas alheas se fezer, tal boa obra que recebe aquel, a que a esmolla he dada, nom aproveita a aquel que a faz, por que todo devera tornar e restituyr a aquel cujo he [...] { Leal Conselheiro, século XV }

(123) E assi a ssajes primçesa auera cuidado de ordenar . quem delles aja a gouernança & como elles farom seu deuer ./ E nom se teera ao rreporto dos outros / Mas ella meesma os uestitara ameuado em suas camaras & os veera lançar & aleuamtar. { Livro das Tres Vertudes, século XV }

(124) [...] E os amoestara que sempre digam boas pallauras . hũũ ao outro & muy corteses E ella trazera doçes messaJêes antre elles & dõões de cousas praziúees. { Livro das Tres Vertudes, século XV }

Em relação à forma simples, destacamos a ocorrência categórica dos tipos verbais de acepção modalizadora (modal e *dicendi*) e a proeminência dos verbos cognitivos em comparação à forma composta, além da constante manifestação, neste caso categórica, acentuada dos verbos de estado. Nesse prisma, é possível concluir que a perífrase evitaria contextos de verbos de estado pela conservação da noção de posse original e de estaticidade de “ter” e “haver”, que os caracteriza também como verbos de estado, o que condicionaria o seu uso a outros tipos verbais. Somado a isso, vemos que a perspectiva de que a estrutura sintética denotaria mais valor modal, a qual é mais suscetível atualmente como apontam Coan, Lima e Sampaio (2019), em relação à perífrase, mostrara-se no século XV.

Ademais, apesar da grande quantidade de dados, a forma simples desvia-se de contextos com verbos de processo culminado, apresentando um percentual quase em equilíbrio com a forma composta, que estaria melhor relacionada a esse tipo verbal pelo caráter durativo e concluído do particípio, de modo a se manter nessa escala de estreitamento quando contrastamos com os outros dois séculos anteriores.

7.3.2 Modificador verbal

Na tabela (24), encontram-se discriminados numericamente os fatores que demonstraram ocorrência nas formas simples e composta do século XV no que compete aos modificadores do verbo, assim como seguem os exemplos de cada fator em ordem de aparição

na tabela.

Tabela 24: Atuação do modificador verbal no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + particípio no século XV

Modificador verbal	Aplicação/Total/Percentual
Ausência	88/96/91.7%
Tempo	13/13/100%
Negação	11/11/100%
Iteratividade	3/3/100%
Intensidade	1/1/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

(125) Mas o mais cedo que poder per algũ boom camínho que ella auera penssado . se partira per liçença do Senhor se ella poder ./ guardando- sse que elle nom possa saber o porque . E **buscara** ocasiom per que todauía de a effecto ssua uomtade se ella semtír que elle a quer reteer /. {Livro das Tres Vertudes, século XV}

(126) [...] E foreyra aa dicta Igreía que posto que tall cousa posesse que nom fora posto a outro fím saluo pello dicto abade lhe ãprazar as dictas quebradas. por preco de oyto alqueires de trigo. ssegundo as elle senpre **trouxera** porquãto as o dicto abade quería enprazar a outra perssoa. {Textos notariais in Clíticos da História do Português, século XV}

(127) Ca cessando todollos aazos e acontecymentos grandes e pequenos, per que os feitos veem a boa conclusom, ou contraira, sobre nosso saber e poder quem nom **veera** quanto boo avyamento ou desvairo se recebe nos grandes feitos per mudanças [...] {Leal Conselheiro, século XV}

(128) [...] e em fim sua sancta gloria, deve receber tal folgança, que a pena seja pouco sentida, e muytas vezes se allegrara [...] {Leal Conselheiro, século XV}

(129) E nom çessando daquello a amoestara tamto que per uentura per aspereza de ssuas pallauras a podera desuñar daquelle penssamento . ante que a ssandiçe uaa mais auante /. {Livro das Tres Vertudes, século XV}

Em face da exposição anterior, compreendemos que houve distanciamento do que nós hipotetizamos pelo fato de que a forma simples se comportou como categórica em todos os fatores que reforçariam o valor temporal que acreditávamos ser necessário para manutenção da noção de tempo na forma composta, a qual possui dados apenas de ausência de circunstanciadores, que seria o contexto inicial que aguardávamos como condicionadora da estrutura sintética e que se mostrou na liderança ao visualizarmos os dados brutos. Entretanto, podemos manter a correlação deste fator com o fator da polaridade oracional, uma vez que a marcação da negação influenciaria na preferência da utilização da forma simples.

7.3.3 Saliência fônica

Na tabela (25), descrevemos o quantitativo do grupo de fator da saliência fônica do século XV, o qual foi dividido pela regularidade (ilustrada em 130) e irregularidade (ilustrada em 131) da estrutura do verbo.

Tabela 25: Atuação da saliência fônica no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + particípio no século XV

Saliência fônica	Aplicação/Total/Percentual
Regularidade	85/91/93.4%
Irregularidade	31/33/93.9%

Fonte: elaborada pelo autor.

(130) E assy como faço esta fegura, cada hũũ segundo sua maneira de vyver faça

sua, pera se acusar da despesa do tempo sem razom, ou nom dereitamente, da qual o ssenhor nom menos demandara conto que das pallavras occiosas. {Leal Conselheiro, século XV}

(131) E disse a dicta priorosa que porquanto dos ditos bães em ell contheudos. taa hora. nom tomara nem ouuera delles a posse que porem lhe rqueria/sic/. que a mandasse poer em posse dele. {Textos notariais in Clíticos da História do Português, século XV}

Apesar de os percentuais de cada fator estarem bem próximos, ao olharmos o número de ocorrências também, confirmamos a ideia inicial de que os verbos que possuem estrutura regular se inclinariam para o condicionamento do uso da forma simples, enquanto a forma composta emergente seria influenciada pela estrutura irregular verbal, sendo isso justificado por motivações de complexidade cognitivo-estrutural, tendo em vista que se evitaria demandar mais esforço mental, além de buscar um determinado equilíbrio ao misturar construções mais salientes (estruturas que destoam do padrão formal do verbo ou que possuam menor frequência de uso) com outras menos salientes (estruturas que mantêm o padrão formal ou que possuem maior frequência de uso).

7.3.4 Animacidade do sujeito

Na tabela (26), expomos os valores numéricos do grupo de fator da animacidade do sujeito no século XV, o qual foi separado em sujeito animado e sujeito inanimado (como ilustramos em (132 e 133)

Tabela 26: Atuação da animacidade do sujeito no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus* *haver/ter* + participio no século XV

Animacidade do sujeito	Aplicação/Total/Percentual
Animado	100/108/92.6%
Inanimado	16/16/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

(132) E disse a dicta Johana Jusarte que por quanto taa ora ella andara em demanda com o rresidoo sobre a dicta terça na qual demanda fezera grandes gastos. { Textos notariais in Clíticos da História do Português, século XV }

(133) Aconteceo que ella vio hũu mui fremoso homem, e assi o cobiiçou em seu coração, que bem o quisera aver aa ssua voontade, se podera sem escândollo. { Castelo Perigoso, século XV }

Em meio a esses achados, podemos pensar que, em termos percentuais, a forma composta se manteve presente apenas em contextos em que sujeito tivesse o traço de mais animado pelo fato de que a noção aspectual do particípio já atualizaria o caráter de dinamicidade por si só, evitando verbos que manifestassem valores mais estáticos ou menos animados, o que levaria a forma simples a preferir contextos em que o sujeito pudesse exercer processos com traço de menos dimacidade, já que a estrutura sintética foi constatada com um maior percentual para casos de sujeito inanimado (embora haja uma quantidade de dados brutos menor).

7.3.5 Polaridade oracional

Na tabela (27), explanamos o número de ocorrências e o percentual de cada fator do grupo de polaridade oracional do século XV, a qual é bipartida em afirmativa e negativa, ilustradas em (134) e (135) após a tabela.

Tabela 27: Atuação da polaridade no uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito *versus haver/ter* + particípio no século XV

Polaridade	Aplicação/Total/Percentual
Afirmativa	104/112/92.9%
Negativa	12/12/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

(134) [...] mostrandonos sempre grande boa vontade, em nossa presença se partio pera seu criador, leixandonos em aquella real concordia de coraçõões e honesta converssaçom que el nos criara. {Leal Conselheiro, século XV}

(135) E aquesto fez a Rey Sallamom leixar a ley de deos e adorar os ydollos, por que perdendo dereito juyzo de coraçom foy feito servo de quem nom devera [...] {Leal Conselheiro, século XV}

Por fim, podemos frisar o comportamento da estrutura sintética de se especializar em orações negativas, uma vez que, como já discutimos, consideramos ser um ambiente que suscita uma retomada de informação apresentada em um outro momento, movimento realizado pela natureza temporal original de antepretérito. Dessa maneira, a perífrase, por ser a construção emergente como codificadora dessa acepção, apareceria em orações afirmativas.

7.4 Correlação dos resultados aos problemas empíricos de mudança linguística

Como tratamos de uma análise em tempo real, considerando três séculos de análise de dados a fim de flagrar pistas que endossem o percurso da alternância das formas simples e composta de pretérito mais-que-perfeito do indicativo, interessa-nos tecer elucidacões acerca dos problemas empíricos de mudança, postulados por Weinreich, Labov e Herzog (2006), quais sejam: transição, restrição, encaixamento e implementação. Por intermédio dos resultados traçados nas seções anteriores, sintetizamos os principais achados nas exposições feitas a seguir, ao retomar os grupos de fatores por nós controlados para essa variação, de modo a propiciar uma visão mais precisa da correlação entre o que demonstram as ocorrências analisadas e os pressupostos dos problemas empíricos de mudança linguística.

Ao trabalharmos com o problema da transição, verificamos a passagem de um estatuto de língua para outro, com a consciência de que tanto a forma inovadora quanto a forma conservadora coexistem e são empregadas em ambientes específicos até que uma leve a outra à obsolescência através do tempo. Quando compararmos os percentuais de ocorrência da forma simples e da forma composta, respectivamente, do séculos XIII (96.5% / 3.5%), XIV (70.7% / 29.3%) e XV (93.5% / 6.5%), vislumbramos que as variantes se encontram em coexistência e que o seu emprego evolui à medida os séculos passam, se consideramos o decréscimo de ocorrências da estrutura sintética da primeira sincronia até a segunda, assim como o seu

aumento da segunda para a terceira, embora ainda apresente um percentual menor quando comparamos a primeira com a última. Isso explica que uma determinada construção ganha espaço sem suplantá-la imediatamente, permitindo visualizá-las em um mesmo período, mas em grau de utilização diferente.

Ponderando a respeito do problema da restrição, investigamos as motivações que definem as condições da mudança ao apontar os fatores linguísticos e extralinguísticos que atuam na manutenção da estrutura da língua, tendo em vista que esta é capaz de evitar mecanismos que tornem complexo o seu processamento, configurando um cenário de determinadas restrições ao longo da evolução linguística. Nesse cenário, em relação aos resultados nossos em cada sincronia, validamos apenas o grupo de fator do tipo verbal como estatisticamente relevante para a variação em questão, sendo submetido à contenção de usos da forma simples em prol de verbos de estado (XIII e XIV) e processo culminado (XIII); enquanto a forma simples se restringe a verbos de culminação (XIII e XIV), processo culminado (XIV), atividade (XIV) e *dicendi* (XIII e XIV).

No que concerne ao problema do encaixamento, buscamos a entrada da mudança linguística nos contextos linguísticos e extralinguístico, a fim de destacar quais desses ambientes contribuem para um determinado tipo de mudança, além de provocar uma série de outras. Nesse âmbito, podemos refletir que, ao passo em que “ter” e “haver” sofrem mudança em suas propriedades ocasionadas pelo processo de gramaticalização, essa mesma alteração possibilita que haja mudança no paradigma de variantes da codificação de passado anterior a outro passado; ao mesmo tempo em que essa mudança no quadro de variantes da função antepretérita suscita mudanças no estatuto da forma sintética, levando-a a indicar outras funções para além da sua original (metafórica, condicional, conjuntiva, desiderativa e discursiva).

Por fim, o problema da implementação reside na averiguação dos motivos de uma mudança acontecer em uma língua em um determinado período. Se considerássemos as pesquisas citadas que estudam o pretérito mais-que-perfeito simples na atualidade, percebemos que se trata de uma forma arcaica ou obsoleta em comparação à composta, de modo que aquela não passa a ser sentida como estrutura original, já que a perífrase se fixou no sistema como codificadora mais usual de antepretérito por suplantá-la. Apesar de os nossos dados não contemplarem tal validação, podemos reconhecer certas etapas da implementação da forma composta, haja vista que, como evidenciamos nos séculos investigados, já se pode flagrar vestígios do particípio perdendo a sua marcação morfológica adjectival e dos verbos “ter” e “haver” esvaindo-se da sua noção de posse original, rumo à neutralização dessas características para a formação de um tempo composto.

Defronte dessa empreitada acerca dos problemas empíricos de mudança, é possível captar que, apesar de se encontrar em seu estágio inicial, a variação entre as formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo já propicia fundamentos para a construção de cenário da codificação de antepretérito na história do português e dos componentes que engendram tal mudança.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação, vislumbramos delinear três eixos analíticos para as formas simples e composta de pretérito mais-que-perfeito, quais sejam: o mapeamento funcional de ambas as construções; a gramaticalização de *ter/haver* no pretérito imperfeito do indicativo + particípio; e a variação entre a estrutura sintética e a perífrase para a codificação de um momento passado anterior a outro passado. De modo a atingir nossos objetivos, consideramos dados escritos do português arcaico referentes aos séculos XIII, XIV e XV.

Nessa empreitada, servindo de subsídios teórico-metodológicos, dispomos da interface entre a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo Linguístico de vertente norte-americana, a qual se denomina Sociofuncionalismo, para investigar como se constitui o quadro da multifuncionalidade do pretérito mais-que-perfeito indicativo, bem como o estado da gramaticalização da sua forma composta, além da variação entre esta e a forma simples, via descrição de traços que atestem diferentes matizes de mudança linguística.

Dessa guisa, controlamos variados grupos de fatores para cada um de nossos objetivos: (i) funções temporais, modais e discursivas utilizando a proposta de Coan, Lima e Sampaio (2019), que propõem a divisão da multifuncionalidade das formas de pretérito mais-que-perfeito em antepretérita, condicional, conjuntiva, metafórica, desiderativa e discursiva; (ii) vestígios de gramaticalização da perífrase “ter” ou “haver” + particípio, mediante observação da seleção argumental do sujeito, seleção argumental do objeto, tipo de combinação perifrástica, marcas morfológicas do particípio e variação entre “ter” e “haver”, de modo a aludir aos princípios de gramaticalização de Hopper (1991); (iii) condicionadores linguísticos por intermédio das ocorrências de cada variante via categorização de tipo verbal, modificador verbal, saliência fônica do verbo, animacidade do sujeito e polaridade oracional.

Para tal fim, elegemos o *Corpus Informatização do Português Medieval* como base de dados para a nossa pesquisa, uma vez que essa recolhida armazena diversos textos, etiquetados do século XII ao século XVI, do latino-romance ao português arcaico, para a modulação de gramáticas e dicionários históricos. Nesse âmbito, propomos uma organização do volume textual averiguado de maneira a dividi-lo em lírica amorosa, lírica profana, lírica religiosa, prosa histórica, prosa instrucional e prosa religiosa referentes aos séculos XIII, XIV e XV.

Em nossos achados do eixo multifuncional, observamos que as formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito expressaram valor antepretérito, condicional, conjuntivo, metafórico, desiderativo e discursivo, sendo a acepção de passado anterior a outro

passado predominante em relação aos outros usos. Além disso, percebemos que a utilização da construção sintética parece relacionar-se a textos líricos, principalmente, de caráter religioso e amoroso, como inclinação de um teor estilístico mais pomposo.

No que concerne ao eixo da gramaticalização, vimos que, na seleção do primeiro argumento de *haver/ter*, há falta de coincidência de sujeito com o particípio, bem como, na seleção do seu segundo argumento, as ocorrências de objeto expressando posse inalienável foram predominantes. No tipo de combinação entre os auxiliares e a estrutura participial, notamos resistência em combinação com eles mesmos (*ter/haver*) e preferência pela combinação com outros tipos de verbos que não contrapusessem o seu valor semântico de posse original. Nas marcas morfológicas do particípio, deparamo-nos com a estrutura participial ainda manifestando alta concordância com o objeto por traços de feminino e/ou plural, inclusive na sincronia mais recente (século XV). Na variação entre “haver” e “ter”, o verbo “haver” foi a forma preferencial nas três sincronias como auxiliar na construção composta de antepretérito.

No que se refere à análise variacionista, constatamos que a forma simples foi predominante em relação à forma composta em todos os séculos analisados, tendo em vista que essa variação ainda se encontrava em seu estágio inicial, assim como a gramaticalização da perífrase. Apesar disso, no século XIV, os percentuais dessas construções ficaram bem próximos, demonstrando uma alternância mais acentuada e uma ascensão da forma composta rumo ao equilíbrio na escolha da codificação de antepretérito. Ademais, dos grupos de fatores controlados, apenas o tipo verbal foi indicado como estatisticamente relevante para a variação pelo programa estatístico (*GoldVarb X*), sendo selecionado na primeira e na segunda sincronia (séculos XIII e XIV).

A fim de ampliarmos a discussão de futuros estudos sociofuncionalistas e históricos, sugerimos os seguintes pontos que podem dar continuidade às investigações sobre esses três eixos analíticos do pretérito mais-que-perfeito:

- Ampliação do quadro da multifuncionalidade, ao considerar outras possíveis funções do pretérito mais-que-perfeito, como a sequencial e a cotemporal.
- Mapeamento do comportamento da perífrase de *ter/haver* no pretérito imperfeito do indicativo + particípio ao longo de outros séculos.
- Controle dos condicionamentos de “ter” e “haver” como variantes na auxiliaridade da expressão de antepretérito em séculos antigos.

- Inclusão de novos grupos de fatores no tratamento da variação entre a forma simples e a construção com *haver/ter* no imperfeito mais particípio, como tipo oracional, ponto de referência da ação, pessoa discursiva, ordem oracional.
- Investigação da atuação de outros princípios funcionalistas, como marcação, expressividade retórica, transitividade e relevo discursivo.
- Averiguação da influência da natureza textual como um grupo de fator controlado para a variação.
- Alinhamento de dados históricos às ocorrências contemporâneas como dispositivo de ensino de análise linguística.

Em meio a toda essa incursão pela história das formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo em dados escritos do português arcaico, esperamos ter contribuído para a validação das pesquisas anteriores, bem como para a construção de uma cartografia do estado dessas estruturas nos séculos antigos e a motivação de novas investigações de fenômenos que demandem explicações acerca do sistema linguístico e do seu uso a partir da primazia da sua história.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44. ed. . São Paulo: Saraiva, 1999.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1982.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de. **Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina**. 2a. impressão. - Lisboa Occidental : Off. da Musica, 1725. 356p. Disponível em <http://purl.pt/10> .
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. **A gramática de Port-Royal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2ª Ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BANDEIRA, Joalêde Gonçalves. **Carteando e dialogando com o pretérito mais-que-perfeito: caminhos trilhados do século XVI ao XX** . Salvador: UFBA – Universidade Federal da Bahia, 2011. Tese de doutorado.
- BARBOZA, Jerónimo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1830. - XIV, 466 p. Disponível em: <http://purl.pt/128> .
- BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. 1540. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b_002 .
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteiral, 2009.
- BECKER, Martin. From temporal to modal: divergent fates of the Latin synthetic pluperfect in Spanish and Portuguese. *In: Detges, Ulrich e Waltereit, Richard (Eds). **The Paradox of Grammatical Change: perspectives from romance***. Amsterdam: John Benjamins, 2008, p. 147-180.
- BERG, Thomas. **Linguistic Structure and change: an explanation from language processing**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- BLAS ARROYO, José Luis. **Sociolingüística del español: Desarrollos y perspectivas en el estudio de la lengua española en contexto social**. Madrid: Cátedra, 2005.
- BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. **The Evolution of Grammar: Tense, Aspect, and Modality in the languages of the world**. Chicago-USA: 1994.
- BYBEE, Joan; FLEISCHMAN, Suzanne. **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1995.

CÂMARA, Joaquim Mattoso. **Princípios de Lingüística Geral** (4 ed.). Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

CÂMARA, Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa. **Tempo, Aspecto e Modalidade: Estudos de Lingüística Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 1997.

CASSEB-GALVÃO *et al.* **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2008.

CASTILHO, Ataliba de. A gramaticalização. **Estudos linguísticos e literários**. UFBA. n.19: março de 1997, 25-63.

CASTRO, Ivo. **Sete Ensaios sobre a obra de J. M. Piel**. Lisboa, Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1988. 201 pp.

CEDERGREN, Henrietta. **Consideraciones sociolingüísticas sobre la microevolución lingüística**, en López Morales y Vaquero, Eds. 1987.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1984. 587 p.

CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. *In*: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COAN, Márluce. **Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que-) perfeito**. 1997. 183f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-Graduação em Letras/Linguística, Florianópolis (SC), 1997.

COAN, Márluce. **As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlação entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

COAN, Márluce; LIMA, Ester Vieira de; SAMPAIO, Mariana Freire. Um retrato do pretérito mais-que-perfeito de 1887 a 2012. **D.E.L.T.A.**, 35-2, 2019, p.1-26.

COAN, Márluce. Funções do pretérito mais-que-perfeito simples em textos literários, históricos e religiosos do galego-português. **Studia Romanica et Anglica Zagradiensia**, v. 65, p. 231-237, 2020.

COAN, Márluce. Sociofuncionalismo em diacronia: dilemas, conjecturas e aplicações. **ESTUDOS DA LÍNGUA(GEM) (ONLINE)**, v. 19, p. 35-58, 2021.

COAN, Márluce. Da variação entre ?RA e ?RO à homonímia na terceira pessoa do plural dos pretéritos perfeito e mais-que- perfeito simples. **Revista Diálogos (REVDIA)**, v. 10, p. 139-158, 2022.

COAN, Márluce; LIMA, Ester Vieira de; SAMPAIO, Mariana Freire. Entre perfeito e mais-que-perfeito no Português falado no Ceará-Brasil: atuação socioestilística na expressão do passado do passado. **Studia Neophilologica**, v. 92, p. 1-15, 2021.

COAN, Márluce; SOUSA, Francisco José Gomes; ROMUALDO, Laila Cavalcante . Da emergência de formas compostas para a expressão do antepretérito: construtos morfossintáticos e semânticos. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 283-299, 2022.

COAN, Márluce; SOUSA, Francisco José Gomes; ROMUALDO, Laila Cavalcante. . Formas simples e perifrásticas de pretérito mais-que-perfeito do indicativo e de pretérito imperfeito do subjuntivo em variação. **Revista de Letras**, v. 1, p. 1-22, 2021.

COAN, Márluce; SOUSA, Francisco José Gomes. Mapeamento semântico-sintático de haver/ter no presente + particípio: uma incursão pelos séculos XIII, XIV e XV. **DOMÍNIOS DE LINGU@GEM**, v. 18, p. 1-31, 2024.

COAN, Márluce. OBSOLESCÊNCIA OU PERSISTÊNCIA: O MAIS-QUE-PERFEITO CONJUNTIVO. **Revista Linguística (Online)**, v. 36, p. 9-32, 2020.

COAN, Márluce. Valores modais do morfema -ra na lírica profana galego-portuguesa. **Working Papers em Linguística (online)**, v. 22, p. 137-156, 2021.

COMPANY COMPANY, Concepción. “¿Qué es un cambio lingüístico”. *In*: COLOMBO, Fulvia; SOLER, María Ángeles (coords.). **Cambio lingüístico y normatividad**. México: UNAM, 2003. p.13-32

COMRIE, Bernard. **Tense**. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. **O tempo nos verbos do português**: uma introdução à sua interpretação semântica. Brasília: Thesaurus, 1985.

COSTA, Pascasia Coelho da. **Os usos do mais-que-perfeito simples e sua substituição pelo tempo composto em textos representativos do português arcaico**. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Curso de PósGraduação em Lingüística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CASTRO, I. **Sete Ensaio sobre a obra de J. M. Piel**. LisboaLisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1988.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DANTAS, Marcelo; CAVALCANTE, Vanessa. **Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa**. 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/14344653/Pesquisa-qualitativa-e-quantitativa>. Acesso em: 17 set. 2015.

DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. **Sintaxe histórica portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Clássica, 1959.

DUBOIS, J. Competing Motivations. *In*: HAIMAN, John (org.). **Typological Studies in Language**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1984. (p. 229-240).

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**. São Paulo: Ática, 1998.

FIGUEROA, Esther. **Sociolinguistic Metatheory**. Language & Communication Library, Vol. 14. Oxford: Pergamon, 1996.

FIORIN, José Luiz. Do Tempo. **As Astúcias da Enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996. (p.127-255)

FISHMAN, Joshua (ed.). **Advances in the Sociology of Language**. The Hague: Mouton, 1971. v. 1.

FLEISCHMAN, Suzanne. **The future in thought and language**. New York: Cambridge University Press, 1982

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Faperj/DP & A, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**: a prospectus. University of Oregon, 1991.

GIVÓN, Talmy. **Isomorphism in the grammatical code**: cognitive and biological considerations. *Studies in language*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

GIVÓN, Talmy. **A functional-typological introduction**. Vol. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1984

GIVÓN, Talmy. Tense-Aspect-Modality. *In*: **Syntax**: a functional-typological introduction. v.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984. p. 269-320.

GIVÓN, Talmy. Tense, Aspect and Modality in Functional Organization. *In*: **Syntax**: an introduction. Amsterdam: J. Benjamins, 2001. v. 1.

GIVÓN, Talmy. Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation. *In*: **English Grammar**: a functional-based introduction. Vol I e II. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993

GIVÓN, Talmy. Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation. *In*: **English Grammar**: a functional-based introduction. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1995. v. I e II.

GIVÓN, Talmy. **On understanding grammar**. Nova York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, Talmy. **Historical syntax and synchronic morphology: An archaeologist's field trip, CLS #7**, Chicago: University of Chicago, Chicago Linguistics Society, 1971.

GIVÓN, Talmy. **Bio-Linguistics: the Santa Barbara Lectures**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

GIVÓN, Talmy. **Context as other minds: the pragmatics of sociality, cognition and communication**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

GODOI, Elena. **Aspectos do aspecto**. 1992. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

GÖRSKI, Edair Maria; TAVARES, Maria Alice. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. **Revista do GELNE**, Natal, v. 15, 79-101, 2013. Número especial.

GÖRSKI, Edair Maria. A questão do continuum na interface variação/gramaticalização. *In: ENCONTRO DO CELSUL*, 7., 2006, Pelotas. **Anais [...]**. Palotti: Pelotas, 2006.

GUY, Gregory Riordan; ZILLES, Ana. **Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, Bernd; HÜNNEMEYER, Friederike. From Cognition to Grammar: Evidence from African Languages. *In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, Bernd. Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

HOPPER, Paul.; THOMPSON, Sandra. Transitivity in Grammar and Discourse. **Language**, v. 56, n. 2, p. 251-299, 1980.

HOPPER, Paul. Emergent grammar. **Berkeley Linguistics Society**, v. 13, p. 139-157, 1987.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, Paul. Aspect and foregrounding in discourse. *In: Givón, Thomas (org.). On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

HUDSON, Richard. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

HUBER, Joseph. **Gramática do português antigo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbentian, [1986]. 418 p.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português: expressões da duração e da reiteração, os adjuntos que focalizam eventos, momentos estruturais na descrição dos tempos**. São Paulo: Contexto, 2001.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. **Where does the Linguistic variable stop?** A response to Beatriz Lavandera. Sociolinguistic Working Paper, 44. Texas, 1978.

LABOV, William. Denotational Structure. *In*: FARKAS, D.; JAKOBSEN, W; TODRYS, K. (ed.). **Papers from the Parasession on the Lexicon**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1978. p. 220-260.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno *et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2008

LABOV, William. **Principles of linguistic change: cognitive and cultural factors**. Oxford: Blackwell, 2010.

LABOV, William. **Resolving the neogrammarian controversy**. *Language*, 57, 1981

LABOV, William. **Principles of linguistic change: Internal factors**. Cambridge: Blackwell, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2001.

LASS, Roger. **On explaining language change**. New York: Cambridge, 1980.

LAVANDERA, Beatriz. Where Does de Sociolinguistics Variable Stop? **Language Society**, Printed in Britain, 1977.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Lingüística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1995.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LEHMANN, Christian. **Thoughts on grammaticalization**. 2. ed. rev. Erfurt: Seminar Für Sprachwissenschaft der Universität, 2002.

LOBATO, António José dos Reis. **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa : Na Regia Officina Typografica, 1770. - XLVIII, 253 p. ; 15 cm Versão digitalizada do exemplar do CLUL (R-116). Disponível em: <http://purl.pt/196>.

LÓPEZ MORALES, Humberto. **Sociolingüística**. 3ª Ed. Madrid: Editorial Gredos, 2004.

LUFT, Celso Pedro. **Gramática Resumida**. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1986.

MARTINS, Kellen Cozine. **A expressão variável de anterioridade a um ponto de referência passado na escrita midiática**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MARTINS, Kellen Cozine. **Variação na expressão de passado-no-passado: uma**

comparação entre o português brasileiro e o português europeu. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Linguística, UFRJ. Rio de Janeiro, 2015, 252p.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. 3.ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O tempo composto na fase final do período arcaico. *In:* ABRALIN, 2000, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2000.

MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Honoré Champion. 1982.

MEILLET, Antonie. L'évolution des forms grammaticales. *In:* **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: 1958 [1912].

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In:* BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. 1.reimp. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-14.

MONTEAGUDO, Henrique. A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa. *In:* LOBO, Tânia *et al.* (Orgs.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**[online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 51-64.

NARO, Anthony Julius; BRAGA, Maria Luiza. A interface sociolinguística/gramaticalização. **Gragoatá**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 125-134, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

OLBERTZ, Hella. The grammaticalization of Spanish haber plus participle. *In:* MARLE, J. V. **Historical linguistics**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1993. p. 243-263.

OLIVEIRA, Bento José de. **Nova grammatica portugueza**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1904.

OLIVEIRA, Fernão de. **A gramática da linguagem portuguesa**. Lisboa: Academia das Ciências, 1536.

OSÓRIO, Paulo. Linguística histórica e história da língua. Aportações teóricas e metodológicas. *In:* SIMELP, 1., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/S401.pdf>.

PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa na Sociolinguística brasileira. *In:* WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 131-151. Tradução de: *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, 1968.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge textbooks in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

PAREDES DA SILVA, V. L. **A abordagem laboviana**. Mesa redonda: os estudos de variação no Brasil: situação atual. *In: Encontro Nacional da ANPOLL*, 1993, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: ANPOLL, 1993.

PASSOS, Teresa Ferrer. **Fernão de Oliveira: 1.º gramático de Língua Portuguesa**. Lisboa: Gazeta de Poesia, 1994.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática História**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1923.

PONTES, Valdecy de Oliveira. **O pretérito imperfeito do indicativo e as perífrases imperfectivas de passado em contos literários escritos em espanhol: um estudo sociofuncionalista**. 2012. 264f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2012.

POPLACK, Shana. Grammaticalization and linguistic variation. *In: NARROG, Heiko; HEINE, Bernd (org.). The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 209-224.

PRIDE, John (1970). Sociolinguistics. *In: LYONS, John (ed.) New Horizons in Linguistics*. London: Penguin.

REICHENBACH, Hans. The tenses of verbs. *In: REICHENBACH, Hans (ed.). Elements of symbolic logic*. New York: The MacMillan Company, 1947. p. 287-298.

ROMAINE, Suzanne. **On the problem of syntactic variation: a reply to Beatriz Lavandera and William Labov**. Sociolinguistic Working Paper, 82. Austin, Texas, 1992.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**, Curso Superior. 3.º anno de Portuguez. Com um complemento de anotações no texto. 2. ed. corr. e augm. Rio de Janeiro: Liv. Classica, 1933. 347 p.

RIBEIRO, Ilza. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. *In: Roberts, Ian; Kato, Mary A. (org.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. p. 343-386.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza**. 2. ed. aum. e rev. Baía: Romualdo dos Santos, 1915 - xiv+872 p.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 30. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

RODRIGUES, Lorena da Silva. **E tenho dito: a gramaticalização e a variação do pretérito perfeito composto em narrativas dos séculos XV a XVII**. 2010. 132f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2010.

- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7 ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, [1916]1995
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, E. **Goldvarb X - A multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.
- SANTOS, Hemetério José dos. **Grammatica portugueza**. 3. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1913. Disponível em: http://143.107.31.150/bibliotecaPdf/Lt620_original_WEB.pdf
- SOTERO DOS REIS, Francisco. **Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica**. 2.ed. São Luís, MA: Livraria de Magalhães & Cia., 1871.
- SWEETSER, Eve E.. **From etymology to pragmatics: Metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. New York: Cambridge, 1990
- TAGLIAMONTE, Sali. Comparative sociolinguistics. *In*: CHAMBERS, Jack; TRUDGILL, Peter; SHILLING-ESTES, Natalie (org.). **The handbook of language variation and change**. Cambridge: Blackwell, 2004. p. 729-763.
- TARALLO, Fernando. **Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1994.
- TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/ variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. São Paulo, Martins Fontes, 1997 (Tradução de Celso Cunha).
- TORRES CACOULOS, Rena. Variation and grammaticalization. *In*: DÍAZ CAMPOS, Manuel (org.). **The handbook of Hispanic sociolinguistics**. Oxford: Blackwell, 2011.
- TRAVAGLIA, Luis Carlos. **O aspecto verbal do português**. Uberlândia: Gráfica da Universidade, 1981.
- TRAVAGLIA, Luis Carlos. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. 3. ed. Uberlândia, UFU, 1994.
- Trudgill, Peter. **The Social Differentiation of English in Norwich**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- VASCONCELOS, José Leite de. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Livros de Portugal, 1959).

VENDLER, Zeno. Verbs and Times. *In: Linguistics in philosophy*. New York: University Press, 1967. p. 97-121.

VENDLER, Zeno. Verbs and Times. *In: The Philosophical Review*, v. 2, n. 2. 1957, p. 143-160.

WEINER, Judith.; LABOV, William. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**, v.19, n.1, 1983 [1977].

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. Tradução de: *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, 1968.